

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Solange Nunes de Oliveira Schiavetto

**Arqueologia Regional e Educação: Propostas de
Estudos sobre um “passado excluído” de Araraquara/SP**

Tese de Doutorado em História Cultural
apresentada ao Departamento de História
do Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Estadual de
Campinas, sob orientação do Prof. Dr.
Pedro Paulo Abreu Funari.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Pedro Paulo Abreu Funari (Orientador)

Profa. Dra. Dione da Rocha Bandeira

Prof. Dr. Gilson Rambelli

Profa. Dra. Sandra de Cássia Araújo Pelegrini

Profa. Dra. Sílvia Maria Schmuziger de Carvalho

Suplentes:

Prof. Dr. Glaydson José da Silva

Prof. Dr. Marcel Mano

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH – UNICAMP**

Schiavetto, Solange Nunes de Oliveira

**Sch31a Arqueologia regional e educação : propostas de estudos
sobre um “passado excluído” de Araraquara/SP / Solange Nunes
de Oliveira Schiavetto. - - Campinas, SP: [s.n.], 2007.**

**Orientador: Pedro Paulo Abreu Funari.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de
Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

**1. Arqueologia. 2. Índios da América do Sul – São
Paulo (Estado). 3. Patrimônio cultural. 4. Educação. I.
Funari, Pedro Paulo Abreu. II. Universidade Estadual
de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas. III. Título.**

**Título em inglês: Archaeology and education : approaching the
“excluded past” at Araraquara, São Paulo State, Brazil**

**Palavras-chave em Archaeology
inglês (Keywords): Indians of South America – São Paulo (Sta
Cultural property
Education**

Área de concentração: História Cultural

Titulação: Doutorado em História

**Banca examinadora: Prof. Dr. Pedro Paulo Abreu Funari (orientador)
Prof^ª. Dr^ª. Dione da Rocha Bandeira
Prof. Dr. Gilson Rambelli
Prof^ª. Dr^ª. Sandra de Cássia Araújo Pelegrini
Prof^ª. Dr^ª. Sílvia M. Schmuziger de Carvalho**

Data da defesa: 22/02/2007

Programa de Pós-Graduação: Pós-graduação em História Cultural

*Dedico este trabalho aos meus pais, Eugênia e Orlando, e à memória
de minha avó Hortência*

Agradecimentos

Agradeço ao prof. Dr. Pedro Paulo Funari, pela possibilidade de desenvolver as pesquisas de doutorado sob sua orientação, auxiliando na escolha dentre os caminhos acadêmicos e buscando sempre ampliar os horizontes dos seus alunos. À profa. Dra. Sílvia de Carvalho, mestra e amiga, a quem devo o interesse pelas questões indígenas e a escolha pela Arqueologia brasileira. Ao prof. Dr. Jorge Eremites de Oliveira, pela atenção e respeito que me concedeu na troca de experiências arqueológicas. Ao prof. Dr. Gilson Rambelli, pelas oportunas observações feitas no exame de qualificação. À profa. Dra. Lourdes Dominguez, pela forma carinhosa com que sempre se dispôs a conversar sobre Arqueologia americana. Às profas. Dras. Dione Bandeira, Nanci Oliveira e Lourdes Feitosa, pela presença amiga durante minha experiência na Unicamp, ultrapassando os limites do contato estritamente acadêmico. Agradeço a presença marcante do prof. Dr. Glaydson Silva, companheiro do cotidiano acadêmico, amigo de todas as horas, cujas contribuições para o meu desenvolvimento profissional e humano são inegáveis. Aos profs. Drs. Paulo Zanetini e Solange Caldarelli agradeço a oportunidade de participar de trabalhos de Arqueologia na região de Araraquara. À Camila Moraes, pelas informações sobre a Arqueologia no Mogi-Guaçu, envio de textos e aulas sobre análise cerâmica.

À Virgínia Fratucci de Gobi, coordenadora do Museu Histórico e Pedagógico “Voluntários da Pátria”, de Araraquara, por disponibilizar o espaço público para o desenvolvimento das etapas de laboratório e patrimonialização e, sobretudo, por não medir esforços para transformar as (quase sempre) escassas verbas destinadas à cultura e educação em inteligentes formas de socializar o conhecimento sobre o passado. Aos amigos que participaram das etapas de campo e laboratório do projeto: Fábio Grossi, Djalma Nery, Thiago Ribeiro e Rafael Souza. Sem este apoio o trabalho teria sido feito com mais dificuldades e menos alegrias. Agradeço a todos os estagiários que participaram de algumas etapas do projeto: Fábio Karam, Juliano Meneguello, Caio Fidel, Cristiane Ilhesca e Marcel Lopes.

À amiga Dulce Nishikawa agradeço pela participação em todas as fases da pesquisa, muitas vezes dispondo do tempo com sua família e de seus afazeres ao longo do projeto. Ao Mário e à Sofia agradeço o carinho com que sempre me receberam em Araraquara. Ao amigo Robson Rodrigues agradeço a participação nas etapas de campo, concedendo muito mais do que um auxílio, participando ativamente das negociações com proprietários e usineiros, das conversas com o IPHAN, sempre presente em minhas discussões sobre a questão indígena.

Agradeço aos amigos da UEMG (Universidade do Estado de Minas Gerais), sobretudo Magali, Fabiana, Afonsina e Vera. Especialmente, agradeço o crescimento profissional e humano que me proporcionou o contato com os alunos de Pedagogia (Turma G).

Sou grata aos meus pais, Orlando e Eugênia, minhas irmãs, Íria e Juliana, meu cunhado Manoel e minha sobrinha Ana Beatriz, pelo carinho e compreensão. Ao Luís sou grata pelo companheirismo com que tem participado de minha vida e pelo incentivo que concede aos meus projetos. Não poderia deixar de mencionar a constante presença de Teka, Rebeca e Lisa durante a escrita desta tese.

A realização deste trabalho foi possível devido ao apoio financeiro concedido pela CAPES (bolsa de estudos) e FAPESP (Auxílio à Pesquisa). O apoio dos funcionários do Núcleo de Estudos Estratégicos/UNICAMP e do Júnior da Secretaria de Pós-Graduação do IFCH facilitou a resolução de problemas no decorrer da pesquisa.

Ao se transporem seis rios e três cadeias de montanhas, surge Zora, cidade que quem viu uma vez nunca mais consegue esquecer. Mas não porque deixe, como outras cidades memoráveis, uma imagem extraordinária nas recordações. Zora tem a propriedade de permanecer na memória ponto por ponto, na sucessão das ruas e das casas ao longo das ruas e das portas e janelas das casas, apesar de não demonstrar particular beleza ou raridade. O seu segredo é o modo pelo qual o olhar percorre as figuras que se sucedem como uma partitura musical da qual não se pode modificar ou deslocar nenhuma nota. Quem sabe de cor como é feita Zora, à noite, quando não consegue dormir, imagina caminhar por suas ruas e recorda a seqüência em que se sucedem o relógio de ramos, a tenda listrada do barbeiro, o esguicho de nove borrifos, a torre de vidro do astrônomo, o quiosque do vendedor de melancias, a estátua do eremita e do leão, o banho turco, o café da esquina, a travessa que leva ao porto. Essa cidade que não se elimina da cabeça é como uma armadura ou um retículo em cujos espaços cada um pode colocar as coisas que deseja recordar: nomes de homens ilustres, virtudes, números, classificações vegetais e minerais, datas de batalhas, constelações, partes do discurso. Entre cada noção e cada ponto do itinerário pode-se estabelecer uma relação de afinidades ou de contrastes que sirva de evocação à memória. De modo que os homens mais sábios do mundo são os que conhecem Zora de cor.

Mas foi inútil a minha viagem para visitar a cidade: obrigada a permanecer imóvel e imutável para facilitar a memorização, Zora definhou, desfez-se e sumiu. Foi esquecida pelo mundo.

Ítalo Calvino – As Cidades Invisíveis

Sumário

Resumo	11
Abstract	13
Introdução	15
Capítulo I: apresentando o tema de pesquisa.....	21
Os sujeitos analisados: tradições arqueológicas	25
A região: delimitação e aspectos geográficos	33
A região: panorama etno-histórico	39
Escolha e relevância do tema	47
Abordagem das fontes selecionadas	49
Objetivos	52
Arqueologia na região até hoje	53
Capítulo II - Arqueologia dos Campos de Araraquara e os sítios Cerâmico.....	55
Anexo: Relação de sítios cerâmicos da macro-região	81
Capítulo III – Desenvolvimento das pesquisas arqueológicas no médio Mogi-Guaçu e médio Jacaré-Guaçu – Levantamento nas micro-regiões.....	89
Realização do levantamento no médio curso do Jacaré-Guaçu	89
Realização do Levantamento no médio curso do Mogi-Guaçu (médio Mogi superior)	106
O potencial de análise dos sítios encontrados	123
Anexo: Relação de sítios e ocorrências no médio Jacaré-Guaçu	127
Anexo: Relação de sítios e ocorrências no médio Mogi-Guaçu	130
Capítulo IV – Campo, Laboratório e os caminhos da patrimonialização do material arqueológico	133
O contexto atual no qual o projeto se insere – questões políticas.....	133
Desenvolvimento dos trabalhos no sítio São João	136
Levantamento no rio Chibarro	142
Coleta sistemática no sítio arqueológico da Barrinha	146
Laboratório	149
Arqueologia e Educação Patrimonial	153
Anexo: ficha de análise de bordas desenhadas	159
Anexo: ficha de análise de bordas	161

Capítulo V – O discurso arqueológico e suas implicações educativas	163
Parte I –	
A especificidade do trabalho arqueológico e os estudos patrimoniais.....	164
Parte II –	
A especificidade do trabalho arqueológico, seus conceitos e a sociedade....	172
Conclusão	185
Bibliografia	191

Resumo

A presente pesquisa tem como objetivo principal a realização de investigações arqueológicas na região de Araraquara/SP e sua utilização em trabalhos de educação patrimonial. As pesquisas em discussão centram atenção na execução de projetos arqueológicos de levantamento e escavação com posterior análise de laboratório de materiais de sítios cerâmicos da região proposta para estudos. Foram escolhidas as bacias do médio Mogi-Guaçu (bacia do rio Pardo) e médio Jacaré-Guaçu (bacia do rio Tietê). O panorama arqueológico resultante das pesquisas de campo é comparado aos dados já existentes em trabalhos arqueológicos acadêmicos e de Arqueologia de Contrato conduzidos na região delimitada pelos rios Piracicaba, Tietê, Pardo e Paraná, historicamente conhecida como “campos de Araraquara”. As fontes etno-históricas e etnográficas também foram analisadas e confrontadas com os resultados arqueológicos, com o intuito de ponderar sobre suas influências na construção da imagem do indígena no Estado de São Paulo, sua história e contribuição para a formação da identidade nacional. Por fim, a tese centrou atenção em temas de teoria arqueológica que busquem compreender alguns conceitos antropológicos utilizados pelos arqueólogos brasileiros no que toca aos sítios cerâmicos e a visão de monolitismo resultante da utilização a-crítica desses conceitos.

Abstract

The present research has as its main goal to do archaeological investigations in the region of Araraquara/SP and to use such investigations in works of heritage education. The research centered its attention in the accomplishment of archaeological works of survey and excavation, with the posterior laboratory analysis of ceramic sites materials from the proposed region of study. For the fieldwork, we selected the areas of the Middle Mogi-Guaçu basin (in the Rio Pardo basin) and the Middle Jacaré-Guaçu basin (in the Tietê River basin). We compared the resulting archaeological scenario gathered from the field research to the data already available from academic archaeological works and from Contract Archaeology accomplished in the region delimited by the rivers Piracicaba, Tietê, Pardo and Paraná, historically known as the “Araraquara fields”. We also analyzed and confronted the ethno-historical and ethnographical sources with the archaeological findings, with the aim of reflecting about its influences in the construction of the image of the native in the State of São Paulo, as well as in his history and his contribution to the formation of the national identity. Finally, the work has centered attention in themes of archaeological theory that seeks to understand some anthropological concepts used by Brazilian archaeologists in relation to the ceramic sites and also to review the monolithic vision resulting from the a-critical usage of such concepts.

Introdução

Este doutorado se iniciou em 2002 e tinha dois objetivos principais: 1) discutir interações culturais de indígenas pré-contato por meio do estudo da cultura material (especialmente cerâmica), com ênfase nos sítios “Tupiguarani”; 2) discutir a realização de educação patrimonial por meio do projeto arqueológico desenvolvido na região de Araraquara. Para tanto, o caminho a ser percorrido seria iniciado com levantamento e escavação arqueológica em uma micro-região pré determinada (médio Mogi-Guaçu e médio Jacaré-Guaçu), seguido por comparações do material dessa área com os historicamente conhecidos “campos de Araraquara”. A ênfase nos sítios cerâmicos se justificava pela intenção em se discutir o indígena da época pré-contato, encarado aqui, para utilizar uma expressão de Mackenzie & Stone (1990), como um dos possíveis “passados excluídos” de Araraquara, aquele que gostaríamos de trazer à tona com a condução de nossas investigações.

Com o desenvolvimento da pesquisa no campo, laboratório, leitura de fontes históricas, etnográficas e arqueológicas, optamos por centrar atenção no segundo objetivo (Arqueologia pública/educação patrimonial), na medida em que o primeiro, caracterizado por discutir interações culturais por meio do exame da cerâmica, mostrou-se uma tarefa pouco satisfatória e não condizente com a linha teórica que optamos seguir. Os vestígios arqueológicos e os textos produzidos sobre eles não são menos subjetivos do que as fontes históricas e etnográficas. São construções discursivas e, ao tentar questionar nomenclaturas estáticas (como as tradições arqueológicas), podemos não estar fazendo mais do que criar novas categorias analíticas tão estáticas quanto aquelas tradicionalmente utilizadas na Arqueologia brasileira.

As relações da Arqueologia com o público “não arqueólogo” começaram a nos interessar já nas etapas de campo. A percepção das possibilidades de ação do arqueólogo na sociedade, por meio da educação patrimonial, possibilitou a compreensão de que o campo e laboratório, enquanto fases necessárias do trabalho

do arqueólogo, não estão desvinculadas de uma ação que vise discutir o passado com a sociedade. As formulações científicas sobre o passado precisam ser discutidas com a sociedade, expostos os seus caminhos, os seus objetivos e métodos, definidos os seus conceitos, para que não se transformem em instrumentos de manipulação e segregação. No caso da Arqueologia brasileira, como iremos discutir no decorrer desta tese, os conceitos antropológicos definidos e adotados pelos cientistas, quando descontextualizados, podem se tornar imagens distorcidas dos povos indígenas, legitimando representações de exotismo (sobre o passado) ou de aculturação (quando falamos do presente) destes povos.

Desta forma, acreditamos nas possibilidades de se trabalhar Arqueologia e Educação como um campo fértil para as discussões sobre as identidades indígenas do passado, construídas no presente, encarando os momentos do trabalho do arqueólogo como importantes instrumentos para a condução da educação patrimonial. Nossa opinião é a de que, no diálogo promovido entre ciência e sociedade, há abertura para novas reflexões sobre o passado, desconstruindo imagens monolíticas e possibilitando a condução do conhecimento por vários caminhos.

Das diversas maneiras de se ligar Arqueologia e Educação optamos pela via não formal, admitindo que o arqueólogo lida com vários públicos desde a coleta de material em gabinete até o resultado final de suas pesquisas, geralmente transformado em publicações científicas ou exposições temáticas para o grande público. O arqueólogo, enquanto profissional, é um educador, embora nem sempre realize tal tarefa de forma consciente.

O tema e o espaço escolhidos revelaram um fértil campo de ação do arqueólogo inserido na proposta educativa. No que toca à relação com os povos indígenas, não obstante haver muitos vestígios que sugerem uma intensa ocupação no passado, não é destacado o seu papel na formação sócio-cultural do território; a não ser por meio da toponímia (o próprio nome do município revela isto) ou pelas esparsas fontes históricas regionais, reunidas nos recentes escritos de Mano (1998,

2006). Essas fontes não apresentam mais do que indícios de uma ocupação indígena pretérita, embora, como ressalta este autor, sejam perceptíveis estes povos nas entrelinhas de tais fontes. É comum em várias partes do país a oscilação da identidade indígena entre o exotismo de um tempo longínquo com “culturas originais” e a mistura provocada pelo contato com o não índio, em tempos mais recentes, gerando a categoria de “índios inautênticos” ou, simplesmente, aculturados. Tal imagem, se não é reforçada pelos livros didáticos, é ao menos perpetuada, na medida em que não há, na maioria dos currículos escolares, propostas de problematização de imagens fossilizadas da cultura indígena e sua relação com a identidade nacional.

Assim, optamos por discutir nesta tese a importância das fases da investigação arqueológica sempre atreladas a abordagens que oscilam entre os escritos acadêmicos e aqueles de circulação mais ampla, representados pelas formas de educação formal e não formal que podem compor o ofício do arqueólogo. O objetivo, com esta reflexão sobre o poder educativo do discurso arqueológico, foi ponderar sobre as diferentes formas, nem sempre conscientes, de se reforçar imagens sobre o passado por meio de conceitos antropológicos utilizados por arqueólogos, ou criticá-los, fazendo o caminho inverso, desconstruindo mitos que chegam ao público como verdades inquestionáveis.

Alguns clichês existentes sobre os povos indígenas, como os cientistas os encaram, foram discutidos no contato com o público. Essas concepções negativas da cultura indígena são facilmente detectadas na Arqueologia, como por exemplo, de uma cultura indígena genérica (fases e tradições), do índio exótico (rígida separação eles/passado X nós/presente), do índio extinto/misturado (ausência de sítios arqueológicos indígenas justifica idéias de extinção ou até inexistência). O intuito, por meio da constatação da existência dos sítios arqueológicos e do contato com a cultura material proveniente desses sítios, foi possibilitar uma relação mais próxima com um passado que pode ser recontado e re-significado no presente. Os resultados, sobretudo nas etapas de campo, sugeriram a existência do indígena pré-

contato no imaginário das comunidades rurais, as mais próximas dos vestígios arqueológicos. Essa existência, no entanto, apresenta-se como um padrão de diferenciação entre eles (extintos) e nós (sociedade nacional).

Tendo em mente a existência dessa oscilação da identidade indígena para a sociedade, discurso esse muitas vezes amparado por concepções científicas, realizamos todas as fases da pesquisa arqueológica tendo como fio condutor a possibilidade de detectar, na condução dessas etapas, alguns elementos discursivos que possibilitassem um diálogo sobre os povos indígenas, sua cultura material e a sua inserção na construção da identidade brasileira. Estabelecemos contato com vários públicos que não conheciam o trabalho do arqueólogo (proprietários de terras, usineiros, moradores da zona rural, professores, estudantes do ensino fundamental, médio e superior) para quem expomos o seu ofício e seu foco de análise. Do gabinete, campo e laboratório surgiram as questões que puderam ser desenvolvidas nos cinco capítulos desta tese.

No primeiro capítulo evidenciamos o tema, definimos as tradições arqueológicas mais comumente encontradas e a delimitação geográfica, uma breve discussão sobre o panorama etno-histórico dos “campos de Araraquara”. Finalmente, apresentamos os objetivos e a relevância do tema para a Arqueologia brasileira e para a sociedade.

Do segundo capítulo fazem parte as investigações arqueológicas já executadas na macro-região (compreendida entre os rios Piracicaba, Tietê, Pardo e Paraná) abrangendo o norte, nordeste e noroeste do Estado de São Paulo. Os principais trabalhos apresentados são os de Manuel Pereira de Godoy, nos anos 1940 em Pirassununga, a Arqueologia acadêmica desenvolvida na bacia do Mogi-Guaçu, cujos principais representantes são Luciana Pallestrini e Solange Caldarelli (anos 1980) e mais recentemente, Camila Moraes (2005), e a Arqueologia de Contrato de José L. Moraes, nos anos 1990. Investigações no médio e baixo Tietê, feitas por Sílvia Maranca nos anos 1980 e 1990, pesquisas no rio Pardo na década de 1980 de

Solange Caldarelli e Walter Neves, investigações em Rio Claro e adjacências conduzidas por Fernando Altenfelder Silva e Tom Miller, desde a década de 1960, o Projeto Arqueológico Turvo, em Monte Alto, desenvolvido por Márcia Angelina Alves nos anos 1990 e os trabalhos de José Anthero Pereira Jr., nos anos 1950 no extremo norte paulista. O intuito é evidenciar os projetos arqueológicos desenvolvidos, acadêmicos ou de contrato, como contendo metodologias, objetivos e resultados variados. Encará-los como ponto de partida para trabalhos de educação patrimonial e de compreensão do panorama cultural pré-contato da macro-região.

No terceiro capítulo constam os levantamentos realizados nas micro-regiões (médio Jacaré-Guaçu e médio Mogi-Guaçu). O Jacaré-Guaçu, afluente do Tietê pela sua margem direita, ainda não havia recebido atenção dos arqueólogos ao passo que o Mogi-Guaçu, já bastante pesquisado, como evidenciado no segundo capítulo, foi abordado no levantamento procurando intensificar as investigações em seu médio curso superior. O capítulo descreve o levantamento, sítios e ocorrências encontrados e uma descrição sumária do material cerâmico existente em cada sítio. O quarto capítulo traz a coleta sistemática nos sítios arqueológicos São João/Ribeirão Bonito e Da Barrinha/Boa Esperança do Sul, o laboratório e a proposta de patrimonialização do material arqueológico.

O quinto capítulo da tese propõe uma discussão sobre as implicações do discurso arqueológico na sociedade, principalmente no que diz respeito à imagem do indígena do passado e suas relações com a identidade nacional, no presente. São abordados temas tais como Arqueologia e comunidade, o papel do pesquisador/educador, finalizando com uma reflexão sobre alguns conceitos que os arqueólogos utilizam e que, transplantados para a sociedade, podem carregar noções de monolitismo e exotismo, por um lado, ou mistura e aculturação, por outro lado.

A conclusão da tese propõe encarar todas as etapas desenvolvidas como processos educativos nos quais o pesquisador/educador construirá discursos sobre o

passado atento às armadilhas que podem existir nos caminhos metodológicos que escolhe percorrer.

CAPÍTULO I

Em tempos atuais, pode-se dizer que as disciplinas não possuem fronteiras muito bem definidas e se mesclam, de acordo com o grau de dificuldade que os temas analisados apresentam ao pesquisador e ao sabor de suas escolhas subjetivas. Múltiplos acontecimentos e situações com que nos deparamos acabam por sugerir a necessidade de questões advindas de vários campos e, conseqüentemente, tem havido uma multiplicidade de respostas de diferentes especialidades que compõem as ciências humanas.

Na Arqueologia, a história não tem sido diferente e configura-se de forma mais evidente, pois os arqueólogos, além de voltar seus olhos para o passado, o fazem com base, sobretudo, mesmo que não exclusivamente, nos elementos fornecidos pela cultura material. Os objetos e os discursos proferidos sobre eles tornam possível uma vasta gama de interpretações. Os desenvolvimentos a serem apresentados nesta tese expressam algo da impossibilidade de procurarmos respostas unilaterais, tanto nos vestígios arqueológicos quanto nos textos acadêmicos produzidos sobre eles.

O foco de reflexão é o uso discursivo atual das interações étnico-culturais ocorridas entre povos indígenas de uma época pré-contato no nordeste/norte/noroeste do Estado de São Paulo, espaço compreendido entre as bacias dos rios Tietê, Mogi-Guaçu e Pardo, ao norte do rio Piracicaba (Corrêa, 1967). A proposta foi dividida em duas micro-regiões: bacias do médio Mogi superior e médio Jacaré-Guaçu, onde as etapas de campo tiveram lugar, e a macro-região aqui citada, compondo o cenário no qual já foram realizadas investigações arqueológicas acarretando comparações com os sítios cerâmicos das micro-regiões, ainda pouco estudadas pela Arqueologia brasileira.

Os trabalhos arqueológicos sobre a cerâmica indígena serão importantes elementos de análise, podendo, a partir deles, surgir comentários sobre as interações

culturais expressas no plano material, atribuídas aos indígenas de diferentes etnias. Partindo de uma idéia já aceita por nós sobre a não correlação direta entre elementos da cultura (material ou imaterial) e o sentimento de pertença étnica do grupo estudado, pretendemos discutir qual o alcance da pesquisa arqueológica sobre as identidades do passado pré-contato e quais as suas conseqüências para o presente, na medida em que os arqueólogos utilizam conceitos antropológicos muitas vezes não problematizados.

No entanto, mais do que o estudo da cultura material, a nossa Arqueologia de caráter local tem como um de seus interesses questionar dicotomias existentes nas Ciências Sociais, como aquela representada pela divisão entre Arqueologia histórica e pré-histórica (Funari & Noelli 2002, Lightfoot 1995). Para isso, julgamos importante a contribuição das mais diferentes formas de documentos disponíveis para a compreensão desses indígenas pré-contato, avaliando a cautela com que tais documentos devem ser abordados e projetados para o passado (Jones 1999). Apesar dos riscos em abordar o passado pré-contato a partir de elementos históricos (documentos coloniais) ou presentes (estudos etnográficos), uma visão etnoarqueológica, que transporta alguns elementos atuais para o passado, pode ser viável e necessária, na medida em que não se espera do material arqueológico uma reprodução fiel e direta do meio no qual ele foi criado.

Além disso, torna-se importante ressaltar que uma ligação direta entre passado e presente não será perseguida nesta tese, já que defendemos a busca por elementos que nos façam abarcar não a totalidade do passado indígena pré-contato. Antes, estamos conscientes das limitações metodológicas, que são ditadas pelas regras científicas e culturais de nosso tempo.

A região, conhecida historicamente como os “sertões de Araraquara” ou “campos de Araraquara” (Mano 1998), possui achados arqueológicos que se filiam, em alguns trabalhos, a duas tradições ceramistas: uma ligada a povos de línguas tupi, que os arqueólogos chamam de Tradição Tupiguarani ou, mais recentemente,

subtradições Tupinambá e Guarani; outra, ligada a povos de língua jê e que, por falta de melhor especificação, chamaremos, num primeiro momento de Tradição Pedra do Caboclo (utilizando uma terminologia proposta por Brochado 1984). Embora estas duas tradições já tenham sido estudadas separadamente, um exame mais aprofundado no território em questão, que parece ser a fronteira sul de uma delas (subtradição Aratu da Tradição Pedra do Caboclo), ainda não foi executado. O interesse é fazer ponderações sobre os dados históricos e arqueológicos concernentes aos povos indígenas regionais, o uso de conceitos antropológicos na tentativa de ‘definir etnograficamente’ os grupos indígenas e as consequências dessa tentativa para trabalhos de educação patrimonial que envolvam tais vestígios arqueológicos. Nas fontes históricas, a região é vista como a morada de múltiplas etnias indígenas (Mano 1998) ao passo que nos vestígios arqueológicos, as evidências apontam somente para duas tradições ceramistas, o que acarreta a utilização de múltiplos discursos subjetivos com fins educativos.

Não havendo uma ligação inequívoca entre cultura material e identidade étnica, a persistente distribuição dos achados das duas tradições não pode sugerir para o panorama pré-contato, a presença de apenas dois grandes grupos dominantes. Ao contrário, a hipótese primordial é que a cerâmica, tendo certa uniformidade estilística e morfológica, poderia ser compartilhada por grupos distintos, ultrapassando as fronteiras étnicas e dificultando a nossa compreensão dessas relações. No caso da decoração na cerâmica, com ampla distribuição espacial e persistência temporal, talvez possamos pensar em signos compartilhados entre diferentes grupos, signos estes que tivessem a função simbólica de inseri-los em uma grande nação indígena enquanto os separa de outros grupos, apesar de suas especificidades históricas, lingüísticas, étnicas e culturais. Mesmo que a Arqueologia seja enriquecida com dados etnográficos e históricos, salientamos o caráter discursivo e subjetivo dos resultados e a importância da mudança de enfoque para as suas consequências na atualidade.

Para ressaltarmos a Arqueologia enquanto prática discursiva podemos chamar a atenção para uma interpretação oposta. É aquela que versa sobre a possibilidade de encontrar nos pequenos detalhes do material cerâmico elementos de distinção étnica entre os grupos. Trata-se de uma visão relativista, a qual admite que não há regra geral regendo todos os elementos do grupo indígena que se pretende estudar (no caso, as tradições arqueológicas). Cada grupo é fruto das interações culturais que sofreu e mudanças nos padrões materiais de cultura nem sempre podem indicar mudança no sentimento de pertença étnica. Neste caso, os elementos da cultura material, como a pintura nos vasos cerâmicos, poderão não ser compreendidos como delimitadores da etnicidade do grupo, mesmo que o confronto de dados arqueológicos e etnográficos traga subsídios para a interpretação de grafismos pré-históricos. Apesar da consciência de que as duas hipóteses acima apresentam um amplo campo de análise, o enfoque desta tese recai sobre as utilizações das “certezas arqueológicas” em um plano extra-acadêmico, sobretudo aquele preocupado em levar o conhecimento do passado para vários públicos leigos.

De qualquer forma, há ainda muitas lacunas nos trabalhos arqueológicos que lidam com a cerâmica Tupiguarani, ou o seu desmembramento nas subtradições Tupinambá e Guaraní. A hipótese atual, seguida pelos arqueólogos que pesquisam estes grupos, baseados em Brochado (1984) é que os sítios tupiguaranis com maior incidência de decoração plástica corrugada, presentes mais ao sul do país e em países vizinhos, estejam ligados aos guaranis, enquanto que os sítios com maior incidência de cerâmica pintada estejam ligados aos tupinambás.

Esta divisão torna-se inteiramente observável em áreas para as quais as fontes históricas delimitaram etnicamente os grupos indígenas, como o sul do Brasil, o litoral paulista e o nordeste brasileiro, por exemplo. No entanto, sendo considerado o estado de São Paulo um território fronteiriço entre os dois grupos indígenas do mesmo tronco lingüístico (Scatamacchia 1994/1995), torna-se difícil definir, se fôssemos utilizar uma explicação tradicional, quem foram os indígenas dos “campos de Araraquara”. Este ponto de partida etno-histórico está ausente, não pelo

fato de as fontes escritas oferecerem informações desencontradas, mas sim, pela região não ter sido alvo, nos séculos posteriores ao descobrimento, de descrições como aquelas voltadas para os tupis da costa ou, a partir do século XVIII, para os povos de língua jê do centro-oeste do país.

A despeito dos problemas com os quais um grupo de arqueólogos se defronta atualmente, buscando fazer uma relação direta entre cultura material e identidade indígena, esta tese não tem como objetivo ‘preencher’ um lacuna com novas peças ao quebra-cabeças que constitui o passado indígena pré-contato do Estado de São Paulo. Antes, pretendemos contribuir para chamar a atenção à construção discursiva de uma identidade indígena no passado do nordeste paulista, sugerindo um olhar ao pré-contato que não apresente somente identidades monolíticas e pouco interagentes.

OS SUJEITOS ANALISADOS: TRADIÇÕES ARQUEOLÓGICAS

Para compreender o passado pré-contato da região estudada, podemos lançar mão dos textos produzidos sobre os vestígios arqueológicos que fazem parte de um período anterior ao século XVIII, recuando no tempo para mais ou menos 1.500 anos A.P.¹. Os povos ceramistas que habitavam o norte, nordeste e noroeste do Estado de São Paulo podem, em linhas gerais, ser enquadrados em dois grupos distintos, representados pelas cerâmicas ligadas a povos de línguas tupi (subtradições Tupinambá e/ou Guarani) e jê (duas subtradições da cerâmica Pedra do Caboclo: Aratu/Sapucai e Uru). Este é o panorama preliminar que podemos observar na macro-região desde a década de 1960, com a atuação do PRONAPA, em Rio Claro. Não filiados a tradições científicas, Manuel Pereira de Godoy e José

¹ As poucas datações referentes a sítios cerâmicos da região, revelaram as seguintes datas: 1524 A.P. para o sítio Água Limpa, em Monte Alto (Alves & Calleffo, 1996), 924 A.P., Sítio Bom Retiro, em Luís Antônio, médio Mogi-Guaçu (Caldarelli, 1983), 1010 e 700 A.P., Sítio Água Vermelha, em Ouroeste, bacia do Rio Grande (Eggers et alii 1996), quatro datas para Pereira Barreto, bacia do Tietê, entre 2200 e 1040 A.P. (Maranca, Silva & Scabello, 1994). 990 A.P., Sítio Tamanduazinho, em São Simão, bacia do Pardo (Caldarelli, 2003). 1550 A.P. para o Sítio Franco de Godoy, localizado no alto curso do Mogi-Guaçu, portanto, não fazendo parte da macro-região do projeto, mas próximo a ela (Pallestrini, 1981/82).

Anthero Pereira Jr. pesquisaram as adjacências de Pirassununga (década de 1940) e Franca (década de 1950) respectivamente. Uma apresentação desses trabalhos e de outros realizados na macro-região será feita no segundo capítulo.

Alguns autores já analisaram de forma crítica as propostas dos inícios da Arqueologia científica no Brasil (Barreto 1998, 1999, 2000, Funari 1990, 1994b, 1995c, 1996, 1999a, 1999/2000, Noelli 1993, Schiavetto 2003). Pode-se dizer que a Arqueologia brasileira, em especial aquela que aborda povos ceramistas, teve sua intensificação com o advento do PRONAPA (Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas), cujo maior objetivo era promover uma padronização técnica e metodológica em nível nacional. Idealizado por Betty Meggers e Clifford Evans, do Smithsonian Institution, dos Estados Unidos da América, o PRONAPA transplantou para a Arqueologia brasileira técnicas de campo, análise, classificação e interpretação de material arqueológico (principalmente a cerâmica), tendo como objetivo primordial a construção de cronologias relativas (Mendonça de Souza 1991, Noelli 1993, Schiavetto 2003).

Os resultados do PRONAPA, em termos de ampliação do volume de material arqueológico conhecido no Brasil, são inegáveis. Durante o seu domínio, até 1970, foram identificados mais de 1.500 sítios, definidas 125 Fases (88 delas referindo-se ao material cerâmico) e estabelecidas 14 tradições ceramistas (Mendonça de Souza 1991). Porém, em termos teóricos e ideológicos, como apontado por Funari (1995c), o PRONAPA dispunha de um ideal de objetividade e neutralidade científica que muito bem serviu ao conturbado momento político pelo qual o país passava nos anos 1960. É também inegável que a produção arqueológica brasileira, sob o domínio pronapiano, teria que seguir um caminho unilateral, salvo raras exceções, não abrindo espaço para apreensões teórico-metodológicas divergentes (Funari 1994 a, 1995c, Schiavetto 2003).

Apesar de o PRONAPA ter tido certa abrangência até 1970, muito do que foi produzido depois, por arqueólogos não diretamente ligados ao programa, continuou

a utilizar, mesmo que inconscientemente, os métodos e pressupostos pronapianos, sem a preocupação de observar as suas conseqüências teóricas e sociais. Pode-se afirmar que a Arqueologia brasileira (com o estudo dos povos ceramistas) começou a modificar a sua mentalidade, mesmo que em parte, a partir dos anos 1990, com trabalhos mais voltados para a teoria, discutindo qual o papel das investigações pronapianas para os problemas políticos e sociais brasileiros, por exemplo (Funari 1994a, 1995c, Noelli 1993, 1999-2000).

Na era pronapiana, no que toca ao material cerâmico, foi elaborado um manual, a Terminologia Arqueológica Brasileira para a Cerâmica (Terminologia I 1966, Terminologia II 1969 e Terminologia III 1976), que poderia ser utilizado para as análises tecno-tipológicas, vistas como o objetivo final da Arqueologia. Nesse manual, os achados foram divididos em fases e tradições arqueológicas, ficando elas assim definidas: “Fase: qualquer complexo de cerâmica, lítico, padrões de habitação, relacionado no tempo e no espaço, em um ou mais sítios. Tradição: grupo de elementos ou técnicas que se distribuem com persistência temporal” (Chmyz, 1976).

A Tradição Tupiguarani, que está presente nos vestígios por nós estudados, ficou estabelecida: “... após a consideração de possíveis alternativas, não obstante suas conotações lingüísticas, foi decidido rotular como ‘Tupiguarani’ (escrito numa só palavra) esta tradição ceramista tardiamente difundida, considerando já ter sido o termo consagrado pela bibliografia e também a informação etnohistórica estabelecer correlação entre as evidências arqueológicas aos falantes de língua Tupi e Guaraní, ao longo de quase todo o litoral brasileiro” (PRONAPA 1970 *apud* Noelli 1993:57-8).

Essa definição arqueológica propunha a abrangência de sítios encontrados em quase todo o território nacional e em países vizinhos. De fato, essa distribuição combinava com as descrições de cronistas e viajantes que tiveram contato com os tupis da costa e os guaranis do sul. No entanto, neste primeiro momento, o

Tupiguarani foi encarado como uma categoria monolítica e homogênea. As manifestações sutis de diferenciação cultural foram negligenciadas e tampouco se estabeleciam relações com os povos tupis etnográficos.

Na terminologia do PRONAPA, a cerâmica Tupiguarani foi definida como *“uma tradição cultural caracterizada por cerâmica policrômica (vermelho e/ou preto sobre engobo branco e/ou vermelho), corrugada e escovada, por enterramentos secundários em urnas, machados de pedra polida e pelo uso de tembetás”* (PRONAPA 1970 *apud* Noelli 1993:57-8). Está claro que, com o passar do tempo e o avanço nas interpretações do material arqueológico, essa definição tornou-se obsoleta por alguns motivos.

O motivo principal data da tese de doutoramento de José Proenza Brochado (1984), ex-pronapiano que, na década de 1980, considerou a existência de duas subtradições arqueológicas, com histórias, influências e apreensões do meio físico totalmente distintas, dando origem ao desmembramento da Tradição Tupiguarani e transformando-a nas subtradições Guarani e Tupinambá (Brochado 1984, 1987).

Esse desmembramento proporcionou aos arqueólogos a preocupação em delimitar as fronteiras entre essas duas culturas. Muitos, incluindo Brochado, acreditam que o encontro entre tupinambás e guaranis, após 2000 anos de separação a partir do seu centro de origem (Amazônia), tenha se dado no que hoje é o Estado de São Paulo, em algum ponto entre os rios Paranapanema e Tietê. As diferenças entre as duas subtradições são exaustivamente discutidas por Brochado (1984) e dizem respeito, prioritariamente, ao tipo de tratamento de superfície e à função dos vasos compreendida por meio da análise de suas formas.

Com o passar dos anos, foram aumentando as pesquisas em diversas áreas brasileiras, assim como a mentalidade dos investigadores foi sendo transformada com o advento de novas apreensões do mundo material e simbólico e com a queda de antigos paradigmas que fossilizam culturas. Um novo olhar possibilitou a um

número de arqueólogos compreender que os sítios arqueológicos apresentavam uma pluralidade de elementos que não poderiam ser encaixados em tradições estanques. O elemento tradicionalmente visto como intrusão em alguns sítios começou a ser encarado como procedente de interações, em maior ou menor grau, que os indígenas pré-contato mantinham entre si. O centro-oeste do Brasil evidencia muito bem este caráter plural do registro arqueológico (Wüst 1990, Robrahn-González, 1996).

Em menor grau, este processo de mudança do enfoque ocorreu com tradições arqueológicas menos conhecidas do que a Tupiguarani, como por exemplo, o conjunto de achados cerâmicos que Brochado denominou Tradição Ceramista Pedra do Caboclo². Grande parte da cerâmica relacionada a esta tradição, representada pela subtradição Aratu, recebeu este nome na década de 1960, pelo arqueólogo Valentin Calderón (Calderón 1969, Etchevarne, 1999/2000), próximo ao Riacho Guipe, na pequena Baía de Aratu, Recôncavo Baiano. Os povos que confeccionaram esta cerâmica fazem parte do grande grupo da Tradição Pedra do Caboclo descrita por Brochado, “... relacionada aos falantes das línguas do antigo Brasil oriental e caingangue (macro-gê), com a subtradição Aratu representando os Jê propriamente ditos” (Brochado 1984:4).

Atribui-se a tais povos ceramistas, cuja cerâmica também é conhecida como Sapucaí, Cachoeira e algo da Tradição Uru, de acordo com Brochado, uma segunda onda migratória que se difundiu pelo nordeste e leste do Brasil. Essa cerâmica, segundo Brochado, está dividida em 16 ou 17 fases diferentes, e sua distribuição alcança desde o nordeste (costa e interior da Bahia), passando pelo Espírito Santo, cabeceira do Rio Grande, um tributário do alto Paraná, cabeceiras do rio Paraopeba,

² Utilizaremos esta designação geral quando nos referirmos à cerâmica encontrada na área da pesquisa que não possui características tupis, remontando aos povos de línguas jê. Para a área, em um primeiro momento, observamos que se trata de cerâmicas que podem ser identificadas como Aratu-Sapucaí e Uru. No entanto, cabe ressaltar que a Tradição Pedra do Caboclo não se restringe à área pesquisada, sendo ainda representada pelas tradições ceramistas encontradas na região sul do Brasil (como por exemplo, Casa de Pedra e Itararé).

um tributário do alto São Francisco, cabeceiras do Araguaia, Tocantins e Paranaíba, e Lagoa Santa.

Cabe ressaltar que a relação feita por Brochado entre as cerâmicas Uru e Aratu não é observada em outros trabalhos referentes à tradição ceramista Pedra do Caboclo do nordeste e centro-oeste do Brasil. Como ressaltava Brochado, *“mais para o interior, na área entre as cabeceiras do Paranaíba e do Araguaia, anteriormente ocupada pelos sítios da Tradição Pedra do Caboclo (Jataí), bem como em área adjacente à cabeceira do Tocantins, há cerca de 40 sítios com cerâmica da subtradição Aratu (...) [Mossamedes, Itaberaí e Cachoeira] (...). A esses sítios poderia ser adicionada parte dos 40 sítios que têm sido descritos como três outras fases – Uru, Uruaçu e Jaupaci – atribuídos a uma diferente tradição, a Uru”* (1984:149-50).

O limite sul desses achados, até o momento, está ao norte do Estado de São Paulo, nos rios Grande e Pardo, território ainda pouco pesquisado (Brochado 1984:139). Há também sítios ligados à cerâmica Aratu no Vale do Paraíba, Estado de São Paulo, como atestam os estudos arqueológicos coordenados por Solange Caldarelli (Caldarelli 2001/2002; Iparo/Scientia 2003). As diferenças entre as fases da cerâmica Aratu são atribuídas, segundo Brochado, a *“... empréstimos ou contato com a cerâmica da Tradição Uru (Carajá) e subtradição Tupinambá, mais recente, provavelmente até quase tempos históricos”* (Brochado 1984:139).

Wüst (1990), apresentando Aratu e Uru como duas tradições ceramistas distintas, explica que a cerâmica Aratu primeiramente estabelecida por Calderón: *“apresenta semelhanças significativas em grande parte à cerâmica dos sítios do Brasil central onde, porém, não ocorrem os característicos ‘sítios cemitérios’”* (Wüst, 1990:68). Já a Tradição Uru distingue-se de forma acentuada da Tradição Aratu.

Em que pese as diferenças nas cerâmicas que constituem estas fases arqueológicas, é interessante notar que todas elas distinguem-se radicalmente das tradições ceramistas ligadas aos povos tupis, seja pela decoração, formas dos vasos, implantação em diferentes ambientes, morfologia dos sítios, apesar da existência de uma ou outra característica ligada à cerâmica tupi. Nos trabalhos consultados que descrevem as cerâmicas Aratu e Uru não há uma definição ou “enquadramento” do material achado no norte do Estado de São Paulo em alguma fase. Citando Pereira Júnior (1957), Brochado descreve o material encontrado nas bacias dos rios Grande e Pardo como tendo as mesmas características da pouco conhecida fase Paraopeba que, juntamente com as fases Sapucaí, Jaraguá, Itaci e Ibiraci, provenientes das cabeceiras do Paraná e São Francisco, foi enquadrada por Ondemar Dias na Tradição Sapucaí (Dias 1971, 1974 *apud* Brochado 1984).

Caldarelli (2001/2002) enfatiza a idéia de que a cerâmica considerada Aratu, do norte do Estado de São Paulo, ainda pouco estudada, pouca semelhança tem com a cerâmica Aratu recentemente identificada no Vale do Paraíba: “...o que dizer dos sítios supostamente Aratu que têm sido registrados no Norte e Oeste Paulista? Com uma cultura material tão diferente da registrada nos sítios Aratu registrados no Vale do Paraíba do Sul, a leste? O que revelam essas duas áreas geograficamente tão distantes sobre a dispersão Aratu? Haverá alguma correspondência étnica e cultural entre as populações indígenas que produziram as vasilhas cerâmicas não decoradas agrupadas sob a denominação ‘Aratu’?” (Caldarelli, 2001/2002:51).

De forma tradicional, as tradições cerâmicas sempre foram classificadas, no que toca às suas fases, tendo como ponto de partida a análise da sua pasta, sobretudo o tempero (Brochado 1984:63), para construir seqüências seriadas sugeridas pelo modelo pronapiano. Este enfoque foi se modificando com o passar do tempo, pois para muitos autores, a presença ou não de determinados temperos pode estar ligada à disponibilidade do material (no que concerne ao antiplástico, o *cauixi* é muito mais restrito geograficamente do que o *cariapé*) ou às diferentes

maneiras que os vasos são utilizados (os vasos usados sobre fogueiras podem ter diferentes temperos daqueles que não são) (Brochado 1984:83-84).

No que toca à análise cerâmica, a mudança de ponto de vista pode ser percebida nas palavras de La Salvia e Brochado: *“A pasta é um elemento importante na definição do modo de produção, utilização e acabamento superficial. É comum torná-la como uma das bases para a definição do grupo e de suas relações com seus aparentados, utilizando-se também e de forma incisiva, o antiplástico como diagnóstico. Não podemos aceitar este posicionamento, considerando-se as variáveis intervenientes na obtenção e preparação de uma pasta. [...] Todo artefato cerâmico parte de uma argila transformada em pasta e os elementos intervenientes são tantos e a interdependência e o inter-relacionamento são tais, que não podemos aceitar a sua presença como elemento decisivo de um contexto cultural. Não é o simples fato de pertencer a uma cultura e habitar um conjunto ecologicamente classificado que determinará uma produção igual”* (La Salvia e Brochado 1989:12).

A forma das vasilhas, combinada à função que ela representa, torna-se, em trabalhos como os de Brochado (1984) e La Salvia & Brochado (1989), o principal enfoque, como explicitado a seguir: *“... tentar saber como as formas específicas dos vasos são distribuídas através de muitas ‘fases’ e ‘tradições’ descritas pelos arqueólogos brasileiros. E também, tentar compreender como estas formas eram distribuídas no espaço e, se possível, no tempo”* (Brochado 1984:86).

Seguindo uma vertente diversa, outros pesquisadores preocupam-se com o universo simbólico que a decoração nos vasos pode representar (Carvalho 1976, 1983, 1999, Tocchetto 1996). A despeito da classificação da pintura e decoração plástica, utilizada pelo PRONAPA para postular fases e tradições, estes estudos preocupam-se com as representações de um sentimento de pertença étnica e distinções entre grupos existentes em alguns elementos da decoração da cultura

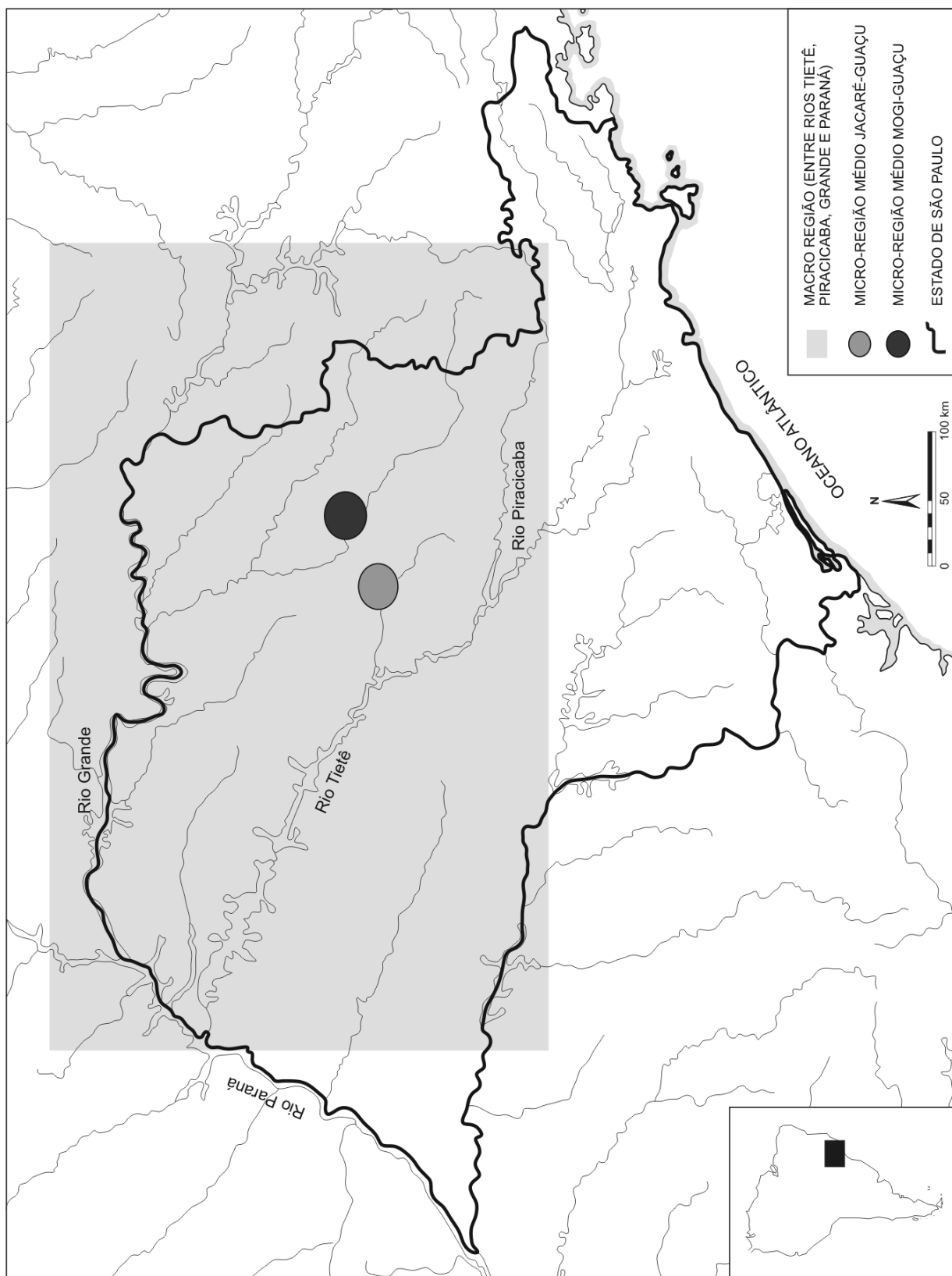
material. Baseados em dados etnográficos, sugerem que os elementos decorativos não mais podem ser classificados de um ponto de vista objetivo.

Admitindo a importância de tais elementos simbólicos para uma compreensão, mesmo que parcial, da etnicidade dos grupos do passado, não negligenciaremos os resultados de análises tecno-tipológicas do material, assim como entendemos que as relações entre forma e função, como defendida sua importância por Brochado, podem evidenciar muitos aspectos das interações culturais ocorridas entre os indígenas que confeccionaram diferentes cerâmicas, embora a distinção de grupos por meio desses elementos materiais represente um campo problemático de análise. A preocupação primordial volta-se para a necessidade de construção de uma imagem do passado, por meio dos vestígios arqueológicos, que não admita a existência de identidades indígenas imutáveis e indiscutivelmente representadas pelas tradições arqueológicas.

A região: delimitação e aspectos geográficos

A Macro-Região

“... os montes de Aracoara, que se estendem pela margem direita dos rios Tietê e Piracicaba, deram o nome ao vasto território compreendido entre aqueles rios, o Moji-Guaçu e o Rio Grande até o Paraná... Pela margem direita do Tietê até sua foz no Paraná mede cerca de 80 léguas” (M. Alvarenga apud Lemos, s.d.:21).



Mapa evidenciando macro e micro-regiões do projeto

A macro-região, cujos trabalhos arqueológicos realizados até hoje serão utilizados a fim de fazermos comparações com o material encontrado nas duas bacias hidrográficas escolhidas para a pesquisa, tem como limites naturais as margens dos rios Piracicaba, Tietê, Grande e Paraná, sendo suas áreas drenadas, ainda, pelas águas dos rios Pardo e Mogi-Guaçu. No que toca aos aspectos físicos (geologia, geomorfologia, clima, vegetação...) as duas micro-regiões possuem características bem parecidas, salvo algumas diferenças. Seus principais aspectos serão descritos a seguir.

As micro-regiões

As micro-regiões estão divididas em duas bacias hidrográficas:

Médio Jacaré-Guaçu

Com relação ao espaço físico da bacia do médio Jacaré-Guaçu, coletamos algumas informações em relatório elaborado pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT, 1999) referente à bacia hidrográfica Tietê-Jacaré, que descrevemos a seguir.

O médio Jacaré-Guaçu, afluente do Tietê pela sua margem direita, está inserido na bacia hidrográfica Tietê/Jacaré, Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos nº 13. Desta UGRHI, além do trecho do rio Tietê compreendido entre a Usina Hidrelétrica de Ibatinga e Usina de Barra Bonita, do Jacaré-Guaçu nos seus trechos alto, médio e baixo, faz parte também a bacia do Jacaré-Pepira, outro importante afluente do Tietê pela sua margem direita.

De acordo com o Relatório do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT), a sub-bacia do médio Jacaré-Guaçu representa 9 % do total desta UGRHI, tendo cerca de 1065,67 km². Desta sub-bacia, fazem parte terras dos

seguintes municípios: Araraquara, Boa Esperança do Sul, Ibaté, Ribeirão Bonito, São Carlos.

No que diz respeito à geologia, afloram na bacia hidrográfica do Tietê/Jacaré os *“sedimentos clásticos predominantemente arenosos e as rochas ígneas basálticas do Grupo São Bento (mesozóico da bacia do Paraná), as rochas sedimentares do Grupo Bauru (pertencentes à bacia Bauru, do Cretáceo superior) e os sedimentos cenozóicos representados pela Formação Itaqueri e depósitos correlatos (das serras de São Carlos e Santana), pelos depósitos aluvionares associados à rede de drenagem, além dos coluviões e eluviões”* (IPT 1999).

Segundo Setzer (1966), baseado na classificação climática proposta por Köppen, há na bacia dois tipos climáticos:

1- Cwa: quente e úmido, com inverno seco, temperaturas médias superiores a 22 ° C no mês mais quente e menos que 18 ° C no mês mais frio.

2- Cwb: pequenas áreas com ocorrência deste tipo climático. Temperado úmido com estação seca. Temperatura média no mês mais quente é inferior a 22°C e no mês mais frio é menor que 18° C.

No que toca à vegetação, a região caracteriza-se pela presença do cerrado que *“se caracteriza como um complexo de formações vegetais que apresenta fisionomia e composição florística variáveis: campestres (campo limpo), savânicas (campo sujo, campo cerrado e cerrado stricto sensu) e florestais (cerradão), formando um mosaico ecológico”* (IPT, 1999).

O cerrado, no tocante à sua implantação no espaço nacional, encontra-se quase que totalmente em clima tropical, com exceção de sua borda sul, em altitudes moderadas de São Paulo e no sul de Minas (altitudes entre 1.000-1.700m), sofrendo efeito de leves geadas em noites de inverno. Sendo a segunda maior formação vegetal brasileira, o cerrado ocorre principalmente no centro-oeste. No Estado de

São Paulo é “*interrompido por outras formações vegetais, como nas proximidades de Campinas, Ribeirão Preto, Franca e Altinópolis*” (IPT, 1999:43).

Quanto à geomorfologia, no mapa geomorfológico confeccionado pelo IPT/FEHIDRO/CBH-TJ (1999), podemos observar as seguintes ocorrências: na margem esquerda do médio Jacaré-Guaçu, entre o córrego da Água Preta (Ribeirão Bonito) e córrego Rancho Grande (Boa Esperança do Sul), as altitudes variam de 500 a 688 metros, com a predominância de morros amplos entrecortados por colinas médias entre a margem esquerda do córrego São João e a margem direita do córrego Ipê, predominando, nas margens deste último córrego, escarpas festonadas. Entre o Rio do Peixe e o córrego do Rancho Grande, há planícies fluviais em um terreno com pouca declividade para o rio Jacaré-Guaçu, como pudemos observar na etapa de levantamento de campo.

Já a margem direita do Jacaré-Guaçu, em seu médio curso, apresenta aspectos geomorfológicos diversos daqueles acima descritos. Desde o ribeirão do Laranjal até o córrego do Tanque, ambos em terras do município de Araraquara, a altitude varia de 500 a 750 metros. Do córrego do Laranjal até próximo ao rio Chibarro, predominam as colinas médias, entrecortadas por colinas amplas e mesas basálticas. Do rio Chibarro até próximo ao córrego do Tanque predominam as escarpas festonadas havendo, em ambas as margens do rio Chibarro e córrego das Cruzes, a ocorrência de planícies fluviais. Mais próximo ao córrego do Tanque, tendo como limite do levantamento de campo a sua margem esquerda, predominam as colinas amplas.

Médio Mogi superior

No que toca ao espaço físico da sub-bacia do médio Mogi superior, as informações a seguir foram coletadas do “Diagnóstico da Bacia Hidrográfica do rio Mogi-Guaçu/Relatório Zero”, elaborado em 1999 pelo Comitê de Bacias

Hidrográficas UGRHI 09 e pelo Centro Regional Universitário do Espírito Santo do Pinhal/CREUPI.

O rio Mogi-Guaçu, “Cobra Grande” em tupi, nasce no Estado de Minas Gerais, Município de Bom Repouso, e sua bacia compreende o sudoeste deste Estado e o nordeste de São Paulo. No Estado de Minas Gerais percorre cerca de 95 km, atravessando a Serra da Mantiqueira, para percorrer mais 377 km em território paulista, no planalto central, desaguando no rio Pardo. Juntamente com a bacia deste rio, a bacia do Mogi-Guaçu foi subdividida em compartimentos econômico-ecológicos. A área da presente pesquisa está incluída no compartimento denominado médio Mogi superior, do qual fazem parte as cidades Motuca, Guataporã, Luís Antônio, Rincão, Santa Lúcia, Américo Brasiliense, Descalvado e Santa Rita do Passa Quatro.

Quanto aos aspectos geológicos do rio Mogi, *“em toda a parte leste afloram as rochas cristalinas do complexo Gnáissico-Migmatítico e do grupo Açungui, com vários corpos graníticos intrusivos. O restante de sua área corresponde à parte oriental da bacia geológica do Paraná e envolve boa parte da série estratigráfica da mesma, desde o Carbonífero Superior até o Cretáceo. A quase totalidade do leito do rio é constituída de basalto que aflora em várias corredeiras, como em Salto do Pinhal, Cachoeiras de Cima, Cachoeiras de Baixo, Cachoeira de Emas e Escaramuça”* (Brigante & Espíndola 2003:4).

A bacia do Mogi, em toda a sua extensão, está implantada em quatro províncias geomorfológicas: Planalto Atlântico, Depressão Periférica, Cuestas Basálticas e Planalto Ocidental. A sub-bacia médio Mogi superior tem toda a sua extensão no Planalto Ocidental, localizando-se mais a oeste da bacia. O Planalto Ocidental é caracterizado por *“grande uniformidade, o que confere certa monotonia ao relevo, com predomínio de baixas e amplas colinas, como a Serra do Jaboticabal. As altitudes oscilam entre 400 e 600 metros”* (Brigante & Espíndola 2003:5).

Segundo o Sistema Internacional de Köppen, na bacia do Mogi há quatro divisões climáticas, sendo a que predomina na a ser abrangida a de tipo Aw, que representa *“um clima tropical com estação chuvosa no verão e seca no inverno. Esse tipo climático encontra-se no norte da bacia hidrográfica do Mogi-Guaçu. O índice pluviométrico varia entre 1100 e 1300 mm e a estação seca nessa região ocorre entre os meses de maio a setembro, sendo julho o mês em que atinge a maior intensidade”* (CBH Mogi/CREUPI 1999:17-19).

Segundo Brigante & Espíndola, a cobertura vegetal no Mogi-Guaçu é representada por diversos tipos de domínios fito ecológicos, sendo assim definidos: floresta estacional semidecidual (floresta tropical subcaducifolia), floresta ombrófila densa (floresta pluvial tropical), floresta ombrófila densa aluvial (floresta ciliar), cerrado (savana), cerradão. Na bacia do rio Mogi-Guaçu, atualmente, *“encontra-se grande parte da vegetação de cerrado e cerradão legalmente passível de derrubada, o que diminuiria ainda mais o índice de cobertura vegetal na referida bacia”* (2003:9). No médio Mogi superior, de forma específica, a maior área de mata nativa constitui-se em cerradão, seguido por cerrado e, por último, matas (CBH-Mogi/CREUPI 1999:52).

A região: panorama etno-histórico

Os indígenas figuraram, desde o início da colonização das terras brasileiras, como o centro da curiosidade dos cronistas que, especialmente nos séculos XVI e XVII, descreveram os seus costumes, as suas crenças e o seu modo de vida. Nesse empreendimento, os tupis da costa foram o centro das descrições e tornaram-se um modelo cultural que seria repetido quantas vezes se falasse em indígenas do continente americano criando, ainda, uma dicotomia entre os falantes do tupi e aqueles que falavam línguas diferentes.

A visão mais comumente adotada para os ‘selvagens’ era a de que existiam dois grandes grupos predominantes: tupis, na costa, e tapuias, no interior (Monteiro, 1994:19-21). Esta visão, por mais homogeneizante que fosse, seguiu definindo os povos indígenas até o século XIX, assumindo esta definição, a partir daí, contornos ideológicos na discussão da nacionalidade e da superioridade dos paulistas, que se proclamavam descendentes dos tupis, indígenas guerreiros e destemidos. Esta visão contrapunha-se a dos indígenas de línguas jê, vistos como preguiçosos e de caráter duvidoso (Monteiro 1992a, 1992b, 1994).

A idéia de monolitismo da cultura indígena, portanto, não nasceu com a Arqueologia brasileira, tendo esta apenas adotado formulações a partir de pesquisadores que, ao revisitar obras dos primeiros séculos do contato entre brancos e indígenas, primaram pela descrição de um povo cuja unidade cultural ficava evidente na comparação de modos de vida de diferentes grupos lingüisticamente aparentados. No estudo dos povos tupis, Alfred Métraux é o principal representante desta linha de pensamento.

Em seu “A Religião dos Tupinambás e suas relações com a das demais tribos Tupi-Guaranis”, publicado originalmente em 1928[1979], Métraux analisa as informações contidas nas obras dos séculos XVI e XVII, sobretudo Jean de Léry, André Thevet, Claude d’Abbeville, Fernão Cardim e Yves d’Évreux, chamando a atenção para a unidade existente nas práticas e ritos tupis. O autor salienta que os tupis da costa, representados pelos tamoios, temiminós, tupiniquins, caetés, tabajaras, potiguaras e guajajaras, eram ligados culturalmente aos tupinambás, embora muitos deles fossem inimigos, como por exemplo, tupiniquins e tupinambás. Esses últimos, cuja denominação foi utilizada para designar genericamente os tupis da costa supracitados, estavam localizados na Baía de Guanabara e em algumas fontes receberam o nome de tamoios (Oliveira 2002).

A respeito dos indígenas do Estado de São Paulo especificamente, a costa era habitada pelos tupiniquins, que faziam fronteira ao norte com os tupinambás e ao

sul com os carijós. O interior escassamente é citado, a não ser, como ressaltado por Florestan Fernandes, referente aos povos fronteiriços aos tupinambás, sendo citados os carajás (de língua jê), representados nos trabalhos arqueológicos pela cerâmica Uru, os maracajás e os guaianás, estes últimos, tendo sido alvo de fervorosas discussões, no final do século XIX e início do XX, sobre sua filiação lingüística (se povos jê ou tupi) (Monteiro 1992a, Gomes Ribeiro 1908, Theodoro Sampaio 1903, 1908, Affonso de Freitas, 1910). Ainda com relação ao interior, um rápido comentário de Hans Staden, sobre os tupiniquins, sugere que suas terras, no século XVI, avançassem 80 milhas para o sertão (Staden [1554]1988:72). Em Florestan Fernandes, as terras dos tupinambás, a partir de Angra do Reis, poderiam ter avançado, no século XVI, cerca de 60 milhas para o interior (Fernandes, 1949:26).

Os tupinambás são mencionados, a partir do século XVII, em fontes atinentes a outras partes do país, como por exemplo, no Maranhão e ilha de Tupinambarana (Amazonas) (d'Abbeville, [1614]1975). No estado de São Paulo, no entanto, a presença dos tupis é somente relatada, nos dois primeiros séculos, além da faixa costeira, em Piratininga, onde se falava a Língua Geral, o Nhengatu, região na qual as fontes citam a presença dos tupiniquins ou guaianás. As fontes também citam tupinambás fugindo para o interior após a derrota dos franceses para os portugueses na disputa das terras (sendo que tupinambás eram aliados dos primeiros), como diz Florestan Fernandes: *“Em consequência da guerra com os portugueses, os Tupinambá do Rio de Janeiro foram em grande parte exterminados. Outros emigraram e alguns se submeteram aos brancos”* (Fernandes, 1949:28).

Essa submissão dos tupinambás aos portugueses acontece na segunda metade do século XVI (entre 1564 e 1568). Os que ficam acabam sendo envolvidos pelo sistema colonial enquanto escravos e, aos olhos dos portugueses, tupinambás e tupiniquins acabam por ser homogeneizados, como uma grande nação indígena subjugada pela superioridade dos europeus.

As fontes de início do século XVI sugerem dois caminhos seguidos pelos tupinambás fugidos do domínio português, embora explique Fernandes que as informações concernentes a tais movimentos migratórios sejam limitadas (Fernandes 1949:33). De fato, remanescentes dos tupinambás estiveram no rio dos Patos (ao sul), onde guerrearam com os carijós, mas posteriormente foram exterminados pelos portugueses, segundo Knivet, assim como também, na terceira década do século XVII, Pero Domingues fala de suas migrações para o norte, onde viviam entre os Amoipira do rio São Francisco (In Fernandes, pág. 33).

Está claro que estes dois movimentos migratórios seiscentistas só chegaram ao nosso conhecimento devido à existência das fontes históricas supracitadas. Com certeza, tupinambás e outros grupos indígenas fugindo da dominação portuguesa rumaram para outras direções, nas quais se defrontaram com indígenas com os quais travaram disputas por territórios ou, simplesmente, instalaram-se próximos aos seus domínios, estabelecendo com estes relações relativamente amigáveis.

Torna-se difícil dizer se a área da presente pesquisa foi alcançada pelos tupis costeiros em fuga, pois não existem fontes do século XVI e XVII que possam relatar os contatos destes com os brancos. Do ponto de vista da antiguidade de sítios cerâmicos na macro-região do projeto, Solange Caldarelli, tendo pesquisado quatro acampamentos pré-históricos em Luís Antônio (bacia do Mogi-Guaçu) filiados à Tradição Tupiguarani (subtradição Pintada, fase Cambará), sugere que os grupos tupis “...tenham ocupado o vale do Mogi-Guaçu em tempos anteriores à penetração branca na região, já que em nenhum documento histórico é mencionada sua presença” (Caldarelli, 1983:117).

De fato, as datações de sítios, evidentes na nota de rodapé nº2 desta tese, demonstram uma antiguidade que varia entre 2200 A.P, sítio Tupiguarani em Pereira Barreto, baixo Tietê (Maranca, Silva & Scabello, 1994) e 924 A.P., sítio Tupiguarani, em Luís Antônio, médio Mogi-Guaçu (Caldarelli, 1983). Além disso, até hoje não foram estudados sistematicamente sítios cujo material cerâmico

caracteriza-se como “de contato”, como o sítio com cerâmica neobrasileira de Ibaté, entre São Carlos e Araraquara (Blasis, 1998), o que poderia revelar um pouco das relações entre índios e colonos não-índios em um passado mais recente.

Como por exemplo, as fontes históricas da segunda metade do século XVIII, descrevendo o vasto campo denominado Araraquara, revelam a existência de escravos negros fugidos e a provável existência de um quilombo: “...*abaixo deste rio [Piracicaba] cinco dias de viagem, ao mesmo lado, está o Jacaré-Pepira (...) e abaixo deste, em pouca distância, está o outro do mesmo nome (Jacaré-Guaçu)(...); e contam os meus antepassados que num destes rios há grandes haveres de ouro descobertos por um sertanista, porém nunca puderam topar com o lugar (...); mas eu creio que nunca conseguiram esta diligência por não calcularem a extremidade do mesmo rio, receosos de encontrarem os habitantes de um formidável quilombo que naquelas alturas se acha, de negros fugidos e homens criminosos de Minas Gerais e também da Capitania de S. Paulo*” (Manuel Cardoso de Almeida, 1783 *apud* Lemos, s.d.:70).

No que toca à história (com fontes escritas) da área do projeto, compreendida sua macro-região entre a margem direita do rio Tietê e a margem direita do seu afluente, rio Piracicaba, cuja micro-região, onde foram feitos os trabalhos de levantamento e escavação arqueológica, situa-se entre as bacias do médio Mogi superior e médio Jacaré-Guaçu, este último, afluente do Tietê, tem seu início no século XVII, como acesso às minas de ouro, por meio das Monções, Entradas ou Bandeiras, quando os paulistas tentavam atingir as terras do centro-oeste brasileiro (Mano, 1998:17).

No entanto, ainda na primeira metade do século XVIII, é um vasto território temido e desconhecido, somente presente em poucos relatos, como o que podemos ver a seguir: “... *seguindo o caminho do rio Capivari e dali ao rio Piracicaba e daí até o morro de Araquara, donde principiam os campos do dito Araquara. O mato que se intermede da Vila de Itu a Araquara serão sete ou oito dias. Atravessei os*

ditos campos até as cabeceiras do Jacaré-Pepira, que serão 10 dias. Desta paragem continuei a marcha, rompendo por ela a ponta do mato do Jacaré-Pepira na demanda e diligencia de ver se podia descobrir mais campos; e aí caminhei sempre por serrados, cortando algumas pontas de mata virgem, porém tudo mais catanduvás, a que chamam serrados, até dentro do rio Grande [Paraná]” (Pedroso de Barros, 1724 apud Lemos:s.d.:19).

É somente na segunda metade do século XVIII que os “campos de Araraquara” começam a receber atenção dos colonos, como diz Mano: “... *data de 18.05.1781, a primeira petição de sesmaria na região, em carta do Tenente Domingos Fernandes Lima que solicitava ‘légua e meia por légua e meia entre os matos do rio Piracicaba e os morros de Araraquara, nos campos onde desejava criar gado vacum’ (Lemos, s/d, p.44), a qual se seguia, com apenas um dia de diferença, a carta de Manuel Antônio de Araújo solicitando terras ‘entre os matos que acompanham o rio Piracicaba e os morro de Araraquara’ (Mano, 1998:31).*

Não pudemos ter acesso a fontes históricas locais que mencionassem com vigor as relações dos indígenas com os não índios, pois o território era considerado, até o final do século XVIII, somente um corredor de passagem para os locais considerados mais interessantes, seja para procurar as minas do Brasil central ou apresar os indígenas destas mesmas paragens. Após o século XVIII, as menções aos indígenas do local são muito sutis, com aparições e até confrontos individuais esporádicos, dando a impressão que estas populações já haviam fugido de áreas ocupadas por colonos brancos e estavam aterrorizadas com a idéia de dividir suas terras com tais invasores. Mano (2006) menciona, a partir de Lemos (sem data) e Corrêa (1967), ataques esporádicos dos índios xavantes, atribuindo esta rápida menção a este grupo étnico ao fato de serem os xavantes grupos excursionistas (Mano 2006:298-9).

Tendo como ponto de partida a época em que se intensifica a colonização da região em estudo, o final do século XVIII coloca-se como data limite entre a

História do contato ocidental e o que havia acontecido em época anterior. Desta época de maior intensidade de colonização regional, muitos autores citam, de forma vaga, os povos indígenas que habitavam os campos ao norte do rio Piracicaba. Tais fontes apresentam um panorama multi-étnico, situando populações ligadas a pelo menos dois troncos lingüísticos: tupi e jê. Marcel Mano cita, baseado em esparsas fontes históricas, tupis (tupiniquins, tupinambás e guaranis), caiapós, kaingangs, bororos, xavantes e guaicurús. Porém, essas fontes históricas devem ser vistas com cautela, pois, no que toca à nomenclatura de populações indígenas, sabemos que, muitas vezes, as designações são adotadas aleatoriamente. As fronteiras identitárias colocadas de um ponto de vista do observador externo quase nunca coincidem com as percepções êmicas (Jones, 1997, 1999).

Exemplos da imprecisão das fontes históricas são designativos tais como guaianá e tapuia, este último, conhecidamente uma denominação genérica para os indígenas do interior. Lemos, ao questionar quais indígenas teriam habitado Araraquara e adjacências, pondera sobre as seguintes possibilidades: guaianás, tupiniquins, maramomis, guarulhos, tupis ou tapuias (Lemos, s.d.:117).

Sendo um dos grupos indígenas mais citados nas fontes históricas sobre Araraquara e vizinhanças, os guaianás são, segundo Monteiro (1994:20) retomando Gabriel Soares de Souza, um grupo de língua jê que habitava São Paulo. No entanto, ainda há discussões sobre a filiação lingüística dos guaianás, como mencionado acima. Como aponta Marcel Mano, “... os guaianá, guanhanã, goianases, goanhanaz – conforme as diferentes grafias com que são registrados – aparecem, em diferentes momentos e em diversos autores [...] como sendo a principal mas não a única população indígena que habitava a região” (Mano, 1998:24).

Ao menos dois autores, lembrados por Lemos, apontam para a possibilidade de a designação guaianá não se reportar a um grupo indígena em específico. Telêmaco Borba afirma que “... a denominação guaianá era dada indistintamente a

todo selvagem cuja verdadeira identidade se desconhecia, com isso, explicando que, em Itapeva, se designavam por guaianá os índios caingangue” (Borba apud Lemos, s.d. :121). Da mesma forma, Egon Schaden salienta que “... parece não haver dúvida de que a denominação guaianá e as suas variantes se aplicavam a tribos inteiramente diversas umas das outras, como, aliás, ocorreu e continua ocorrendo com outros designativos étnicos, por exemplo, coroados, botocudos, etc.” (Schaden apud Lemos s.d.:121).

De fato, o território parece encerrar uma diversidade étnica, no que concerne às populações indígenas, sugerida pela confusão das denominações presentes nas fontes históricas. No entanto, tais fontes estão longe de fornecer um quadro explicativo para a ocupação indígena, pois se referem mais intensamente ao período de colonização, a partir do final do século XVIII. Não conseguem levantar questões, por exemplo, de quais foram as relações étnicas de um passado pré-contato. Quais eram os grupos ceramistas que habitavam os “campos de Araraquara” em um período mais recuado da história, de onde vieram, quais foram suas influências culturais e, finalmente, quais os grupos que ali chegaram tardiamente, após o contato com o europeu na costa. Tais discussões, indubitavelmente, poderão ganhar uma dimensão mais complexa a partir dos estudos arqueológicos.

No que se refere às contribuições das fontes históricas sobre os povos indígenas dos campos de Araraquara, torna-se interessante o comentário de Mano, defendendo este autor que os campos de Araraquara foram, em épocas anteriores ao século XVIII, um corredor de influências culturais distintas: *“Talvez essa miscigenação de elementos, grupos e culturas a que se assistia encenar nos Campos de Araraquara possa ser melhor entendida, ou digerida, à luz de um quadro geográfico e etnográfico mais amplo. O planalto ocidental paulista poderia ter facilmente servido como região de intenso tráfego de elementos culturais, via de escoamento e corredor de influências porque sitiado, a um lado, pelas serras de Piratininga e o litoral atlântico; por outro pela região do Chaco que se forma a*

oeste da bacia do Paraná; ao norte, pelos campos e matas do Brasil central e ao sul pelos campos férteis do Paraná e os pampas” (Mano:1998:25).

Em termos de ligações com indígenas de outras áreas do país, é certo que houve influências de indígenas das adjacências. Podemos pensar em uma leva de influências do litoral e do sul do país. Desta forma, podemos lançar mão das descrições feitas por alguns cronistas e seus posteriores comentadores, como Alfred Métraux e Florestan Fernandes. No entanto, não podemos negligenciar as contribuições de trabalhos concernentes ao centro-oeste brasileiro e sul de Minas Gerais, sobretudo no que diz respeito aos indígenas caiapós e carajás, ambos povos falantes de línguas jê.

No que toca à delimitação temporal, cabe ressaltar que as fontes históricas levantadas nortearam a percepção de um complexo quadro étnico. No entanto, o foco de nossas discussões será o material arqueológico da época anterior ao século XVIII, procurando dar início a uma contribuição do ponto de vista arqueológico aos estudos etnográficos que se referem ao nordeste do Estado de São Paulo e adjacências. Até mesmo nos vestígios mais recuados temporalmente podemos sugerir as interações culturais ocorridas³, influências de culturas de outras regiões, mesmo em sítios inquestionavelmente atribuídos a determinadas tradições arqueológicas, cujas definições monolíticas são nosso foco de discussão.

Escolha e relevância do tema

Uma pesquisa em área ainda não explorada sistematicamente em termos arqueológicos constitui-se em importante ferramenta para a compreensão das interações sociais que se deram antes, mas também depois do contato com o não índio. Nas sínteses consultadas (como por exemplo Brochado 1984), e naquelas que dizem respeito ao territórios contíguos ao projeto (por exemplo Wüst 1990) há

³ Em nossas pesquisas, acreditamos que apontar interações culturais não significa delinear identidades étnicas, pois tais manifestações são, a nosso ver, dois elementos distintos das identidades dos grupos indígenas.

menções esporádicas sobre a Arqueologia do norte, nordeste e noroeste paulista. Muitas delas, escritas nas décadas de 1980 e 1990, não dispunham de informações para este trecho paulista, que sempre foi uma incógnita em termos de compreensão das populações do pré-contato.

Apesar das pesquisas já realizadas, que serão detalhadas no segundo capítulo, e dos esforços de amadores que, entre as décadas de 1940 e 1960, reuniram muito material arqueológico de localidades banhadas pelos rios Grande, Pardo e Mogi-Guaçu⁴, ainda não foram centrados esforços na compilação de todas as referências dos “campos de Araraquara”, a fim de compará-las com outras regiões (o restante do Estado, o centro-oeste do país e o sul de Minas Gerais).

Um melhor conhecimento da natureza dos sítios arqueológicos existentes nas bacias do médio Mogi superior e do médio Jacaré-Guaçu poderá trazer questões importantes para se construir um discurso que inclua os povos indígenas ao invés de ocultá-los, como acontece nas fontes etno-históricas (Mano 2006). Confrontar os dados arqueológicos aos etno-históricos, que sugerem uma ocupação multi-étnica, longe de ter o intuito de buscar por respostas definitivas, será um exercício importante na busca por elementos que nos façam compreender como, em uma configuração pré-contato, os povos ali se encontravam.

Para a população, acostumada a exaltar o passado de migrantes hoje ligados às elites, conhecer o passado indígena auxiliará em uma visão menos empobrecedora e homogeneizante da história regional tornará o indígena um elemento mais comum em suas vidas. As exposições temáticas e palestras que resultam dos trabalhos de campo e laboratório podem fazer surgir uma imagem de continuidade histórica (não-linear), nos mitos transformados, mas ainda existentes, e nas relações que muitas pessoas têm ainda hoje com o material arqueológico e com os locais dos sítios.

⁴ Veremos, no segundo capítulo, as importantes contribuições de Manuel Pereira de Godoy (para a Arqueologia da região de Pirassununga) e José Anthero Pereira Jr. (para a Arqueologia da região de Franca).

Finalmente, para as questões indígenas, desconstruir um passado monolítico e estático auxilia na formulação de discursos mais engajados nos problemas que os povos indígenas enfrentam ainda hoje em contato com a sociedade nacional.

Abordagem das fontes selecionadas

Para esta pesquisa, utilizaremos uma definição de Arqueologia que leva em consideração as relações e a busca por continuidades (não lineares) entre Pré-História e História dos povos indígenas. Os métodos da Pré-História auxiliarão no tratamento do material arqueológico (a cerâmica, sobretudo) e colocarão os limites da análise deste tipo peculiar de fonte. Mesmo que uma abordagem relacionada aos povos indígenas na maioria das vezes tenha a tendência de cair na tentação de fazer analogias diretas entre passado e presente, seguiremos uma vertente teórica que pondera sobre os riscos de se promover esta ligação de maneira linear. Baseados em fontes etnográficas, poderemos defender, por exemplo, que elas fornecem alguns elementos para se compreender o passado, mas não se constituem em fontes a serem projetadas integralmente para um passado anterior ao domínio europeu.

Cabe lembrar, também, que as fontes arqueológicas são ricas fontes de análise, porque contém múltiplas abordagens e, muitas vezes, revelam o potencial analítico escondido nos vestígios fragmentados que encontramos.

No que concerne às fontes históricas, não há um número satisfatório de relatos disponíveis que abordem os povos indígenas que ali viveram. Como já salientado, os índios são apresentados, muitas vezes, em instantâneos que pouco dizem sobre suas identidades, sugerindo um quadro multi-étnico para os campos de Araraquara antes da chegada do europeu. A utilização das diferentes fontes de áreas adjacentes terá como meta, da mesma maneira que as fontes materiais, apresentar alguns elementos que persistem nos mais variados enfoques e, assim, utilizá-los para tecer

discursos sobre o tema em estudo, pensando nas influências que os indígenas dos campos de Araraquara sofreram das populações das adjacências.

As fontes históricas dos séculos XVI e XVII dizem respeito, especialmente, aos tupis da costa. Nestas fontes, representadas por autores como Hans Staden, Jean de Léry, André Thevet, Claude d'Abeville e Fernão Cardim, as informações que podem ser utilizadas referem-se à menção à cultura material dos indígenas e suas relações com mitos e ritos. Torna-se muito importante observar nestes relatos a importância dada à cultura material (objetos confeccionados para caça, pesca e guerra, adorno, além dos utensílios cerâmicos) e a sua relação com o cotidiano dos povos indígenas, mas também sua forte carga simbólica.

Tais fontes também fornecem alguns indícios dos movimentos de migração dos povos indígenas da costa, em suas abordagens posteriores, por pesquisadores que procuraram descrever os tupis da costa por meio das fontes de cronistas e viajantes.

A abordagem do material arqueológico torna-se a parte mais complexa, devido ao grau de destruição dos sítios das etapas de levantamento de campo. Desta forma, a junção de dados diversos (fontes etnográficas, etno-históricas, arqueológicas, relatos orais) torna-se fundamental para a construção de uma visão sobre os povos indígenas do passado da área em evidência.

A partir da análise laboratorial do material, tendo como foco central a cerâmica, poderemos inferir, de posse de trabalhos já realizados nas regiões circunvizinhas, quais foram as influências culturais advindas de outros locais. O intuito é, embora este não seja um objetivo principal, a partir do material dos sítios escavados, imaginar um quadro de movimentação dos povos indígenas nos campos de Araraquara. Para tanto, tomar conhecimento das fases e tradições colocadas pela Arqueologia tradicional torna-se uma tarefa importante, mesmo que saibamos das limitações quando enquadrarmos achados em terminologias pré-estabelecidas.

O exame da decoração dos potes com certeza não será tarefa central da pesquisa, por pelo menos dois motivos: 1- os sítios têm material cerâmico bem fragmentado pela ação do arado, dificultando a visualização dos grafismos, quando existentes; 2- a cerâmica não representa apenas a “Tradição Tupiguarani”, que possui vasos com decoração plástica e pintura, mas também cerâmica ligada aos povos de línguas jê, representados na Arqueologia da região pelas cerâmicas Aratu e possivelmente Uru. Tais materiais cerâmicos trazem uma quantidade mínima de potes com decoração plástica ou pintura, o que inviabilizaria uma interpretação dos grafismos. Ainda, vale ressaltar que consideramos tal análise um terreno perigoso para a Arqueologia, devido à impossibilidade de projeção de conteúdos simbólicos do presente para o passado pré-contato.

As vertentes teóricas que seguiremos são as mesmas de trabalho anterior (Schiavetto 2003) baseado em Jones (1997, 1999) e Funari (1990, 1994a, 1995a, 1995b, 1995c, 1999a, 1999b, 2000a, 2001), que admitem múltiplos enfoques sobre o passado, ponderando que as fontes materiais e as escritas podem se complementar ou se contradizer, dependendo da situação. Admitimos uma definição abrangente de identidade étnica, podendo ser esta ora primordial, ora situacional/instrumental (Poutignat & Streiff-Fenart 1995), acreditando que as identidades são construídas no movimento entre as definições objetivistas e subjetivistas. Não temos, no entanto, o objetivo de buscar na cerâmica traços deixados por um grupo étnico específico, mesmo que esta cerâmica possa ter sido, em determinados momentos, um delimitador de identidades étnicas. Se isto aconteceu, não cabe evidenciar tais delimitadores, a não ser como um exercício que pressupõe variadas interpretações do passado com base em dados recentes, sem o intuito de compartimentalizar identidades. Se fizéssemos isto, estaríamos criando outras categorias terminológicas, mas não tão diferentes daquelas terminologias simplificadoras com que a Arqueologia vem denominando os grupos indígenas do passado.

Em outras palavras, a pesquisa está inserida em uma vertente pós-processual (Funari 1990, 1994a, 1994b, 1995b, 1995c, 1999a, 1999b, 2000a, Jones 1997, 1999, Shanks & Tilley 1987), cujo principal ponto de vista é a concepção que o arqueólogo tem sobre o indígena, suas influências advindas de diversas áreas das Ciências Humanas e suas consequências enquanto prática voltada para a sociedade atual.

Os objetivos

Partindo da vertente pós-processual acima mencionada, os objetivos concentram-se na possibilidade de analisar a produção científica (arqueológica, etnográfica e histórica) sobre os povos indígenas do Estado de São Paulo, em geral, e de Araraquara, em específico. Este enfoque pondera sobre as consequências de uma ciência (sobretudo a Arqueologia) positivista e pouco consciente de sua participação na construção das identidades indígenas do passado.

As fontes históricas e a produção arqueológica recente sobre os povos ceramistas do território apresentam dados que serão incorporados à nossa análise com o objetivo de questionar visões estanques e simplistas da relação entre passado e presente.

Os usos atuais que se tem feito de investigações sobre o passado indígena são vistos, nesta tese, como estratégias discursivas propagadas historicamente pelo saber científico e incorporadas ao nosso cotidiano como se fossem verdades (como por exemplo, o discurso de exotismo) cuja autenticação reside no passado “resgatado” por meio da cultura material.

Os trabalhos de campo (levantamento e escavação) e laboratório propostos serão base para propor outras visões sobre este material, formando coleções para compor exposições temáticas e discussões sobre os temas do passado com a comunidade de Araraquara. Com isto, propomos a construção de saberes

arqueológicos com a sociedade, questionando a crença em visões imparciais e unilaterais sobre os povos indígenas, partindo do pressuposto que no discurso científico estão contempladas as subjetividades criadas e recriadas pelos autores e seus contextos.

Arqueologia na região até hoje

A área escolhida para o desenvolvimento da pesquisa já foi alvo de muitos trabalhos arqueológicos desde os anos 1940, com a Arqueologia amadora de Manuel Pereira de Godoy em Pirassununga. Muito já se discutiu sobre os achados nesta parte do Estado de São Paulo. No entanto, uma síntese de tais resultados ainda não foi executada.

Tendo como ponto de partida os objetivos supracitados, o próximo capítulo apresentará os principais projetos arqueológicos, bem como as iniciativas investigativas menos abrangentes, que de alguma forma podem contribuir para se discutir o material arqueológico encontrado no médio Mogi superior e médio Jacaré-Guaçu⁵.

⁵ No terceiro capítulo, apresentaremos uma descrição das etapas de levantamento e dos sítios cerâmicos encontrados nas duas bacias hidrográficas pesquisadas.

CAPÍTULO II – ARQUEOLOGIA DOS CAMPOS DE ARARAQUARA E OS SÍTIOS CERÂMICOS

A base de cadastro de sítios arqueológicos do IPHAN possui, atualmente, informações sobre mais de 900 sítios arqueológicos detectados no Estado de São Paulo. Informações tais como nome do sítio, nome do pesquisador, município, bacia hidrográfica, descrição sumária do material, trabalhos realizados no local e, mais raramente, filiação cultural dos artefatos, são dados constantes em suas fichas. A partir desta base é possível fazer um levantamento estadual (ou mesmo nacional) de projetos desenvolvidos, separando os sítios por tipos de materiais: sítios líticos, lito-cerâmicos, cerâmicos, pintura rupestre, sítios históricos (ver ao final do capítulo uma lista com os sítios arqueológicos cerâmicos da macro-região).

No entanto, a base do IPHAN está longe de atingir a real quantidade de novos sítios encontrados, sobretudo com a disseminação da Arqueologia de Contrato no país. Sua base, embora tenha sido atualizada há pouco tempo, não contempla o número cada vez maior de sítios descobertos e passíveis de análise e comparação com outros contextos.

Há certo consenso entre arqueólogos em sugerir que os trabalhos pronapianos, a despeito de suas questões ideológicas, contribuíram para a sistematização do conhecimento arqueológico nas áreas onde seus pesquisadores atuaram de forma intensa. Assim, de maneira destacada, o sul do país e o centro-oeste, por exemplo, possuem uma extensa produção bibliográfica descritiva procurando abarcar toda a variabilidade observada no material arqueológico pelos pronapianos. Parte do Estado de São Paulo, por não ter sido alvo dos pronapianos que abrangiam o território nacional a partir dos anos 1960, configura-se de forma diferenciada.

Embora a sistematização do PRONAPA tenha produzido uma espécie de ‘camisa de força’ para os achados, ela também é vista, ainda hoje, como um ponto de partida para estudiosos que atuam nessas regiões anteriormente alvo do

PRONAPA. No entanto, como já afirmamos anteriormente (Schiavetto 2003) baseados em autores que abordam a história da Arqueologia brasileira (como Funari 1994a, 1994b, 1995a, 1995b, 1995c, 1999a), os pressupostos pronapianos não ficaram restritos às explicações dos locais onde os seus pesquisadores atuaram, visto que um dos objetivos do PRONAPA era produzir um panorama geral das ocupações pré-históricas no Brasil. Assim, longe de ser uma metodologia de abordagem de campo, o PRONAPA acabou por criar uma mentalidade classificatória de cunho abrangente. Todo o material recém descoberto deveria ser encaixado nas classificações e subclassificações pronapianas (as fases, tradições e horizontes).

Os locais não privilegiados pelo PRONAPA, no decorrer das décadas, passaram a ser vistos como “hiatos arqueológicos”, pois não haviam sido alvo do ponto de partida que era o enquadramento pronapiano em fases e tradições. No entanto, em vez desta ausência criar designações e classificações locais para os achados posteriores à era pronapiana, acabou estendendo os seus modelos para áreas nunca abrangidas por estes arqueólogos.

Apesar das inúmeras críticas feitas ao PRONAPA, poucos arqueólogos procuraram libertar-se, em certo grau, das nomenclaturas fossilizadoras da cartilha pronapiana. No Estado de São Paulo, uma vertente mais ligada à Escola Francesa de Arqueologia foi inaugurada por Luciana Pallestrini. Porém, sua diferenciação da Arqueologia vigente no Brasil àquela época residia mais nas metodologias de campo do que nos modelos de classificação do material arqueológico. A terminologia pronapiana havia sido amplamente adotada e encontra-se em uso, até hoje, nos mais diferentes contextos, nos trabalhos de arqueólogos que seguem as mais diversas vertentes teóricas.

Tentativas de questionar e oferecer alternativa à metodologia pronapiana foram feitas por iniciativas individuais, como por exemplo, J.P. Brochado (1984), que dividiu a Tradição Tupiguarani em duas subtradições, e J.L. Morais (1999-

2000), que propôs o estabelecimento de “Sistemas Regionais de Povoamento” com base em princípios das ciências ambientais. No entanto, tais modelos diferenciados são utilizados por grupos isolados na Arqueologia brasileira, não exercendo totalmente o papel para o qual foram criados: questionar modelos vigentes. O caso das subtradições propostas por Brochado é um exemplo interessante. Embora a proposta de divisão da grande Tradição Tupiguarani em duas subtradições auxilie na compreensão das discontinuidades presentes na cultura material, o modelo de Brochado acaba sendo utilizado para outros fins. Em sua tese, de 1984, Brochado define e descreve cuidadosamente todas as tradições cerâmicas arqueológicas do leste da América do Sul, inclusive suas fases, localização geográfica e pesquisadores que as abordaram.

Baseado sobretudo nas diferenças morfológicas da cerâmica (que sugerem diferenciação nos padrões de subsistência) o arqueólogo propõe as subtradições Tupinambá e Guaraní. O problema de fossilização, no entanto, continua a existir nos discursos dos arqueólogos que aderem a este novo modelo. A questão, a partir de então, passa da identificação de antigos grupos tupis para a identificação de apenas dois grupos diferenciados e a pergunta muda: em determinadas regiões, os sítios cerâmicos são mais ligados aos tupis ou aos guaranis?

Embora a metodologia de Brochado tenha o diferencial do confronto de fontes de vários tipos (arqueológicas, históricas, lingüísticas, por exemplo), a maneira como os seus resultados são reproduzidos pelas gerações posteriores ainda continua a privilegiar as fontes escritas, ao menos no caso do estudo dos tupis (Jones 1999), pois os vestígios são enquadrados em subtradições cuja comparação com o que dizem as fontes históricas torna-se inevitável. Desta forma, mesmo com estas tentativas de modificação da mentalidade, na Arqueologia brasileira, o vestígio material dos povos indígenas do passado oscila entre a ‘verdade’ que o objeto encerra e a coincidência entre as suas fronteiras e as fronteiras étnicas dos grupos indígenas historicamente conhecidos.

Não é nosso objetivo aqui enquadrar os trabalhos já feitos no nordeste/norte/noroeste do Estado de São Paulo em uma ou outra vertente. A área, se formos pensar em termos de contribuições pronapianas, configura-se como um daqueles “hiatos arqueológicos”⁶ citados anteriormente. O PRONAPA nunca chegou a produzir análises dos sítios arqueológicos nela encontrados. A não ser em Rio Claro, onde o programa atuou por intermédio de Tom Miller, Fernando Altenfelder Silva e Maria da Conceição Beltrão, e os trabalhos de Manuel Pereira de Godoy em Pirassununga (1946) e José Anthero Pereira Jr. no extremo norte paulista (1957), dois importantes ‘amadores’ da Arqueologia paulista anteriores à era pronapiana, os outros estudos produzidos na macro-região estiveram afiliados à Arqueologia acadêmica produzida pelo então Museu Paulista e Instituto de Pré-História e, posteriormente, pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da USP. Mais recentemente a Arqueologia de Contrato gerou dados a partir de vários empreendimentos.

A Arqueologia do nordeste do Estado de São Paulo vem sendo conhecida, mais intensamente desde os anos 1960 (para Rio Claro), e anos 1980 (delimitação mais restrita ao médio Mogi-Guaçu), por diferentes linhas teóricas, buscando inúmeras respostas, nem sempre concentrando esforços, os seus pesquisadores, em “afinar” os discursos. Tendo esta variedade de métodos e objetivos em mente, evidenciamos as investigações já realizadas e os sítios cerâmicos encontrados.

Os trabalhos a serem discutidos foram divididos, na maioria dos casos, por bacias hidrográficas (bacia do Pardo, bacia do Tietê, bacia do Mogi-Guaçu...), assim como os títulos e divisões de grande parte dos projetos arqueológicos já executados. Essa divisão facilita a visualização das ocorrências, embora devamos ressaltar que não acreditamos que cada área tenha que ser definida pelo seu tipo de ocorrência.

⁶ O termo “hiato arqueológico” é discutido no quinto capítulo desta tese.

Em termos cronológicos, os estudos de Manuel Pereira de Godoy, em Pirassununga, podem ser considerados pioneiros no que toca aos sítios cerâmicos. Embora não tenha sido etnógrafo, nem tenha se dedicado à Arqueologia acadêmica (dedicou-se, enquanto biólogo, ao estudo de peixes) esteve interessado nos vestígios dos antigos indígenas de Pirassununga e região, fazendo descrições destes vestígios a partir da localização de sítios arqueológicos, procurando compreender, baseado na cultura material, quais os padrões culturais que permeavam a vida dos indígenas do passado. Em seu artigo “Los extinguidos paingá de la cascada de Emas” (1946), Godoy dá um panorama geral das realizações materiais dos indígenas que ele denomina “paingá”, a partir de vestígios de vários sítios arqueológicos que o pesquisador detectou em Pirassununga e Rio Claro no decorrer da década de 1940.

O seu trabalho se destaca por ser escrito sem a pretensão de se constituir em texto acadêmico, dentro dos rigores das vertentes teóricas das Ciências Humanas (mas àquela época não existentes na Arqueologia brasileira, não tendo se constituído, ainda, no âmbito acadêmico), apresentando informações das mais variadas sobre os povos indígenas do rio Mogi-Guaçu.

Faz analogias universalizantes entre a cultura material do indígena que ele classifica como “paingá”, falantes do tupi-guarani, e os mais diversos aspectos da cultura indígena da América do Sul. Adota, mesmo que de forma inconsciente, o modelo de migração dos tupis de sul para o norte, como podemos perceber neste trecho: “... tomando como tesis la migración litoralense del pueblo tupi-guarani, vamos a descubrir su primitiva morada entre los rios Paraná y Paraguay, conclusión ésta la que llegamos en virtud de descubrirse usos y costumbres más tradicionales a las tribus que habitaron hasta hace poco tiempo aquella región”... completando, adiante, a idéia de que “la rama migratoria de los tupis dela costa es la que proveyó elementos para el poblamiento indígena de Pirassunuga y de otros municipios vecinos” (Godoy, 1946:06).

O termo “paingá”, salienta Godoy em extensa nota explicativa, possui muitas variantes, dentre elas estando termos conhecidos como *caingá*, *caaguá*, *paiaguá*, *cainguá*, *kayowa*, *caioá*. No entanto, alguns pesquisadores posteriores já observaram que o nome paingá suscita confusão entre indígenas de etnias diferentes, como afirma Mano (2006): “...[Godoy] utiliza o etnônimo Paingá para se referir ao povo que habitou a região, o que por vezes provocou a lembrança dos Payaguá – uma horda dos Guaycuru que aparecem nos documentos monçoeiros no baixo Tietê. (...) ao invés de Paingá é mais provável que ele esteja se referindo aos Guarani-Kaiowá como são conhecidos historicamente alguns grupos tupiguarani” (Mano, 2006:205).

Ainda, como biólogo, abordou a Antropologia Física, destacando algumas medidas antropométricas a partir de descendentes de indígenas em Rio Claro. Apesar das comparações com a cultura material de outras regiões, muitas vezes generalizantes em demasia, a importância de sua contribuição talvez resida na relevância dada ao passado indígena e na localização de dezenas de sítios arqueológicos em Pirassununga e Rio Claro, inaugurando o que viria a ser o estudo arqueológico dos povos indígenas que habitaram as margens daquele trecho do rio Mogi-Guaçu. Outra contribuição está em seu artigo “Los extinguidos Paingás...” de 1946, no qual o autor procura fazer uma analogia entre mito e cultura material, fazendo uma interpretação das esmeradas pinturas nas tampas das igaçabas e recolhendo entre os moradores rurais das imediações de Rio Claro uma série de histórias cujos paralelos com o pensamento mítico indígena são inegáveis (a origem das estrelas, o Boitatá, a Boiúna, uma serpente gigante).

O seu trabalho enquanto arqueólogo amador foi pouco utilizado na Arqueologia brasileira, mas para pesquisadores que se voltam para a compreensão das populações indígenas do médio Mogi-Guaçu suas contribuições perduram até a atualidade em seus escritos e na coleção arqueológica particular que reuniu durante o tempo em que esteve interessado no passado de Pirassununga. A sua coleção, que está sendo retomada por Moraes (2005), contém muitas peças inteiras (inclusive

seis urnas, sendo uma delas em pintura policrômica, procedente de Porto Ferreira), muito material lítico lascado e polido (Camila Moraes, comunicação pessoal). Em seu texto de 1946, Godoy apresenta um mapa de Pirassununga que demonstra as ocorrências líticas e cerâmicas. São onze ocorrências de objetos cerâmicos e dezoito de objetos líticos (não especificando se lascado ou polido). O mapa de Rio Claro evidencia dez ocorrências lito-cerâmicas. As figuras do referido artigo também mostram a variedade de material arqueológico regional. São cachimbos, fragmentos cerâmicos com decorações diversas (pintura policrômica, decorações plásticas tais como unglado, acordelado, inciso), fragmentos de borda de pote com apêndice, grande variedade de ferramentas em pedra polida e lascada, como lâminas de machado, mãos-de-pilão, pontas de flecha e raspadores.

Há, em meio ao material polido coletado por Godoy, dois curiosos artefatos em forma retangular, em basalto. O autor faz uma analogia com as tangas em cerâmica da Ilha de Marajó. Mesmo que tal comparação possa parecer infundada, é interessante frisar que em pesquisa de Arqueologia de Contrato nos arredores de Araraquara (Rodrigues 2006) encontramos um fragmento polido em basalto que sugere uma forma retangular. No Centro de Divulgação Científica e Cultural da USP/São Carlos, há o mesmo artefato polido retangular, desta vez em arenito rosa. Mesmo que não tenhamos observado em literatura arqueológica e etnográfica objeto semelhante, a sua recorrência na região nos parece evidente. Segundo Godoy, há três exemplares deste objeto na coleção do Coronel Gualter Martins, de Rio Claro (Godoy, 1946:21).

Dentre os trabalhos de Arqueologia acadêmica desenvolvidos na bacia do Mogi-Guaçu podemos citar os de Pallestrini (1981/82), Caldarelli (1983) e Moraes (2005). As investigações de Luciana Pallestrini iniciaram-se em 1979 e se restringiram a análise de apenas um sítio arqueológico. Localizado no município de Mogi-Guaçu, o sítio arqueológico Franco de Godoy possui material cerâmico classificado como Tupiguarani e foi datado em 1550 a.P. Podemos considerar este

sítio como sendo o primeiro abordado pela Arqueologia acadêmica na bacia do referido rio. Até então, os estudos no interior do Estado de São Paulo estavam voltados sobretudo para Rio Claro e a bacia do Paranapanema (sob coordenação de Luciana Pallestrini). Posteriormente, Solange Caldarelli e Walter Neves iniciaram um projeto na bacia do rio Pardo (Caldarelli & Neves 1981) e do Mogi-Guaçu (Caldarelli 1983).

Apesar de as investigações de Pallestrini no sítio arqueológico Franco de Godoy somente terem sugerido o potencial arqueológico da bacia do Mogi-Guaçu, foi retomado e ampliado ao menos mais duas vezes, pelo arqueólogo José L. Moraes (1995), por meio da Arqueologia de Contrato, e por Camila Moraes (2005), que atualmente desenvolve dissertação de mestrado propondo uma releitura dos trabalhos arqueológicos já realizados nas bacias do Mogi-Guaçu e Pardo.

Ainda nos anos 1980, outra proposta arqueológica na bacia do Mogi-Guaçu, desta vez no município de Luís Antônio, foi desenvolvida por Solange Caldarelli (1983). O interesse em pesquisar esta área ainda não explorada do Mogi-Guaçu nasceu a partir de informação oral colhida na bacia do rio Pardo. Na ocasião, foram localizados quatro sítios arqueológicos cerâmicos. Os sítios Monjolo, córrego do Canavial, Ribeira e Bom Retiro, implantados à margem direita do Mogi-Guaçu, receberam um tratamento metodológico inicial (coletas de superfície e cortes para verificação estratigráfica) e o material resultante de tal coleta compõe o artigo publicado em 1983 como uma espécie de catálogo cerâmico. Esse trabalho, embora também não se constitua em levantamento e escavação sistemática no Mogi-Guaçu, traz muitas informações relevantes sobre sítios ceramistas. Pode-se dizer que as pesquisas arqueológicas que aconteceram após 1983 sempre destacaram a existência dos quatro relevantes sítios arqueológicos em Luís Antônio, sinalizando para a riqueza de informações arqueológicas que a área encerra.

Mais recentemente, além do desenvolvimento do nosso projeto (cujos resultados de campo e laboratório constam nos capítulos III e IV da presente tese)

outro projeto tem sido desenvolvido. Moraes (2005) propõe em seu mestrado aprofundar a compreensão de sítios ceramistas do nordeste do Estado de São Paulo filiados à Tradição Tupiguarani. Buscando verificar a existência de padrões e/ou variações culturais nos contextos arqueológicos, Moraes selecionou os quatro sítios encontrados por Solange Caldarelli em Luís Antônio, dois sítios em Mogi-Guaçu (Franco de Godoy e Ipê), dois em Mogi-Mirim (Franco de Campos e Barragem), e um sítio fora da bacia do Mogi-Guaçu, o Lambari II, do município de Casa Branca, bacia do rio Pardo.

A arqueóloga centra atenção à discussão da opinião de o Estado de São Paulo ser considerado “terra de fronteiras” entre diferentes grupos ceramistas. Tendo sobretudo a preocupação de discutir as fronteiras culturais entre os proto-tupi e proto-guarani, apreensíveis no universo material da cultura, Moraes cita os principais autores cujas teorias contribuíram para a utilização do termo supracitado quando se fala da Arqueologia paulista. Dentre os principais autores citados, estão Robrahn-González (2000a, 2003), Schmitz (1991), Morais (2002), e Scatamacchia (2005), na Arqueologia, e Métraux (1949), no que toca às pesquisas etnográficas. Caldarelli (2001-2002), segundo Moraes, não concorda com o conceito de “terra de fronteiras”, mas sim, defende São Paulo como território onde houve intensa interação entre povos diferentes, cujas inter-relações os arqueólogos não observam por ausência de investigações mais aprofundadas (Moraes, 2005:09).

Embora a pesquisa ainda esteja em andamento, a Moraes ressalta a necessidade de estudo que busque compreender a área inserida em uma problemática maior (as rotas de migração dos tupis) e a possibilidade de “localização segura” da fronteira entre grupos proto-tupi e proto-guarani, embora acrescente que os dados arqueológicos ainda são insuficientes. Tem, no entanto, observado uma grande variabilidade artefactual e na implantação das aldeias do nordeste paulista enquadradas na Tradição Tupiguarani.

Outros trabalhos têm sido desenvolvidos na bacia do Mogi-Guaçu desde a década de 1990. Estes, porém, estão ligados à Arqueologia de Contrato e possuem dinâmicas e objetivos diferenciados.

A Arqueologia de Contrato tem sido, desde os anos 1990, uma forma de aumentar o conhecimento do quadro arqueológico do norte/nordeste/noroeste do Estado de São Paulo. De lá para cá, muitas investigações contratadas por empreendedores foram conduzidas e alguns resultados em termos de quantidade de sítios arqueológicos detectados puderam ser alcançados. Apesar dos problemas de continuação investigativa que, em muitos casos, a Arqueologia de Contrato apresenta, é importante ressaltar o seu papel crucial no contato com empresas e usinas, divulgando a cultura material do passado e a necessidade de se promover políticas de educação patrimonial.

Apesar da importância de se acompanhar as conseqüências em um dado território, esta tarefa torna-se difícil de realizar devido ao caráter ágil e muitas vezes superficial do contrato arqueológico. Na maioria dos casos, o acompanhamento se dá por meio da leitura de relatórios parciais e finais das equipes arqueológicas. Tais relatórios são enviados para instituições de apoio ao projeto, mas nem sempre isto acontece. Por outro lado, muitos arqueólogos contratados transcendem os limites da pesquisa regional e divulgam os seus trabalhos em vários meios, como CD Rom, Anais de congressos e artigos em revistas científicas (Funari & Oliveira 2000, Scientia/Iparo 2003). Outras iniciativas, como a publicação da Revista Arqueologia Pública (2006), publicação editada por Pedro Paulo A. Funari e Érika M. Robrahn-González, pesquisadores do NEE/UNICAMP, são utilizações viáveis de verba de Arqueologia de contrato para a ciência. Tais iniciativas fazem com que o contrato arqueológico aproxime-se do ideal de ampla divulgação da ciência para efeitos de preservação do patrimônio, continuidade e aprofundamento de investigações arqueológicas.

Na bacia do alto-médio Mogi-Guaçu destacam-se, nos anos 1990, os estudos executados pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, coordenados pelo arqueólogo José L. Morais, na Central Hidrelétrica do município de Mogi-Guaçu (Morais 1995). Esses trabalhos foram iniciados com a continuidade da escavação do Sítio Franco de Godoy, anteriormente abordado por Luciana Pallestrini (1981-1982). Além disso, a equipe de Morais realizou levantamento sistemático, tendo encontrado os sítios Franco de Campos, Barragem, Ponte Preta, Jardim Igaçaba e Porto de Areia, todos implantados em áreas que hoje fazem parte dos municípios de Mogi-Mirim e Mogi-Guaçu. Os sítios com material cerâmico, com exceção do sítio Porto de Areia, cuja cerâmica remete a tempos pós-contato, foram enquadrados na Tradição Tupiguarani.

Entre 1997 e 1998, uma equipe de arqueólogos do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP realizou o diagnóstico e salvamento arqueológico no traçado do Gasoduto Bolívia – Brasil (GASBOL). O trecho Paulínia/rio Paraná contemplou algumas partes da macro-região, tendo registrado os seguintes sítios arqueológicos: Sítio Limeira (lítico), município de Limeira, Sítio Corumbataí (cerâmica Tupiguarani), município de Rio Claro, Sítio Monte Alegre (histórico), município de Ribeirão Bonito, Sítio Santa Helena (histórico), município de Ibaté e Sítio Jacaré (cerâmica Tupiguarani), município de Ibatinga. Embora o relatório enviado à Gasbol (Blasis 1998) não especifique se, no caso deste último sítio, se trata do rio Jacaré-Guaçu ou Jacaré Pepira (os dois afluentes pela margem direita do médio Tietê) pelas coordenadas UTM constantes no relatório e consulta à carta do IBGE (escala 1:50.000), de Ibatinga, pudemos confirmar que se trata do primeiro. Desta forma, esta informação de sítio cerâmico no baixo Jacaré-Guaçu pode vir somar às informações que estamos organizando sobre o médio curso desse rio.

Em 1997, a descoberta de ossadas em Ouroeste/SP, bacia do rio Grande, onde havia sido construída a Usina Hidrelétrica Água Vermelha, despertou o interesse de arqueólogos da USP. Após a primeira vistoria em campo, constatou-se que se tratava de um sítio arqueológico. A base de cadastro de sítios arqueológicos do

IPHAN possui seis sítios cadastrados para Ouroeste: Água Vermelha, Água Vermelha II, Limoeiro, Olaria, Pasto da Seva do Piau e UHE Água Vermelha. No que toca ao material cerâmico de um dos sítios (Água Vermelha II), Robrahn-González explica ser uma “ *extensa aldeia de grupos ceramistas, com aproximadamente 400m de diâmetro. O material cerâmico (...) indica uma série de semelhanças com a cerâmica Aratu/Sapucaí, como presença de vasilhames cônicos predominantemente sem decoração, formas duplas e fusos*” (Robrahn-González, 2000a:06).

Os trabalhos foram realizados a partir de contrato firmado entre CESP e Museu de Arqueologia e Etnologia da USP e, em setembro de 2003, foi inaugurado na cidade o Museu Água Vermelha, com a exposição “Ouroeste: 9 mil anos de História”. Além das etapas de campo e laboratório, o MAE/USP promoveu no município de Ouroeste, por intermédio de sua museóloga Marília Xavier Cury, uma série de atividades educativas voltadas para a criação do museu e sua proposta de refletir sobre o passado pré-colonial para a comunidade (Cury 2005, 2006).

Em 2000, foi produzido um pequeno relatório de “Avaliação preliminar de possíveis impactos ao patrimônio cultural” devido à duplicação das rodovias SP 255 e SP 345, regiões de Araraquara, Ribeirão Preto e Franca. Neste relatório, obtivemos informações sobre o material arqueológico já conhecido nessas regiões, como por exemplo, os sítios arqueológicos encontrados na década de 1950, em Franca e adjacências, por José Anthero Pereira Jr, cujas informações abordaremos mais adiante (Pereira Jr. 1957). Há, ainda, relato da descoberta de um sítio arqueológico cerâmico na margem direita do Mogi-Guaçu, no município de Guataporã. Este sítio foi registrado como Sítio Arqueológico Suzuki e, segundo Araújo, sua cerâmica é atribuível à Tradição Tupiguarani (Araújo 2000).

Em julho de 2003, a empresa Zanetini Arqueologia, em contrato firmado com a empresa Gás Brasileiro, promoveu pesquisas de levantamento arqueológico na Rodovia SP 255, que liga Araraquara e Jaú, localizando três sítios arqueológicos

líticos em Boa Esperança do Sul (BES I, BES II e BES III). Além dos trabalhos de levantamento, a empresa de Arqueologia escavou os três sítios e realizou as análises laboratoriais nas dependências do Museu Histórico e Pedagógico “Voluntários da Pátria”, de Araraquara. Os resultados foram mostrados ao público em forma de exposição temática monitorada. A exposição foi denominada “Os mais antigos habitantes da Morada do Sol” e buscou evidenciar o potencial arqueológico de Araraquara.

Em 2004, um levantamento arqueológico em outro trecho do Gás Brasileiro, realizado pela Zanetini Arqueologia, detectou um sítio arqueológico cerâmico no Ribeirão da Onça, afluente da margem direita do rio Mogi-Guaçu. Este sítio, cujo material não foi enquadrado em tradição arqueológica, está em terras do município de Luís Antônio. Na bacia do Mogi-Guaçu, no município de Pitangueiras, foram encontrados pela Scientia Consultoria Científica, na prospecção arqueológica na faixa de duplicação da rodovia Armando Sales de Oliveira (SP 322), dois sítios arqueológicos cerâmicos (Caldarelli 2003). Posteriormente, outra equipe de Arqueologia de Contrato, Documento Arqueologia, realizou as escavações arqueológicas dos sítios, com a localização de mais três sítios cerâmicos nas adjacências. O laboratório foi instalado nas dependências do Museu de Araraquara. Após o término, a equipe montou uma exposição temática. Embora os trabalhos arqueológicos não tenham ficado restritos ao universo acadêmico, o escritório de contrato arqueológico não disponibilizou para o público interessado os relatórios das etapas de campo e laboratório, o que dificultou obter mais informações sobre o material arqueológico. No entanto, em conversas informais foi discutida a possibilidade de o material cerâmico estar relacionado a populações do centro-oeste, representadas pela cerâmica Aratu.

Em 2006, foi realizado um diagnóstico arqueológico para a área de ampliação de plantio de cana-de-açúcar da Usina Zanin, com sede em Araraquara. O trabalho deu-se em oito locais pré estabelecidos pelo empreendedor, em fazendas dos municípios de Santa Lúcia, São Carlos, Ribeirão Bonito, Boa Esperança do Sul e

Araraquara. No diagnóstico, encontramos várias ocorrências líticas isoladas, bem como sítios líticos. Embora não tenhamos localizado sítios arqueológicos cerâmicos. Quatro das oito áreas não foram imediatamente liberadas para o plantio, pois se trata de locais com conhecido potencial arqueológico apontado por meio de informação oral, fontes históricas e projetos arqueológicos anteriores (Schiavetto 2005b, Rodrigues 2006). As pesquisas para o diagnóstico arqueológico renderam informações importantes coletadas no CDCC (Centro de Divulgação Cultural e Científica) da USP de São Carlos.

Com relação ao rio Tietê, nos deteremos no médio e baixo cursos. O rio Tietê, apesar de suas dimensões e do conhecimento de material arqueológico ao longo de sua bacia, ainda não recebeu atenção mais aprofundada quanto às ocupações humanas pretéritas. No baixo e médio Tietê a única investigação de grandes dimensões foi iniciada nos anos 1970 e está ligada ao Projeto oeste paulista de Arqueologia. Sua coordenadora geral foi a arqueóloga Sílvia Maranca. Foi idealizado devido ao impacto causado pela construção da Usina Hidrelétrica de Ilha Solteira, no rio Paraná.

Maranca, Silva e Scabello afirmam que, embora a usina tenha sido um empreendimento de grandes proporções, as investigações arqueológicas foram realizadas em área restrita e com tempo limitado (Maranca, Silva & Scabello 1994:223). Somente oito sítios arqueológicos foram prospectados, variando suas datações por termoluminescência entres 2200 e 1040 AP.

Já nos anos de 1980, Maranca e equipe dão continuidade às pesquisas no baixo e médio Tietê. Os resultados, porém, sugerem que o levantamento ficou restrito à calha do Tietê, não adentrando em seus principais afluentes. Este plano de investigações deve ter sido adotado devido à extensão a ser percorrida e ao grande número de importantes afluentes do Tietê. A continuidade foi possível a partir de

um convênio assinado pela CESP (Companhia Energética do Estado de São Paulo) e pelo Museu Paulista.

Segundo as autoras, um dos grandes méritos do convênio assinado foi a possibilidade de *“eliminar das pesquisas o termo ‘salvamento’ no sentido de ‘corrida’ para salvar sítios arqueológicos prestes a serem inundados, para adotar o termo ‘salvamento’ no sentido de ‘priorização’ de sítios arqueológicos ameaçados pelas usinas”* (Maranca, Silva & Scabello 1994).

No tocante aos resultados dos trabalhos, foram registrados, segundo Maranca, Silva & Scabello, 26 sítios arqueológicos, entre líticos, cerâmicos e lito-cerâmicos. Os sítios cerâmicos apresentam em sua quase totalidade o que as autoras denominam “material homogêneo”, tendo sido enquadrados na Tradição Tupiguarani. No entanto, um dos sítios foi caracterizado como o primeiro achado paulista ligado à Tradição Aratu/Sapucai. Trata-se do sítio arqueológico Maranata, município de Olímpia. Contudo, embora o sítio tenha sido situado entre as bacias do rio Tietê e Grande, Olímpia é um município banhado pela bacia do rio Turvo, afluente direto do rio Grande (IGC 1996). De qualquer maneira, a pequena nota aponta para a necessidade de se aumentar o número de propostas arqueológicas nas adjacências para que se possa formar um quadro mais completo das ocupações humanas pré-históricas do território atualmente denominado Estado de São Paulo.

O rio Pardo, afluente direto do rio Grande pela sua margem esquerda, é conhecido pelos arqueólogos desde o início dos anos 1980. No entanto, na década de 1950, Pereira Jr. menciona um sítio cerâmico em Guairá e outro em São Joaquim da Barra, municípios divididos entre as bacias do Pardo/Grande e Sapucaí/Grande. No caso do primeiro, trata-se de sítio cerâmico cujas primeiras descrições informam material Tupiguarani e Aratu. O material do sítio de São Joaquim da Barra só está definido como “cerâmica indígena” (Pereira Jr. 1957).

O principal projeto arqueológico idealizado e desenvolvido na bacia do rio Pardo foi o “Programa de pesquisas arqueológicas no vale do rio Pardo”, sob coordenação dos arqueólogos Solange B. Caldarelli e Walter A. Neves (Caldarelli & Neves 1981). Nele, os trabalhos foram priorizados no município de São Simão, pois seu território estava sendo intensamente modificado pelas atividades econômicas (agricultura mecanizada e exploração de argila), o que resultava na destruição dos sítios arqueológicos. Havia, também, grande número de informações orais sobre a presença de sítios. No que toca aos sítios, ao todo são dezenove, sendo “dois cerâmicos (*Lagoa Preta I e Bebedouro da Pedra*), três petróglifos (*Catingueiro, Santo Antônio e Furnas*) e quatorze líticos. Os sítios líticos encontram-se ou às margens do rio Pardo (*Corredeira*) ou às margens do ribeirão Tamanduá e seus afluentes (*Santa Maria I, II, III, IV, Aretuzina, Balneário Tamanduá I e III, Chave Silvino I, II, São Simão*) ou em morros (*Morro do Cruzeiro, Belmonte e Serrote*)” (Afonso 1983:180).

No âmbito da bacia do Pardo, os dois sítios cerâmicos mencionados por Caldarelli & Neves (1981) foram descritos como contendo fragmentos cerâmicos sem decoração e com presença de antiplásticos tais como areia fina, cerâmica moída, carvão vegetal, hematita, quartzo e cariapé (para o sítio Lagoa Preta). O sítio Bebedouro da Pedra apresentou todos esses componentes em sua pasta, com exceção do cariapé (Caldarelli & Neves 1981:31). Os resultados no rio Pardo não contêm mais informações sobre os sítios cerâmicos porque o seu objetivo principal era “a elucidação da realidade dos grupos caçadores-coletores do interior do Estado de São Paulo” (Caldarelli & Neves 1981:13). No entanto, tais sítios cerâmicos e outros do vale do rio Pardo foram retomados posteriormente em Arqueologia de Contrato realizada pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, que será descrita a seguir (Afonso & Moraes 2003)⁷.

⁷ Neste trabalho, Afonso e Moraes mencionam ainda os sítios cerâmicos Lagoa Preta II e Tamanduazinho.

Em 2000, o “Levantamento arqueológico na faixa de domínio da duplicação da Rodovia SP 340”, realizado pela empresa Scientia Consultoria Científica, localizou três sítios arqueológicos na bacia do rio Pardo. Posteriormente, o Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, sob coordenação de Marisa Coutinho Afonso, realizou o “Resgate arqueológico dos sítios Água Branca, Lambari I e Lambari II”, nos municípios de Casa Branca e Mococa (Afonso e Moraes 2003:01). Desses sítios, os dois cerâmicos, Água Branca e Lambari II, merecem algumas considerações.

O material cerâmico do sítio arqueológico Água Branca contém características de três tradições cerâmicas distintas (Aratu/Sapucaí, Tupiguarani e Uru). Segundo as autoras, este fato *“demonstra a insuficiência do conceito de tradição arqueológica em contextos de interação cultural”* e ainda complementam que *“as características da cerâmica, a datação recente (205 +- 20 anos BP por termoluminescência para um fragmento cerâmico), a morfologia aproximadamente circular da aldeia e os dados levantados pela pesquisa etnohistórica indicaram que o grupo que ocupou o sítio Água Branca está associado à ocupação Jê da região”* (Afonso & Moraes 2003:03).

O sítio Lambari II evidenciou maior densidade de material arqueológico e a cerâmica é distinta daquela do sítio Água Branca. As autoras enquadram o sítio Lambari II na Tradição Tupiguarani. Após os resultados desses trabalhos, foi executada uma segunda análise do material cerâmico de outros dois sítios da bacia do Pardo, previamente mencionados: Lagoa Preta I, datado de 280 AP e Lagoa Preta II. Segundo as arqueólogas, o fato de os sítios Água Branca e Lagoa Preta I apresentarem datação próxima e material semelhante pode sugerir a participação de ambos do mesmo Sistema Regional de Povoamento, utilizando a terminologia proposta por Moraes (1999/2000).

No exame desses sítios cerâmicos a terminologia vigente na Arqueologia brasileira é questionada. Segundo Afonso e Moraes, *“...o fato da cerâmica do sítio*

Água Branca ter características de três tradições distintas indica que a classificação em tradições e fases – baseada em análises generalizantes da cerâmica, sem significados culturais – não fornece parâmetros suficientes para a compreensão dos processos internos e externos sofridos pelo grupo que habitou o sítio Água Branca (...) uma vez que o conceito de Tradição arqueológica não salienta essas outras variáveis, dando ênfase na classificação dos objetos arqueológicos, optou-se pelo termo Sistema Regional de Povoamento, proposto por Moraes (1999/2000), que integra variáveis diversas, como análises espaciais e padrões de assentamento dos grupos do passado” (Afonso & Moraes, 2003:04). Esse trabalho é finalizado apontando para a idéia de que sítios “híbridos”, como estes do vale do rio Pardo, podem contribuir para a discussão que aponta São Paulo como “terra de fronteiras”, como salientado por Robrahn-González (2003)⁸.

A região de Rio Claro configura-se como uma das mais conhecidas no Estado de São Paulo, mas isto se refere ao número de sítios detectados, e não ao aprofundamento das análises. Desde 1960, diversos pesquisadores se voltaram para o território, sendo ele um dos poucos no Estado de São Paulo a aderir ao nacionalmente propagado modelo pronapiano. Tom O. Miller (1972), Altenfelder Silva (1968) e Moraes (1982, 1983), abordaram sítios arqueológicos, dando atenção especial aos sítios líticos. Araújo (2001) fez uma síntese da Arqueologia de Rio Claro, apontando seus principais problemas e resultados. No cadastro nacional de sítios arqueológicos do IPHAN temos acesso à descrição sumária de sítios cerâmicos nos seguintes municípios: Charqueada (Sítio Paraíso N), Ipeúna (Sítio Carvalho), Itirapina (sítios Itirapina e Água Ronca), e Rio Claro (sítios Vila Paulista, Corumbataí, Camaquã e Fazenda Velha). Desses sítios, Camaquã (Rio Claro) e Paraíso N (Charqueada) são descritos como contendo cerâmica Itararé (Araújo 2001:135), enquanto os outros têm cerâmica Tupiguarani. Dos municípios citados, Itirapina pertence ao mesmo tempo às bacias hidrográficas

⁸ A discussão sobre ‘terra de fronteiras’ e sítios ‘híbridos’ está contemplada no quinto capítulo do presente trabalho.

Piracicaba/Capivari/Jundiaí e Tietê/Jacaré, ao passo que Rio Claro pertence à bacia Piracicaba/Capivari/Jundiaí e uma pequena parte à bacia do Mogi-Guaçu (IGC 1996).

Segundo Araújo, a Arqueologia se inicia na região em 1959, realizada por Fernando Altenfelder Silva, então professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro. Posteriormente, em 1966, Altenfelder Silva passa a fazer parte do PRONAPA e estudos são realizados, por Tom Miller, seu então assistente, em Rio Claro, Ipeúna, Charqueada, Itirapina, Cordeirópolis e Piracicaba, com a descoberta de 97 sítios arqueológicos (Araújo 2001:128). Dos sítios pesquisados, a maior parte deles refere-se a sítios líticos, enquanto poucos são sítios cerâmicos. Destes últimos, nenhum foi analisado demoradamente, apenas sendo encontrados mediante prospecção e tendo sido coletadas amostras para melhor análise em laboratório. Em Rio Claro também há o sítio lítico com a datação mais recuada para o Estado de São Paulo. Trata-se do sítio Alice Bôer, datado por termoluminescência e C14 entre 2190 +- 185 AP e 11.000 +- 1000 AP (por TL) e 14.200 +- 1150 AP (por C14). Essas datas, porém, dividiram, à época, os estudiosos da antiguidade do homem nas Américas. Segundo Araújo (2001:135), se a datação antiga do sítio Alice Bôer fosse aceita, o colocaria como contemporâneo ao Clóvis, nos EUA. As indústrias líticas dos dois sítios, contudo, são discrepantes.

Antes dos anos 1960, é importante frisar que os trabalhos de Manuel Pereira de Godoy, descritos acima (no tópico Arqueologia não acadêmica no Mogi-Guaçu), também abrangeram Rio Claro, sobretudo por meio da busca por informações orais. Em mapa desenhado por Godoy em sua publicação de 1946, o autor evidencia ao menos dez locais em Rio Claro onde há '*objetos de cerâmica e de pedra*' (Godoy, 1946:53). Ainda, Godoy cita um colecionador de Rio Claro, o Coronel Gualter Martins, que reuniu em coleção particular mais de 2.300 peças cerâmicas e líticas. Ainda segundo o autor, o coronel retirou tais objetos arqueológicos de onze lugares diferentes nos limites de Rio Claro (Godoy, 1946:07), cada lugar podendo representar um sítio arqueológico ou apenas uma ocorrência isolada.

No que diz respeito aos sítios cerâmicos, são descritas descobertas em Rio Claro, Piracicaba, Itirapina e São Carlos, a maioria dos sítios possuindo material cerâmico que remete à tradição Tupiguarani (Araújo 2001:134). Altenfelder Silva explica o grande número de sítios arqueológicos em Rio Claro pelo seu posicionamento geográfico, sendo um “...*ponto de cruzamento de dois caminhos migratórios para os deslocamentos norte-sul ou leste-oeste. A chamada depressão periférica do relevo paulista, onde se localiza a região de Rio Claro, constitui-se já durante o período histórico, no caminho natural das migrações norte-sul. De outra parte, a bacia do rio Tietê, engrossado pelo Piracicaba, oferece-se como uma estrada aberta à penetração. No cruzamento desses dois caminhos naturais deveria forçosamente acusar a área de Rio Claro, como realmente acusa, centenas de sítios arqueológicos*” (Altenfelder Silva, 1968:161).

Quanto ao tipo de material cerâmico, Altenfelder Silva diz tratar-se de cerâmica com pintura policrômica, engobada, simples, ou com decoração plástica (corrugada, unzulada, escovada), semelhantes ao material Tupiguarani de outras partes do país (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, outras partes de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Rio Grande do Norte) só que com características locais que o diferenciam dos demais citados (Altenfelder Silva, 1968:163).

O autor ainda faz algumas observações concernentes à cronologia dos sítios cerâmicos, apontando os sítios de Rio Claro como mais recentes, sugerindo uma rota de migração sentido sul-norte, na medida em que os sítios tupis do sul do país são mais antigos. Ainda, dentro da área de Rio Claro, o autor vê as diferenciações em termos temporais e estilísticos afirmando que “... *o exame comparativo das distribuições percentuais dos diferentes estilos ceramistas sugere uma maior antiguidade para os sítios de São Carlos e Piracicaba com relação aos contíguos à cidade de Rio Claro. De outra parte, os sítios de Piracicaba apresentam uma maior variedade e riqueza das formas, sugerindo-se que se busque ali o centro de difusão da área*” (Altenfelder Silva, 1968:165).

No município de Monte Alto, bacia do Turvo, foram realizadas pesquisas arqueológicas iniciadas em 1992. O Projeto Arqueológico Turvo, sob coordenação da arqueóloga Márcia Angelina Alves, do MAE/USP, localizou três sítios arqueológicos cerâmicos (Água Limpa, Anhumas I e Anhumas II). Os estudos nesses sítios constituem-se em importantes informações para o nordeste do Estado de São Paulo, pois eles somam àqueles já realizados em sítios com material cerâmico diferenciado daquele enquadrado na Tradição Tupiguarani. Assim como os sítios de Ouroeste, Olímpia (Maranca, Silva & Scabello 1994) e as informações do extremo norte paulista (Pereira Jr. 1957), o material cerâmico dos três sítios no rio Turvo assemelha-se à Tradição Aratu/Sapucai.

Dos três sítios, Água Limpa foi o que recebeu maior atenção. Sua datação por TL revelou 1524 anos A.P., portanto, uma data recuada para um sítio Aratu, relacionada ao início da Tradição, em território classificado como uma das “fronteiras” desta tradição ceramista (Robrahn-González 2000a). Neste sítio foi notada *“uma diversificada e rica documentação arqueológica: uma área de sepultamentos secundários, manchas escuras, fogueiras, além de uma farta quantidade de restos alimentares representados por vestígios faunísticos (fragmentos ósseos, dérmicos e de conchas)”* (Alves & Calleffo, 1996:135). Quanto aos sepultamentos, Fernandes ressalta que o sítio Água Limpa continha *“uma série de sepultamentos primários [fora de urnas] com dez indivíduos e duas urnas com sepultamento secundário, evidenciados em duas zonas de escavação”* (Fernandes, 2001:07).

O sítio Água Limpa representa uma exceção no quadro da Arqueologia regional, pois muitos outros elementos materiais, além da cerâmica, foram preservados em ambiente pouco propício. Os sepultamentos fora de urnas, por exemplo, revelaram importantes informações, em especial no que diz respeito à diferenciação de gênero. Foram encontrados dez sepultamentos diretamente no solo,

de indivíduos de ambos os sexos, todos adultos. Os sepultamentos foram realizados dentro do sítio, apesar de periféricos. Há diferenciação no que toca aos acompanhamentos funerários. Segundo Fernandes *“a cerâmica é (...) elemento vetor, pois o que diferencia, enquanto acompanhamento funerário, os indivíduos masculinos dos femininos em 50% dos casos onde existia o acompanhamento cerâmico”* (Fernandes, 2001:15). A distinção de gênero nos enterramentos primários pode indicar divisão sexual do trabalho ou posição social (Fernandes, 2001:17).

A relação entre o material do sítio Água Limpa e a Tradição Aratu/Sapucai, amplamente representada no centro-oeste e no nordeste, é estabelecida por algumas semelhanças no material arqueológico e na implantação do sítio no espaço. No entanto, alguns elementos diferenciam o sítio Água Limpa da Tradição Aratu/Sapucai, principalmente no que concerne aos sepultamentos primários e secundários. Com relação aos primeiros, não são comuns em descrições de sítios desta tradição, ao passo que os segundos, embora sejam recorrentes no nordeste, são feitos em urnas piriformes, e não semi-esféricas, como são as duas urnas funerárias do sítio de Monte Alto (Fernandes, 2001:24).

A despeito dessas semelhanças e diferenças há, atualmente, uma mudança de enfoque no que diz respeito aos sítios com presença de material arqueológico enquadrado em duas ou mais tradições diferentes, os sítios “híbridos” ou “multicomponenciais”. Se antes a presença de vestígios de duas tradições em um sítio era tradicionalmente vista como “intrusão”, hoje, a tendência da Arqueologia brasileira é falar em “diferenciações” em áreas periféricas, denotando interação e fronteiras culturais a partir da delimitação de grupos (tradições) muito bem definidos. Uma discussão crítica de tais idéias é desenvolvida no capítulo quinto desta tese.

Uma das conclusões parciais sobre o sítio Água Limpa, apontada por Fernandes (2001), refere-se à não ligação entre alguns elementos deste sítio com a

grande Tradição Aratu/Sapucai, estabelecida pelo PRONAPA. Segundo a pesquisadora, outros sítios no norte de São Paulo, como o Água Vermelha, em Ouroeste, estão mais próximos desta tradição, em termos de informações materiais, do que o sítio analisado do rio Turvo.

No entanto, a autora afirma que o PRONAPA, aos estabelecer as tradições, “ironicamente rejeitou” o que ela chama de “*aspectos não materiais presentes nos assentamentos pré-históricos pesquisados e o empírico, extremamente revelador, ficou em segundo plano*” (Fernandes 2001:31). A preocupação da autora refere-se ao não privilégio de estudos de contextos nos quais este material cerâmico, “elemento guia” para a classificação de culturas, está inserido. Igualmente, a não observação de aspectos simbólicos, por parte do PRONAPA, segundo a pesquisadora, pode revelar “descontinuidades” que, a partir de análise mais detalhada, poderiam ser vistas como “semelhanças”. Uma prática “*cada vez mais fundamentada em rigorosa pesquisa de campo e laboratório*” poderá trazer mais informações sobre as relações do sítio Água Limpa com a amplamente difundida Tradição Aratu-Sapucai (Fernandes, 2001:33).

Na década de 1950, o extremo norte paulista foi alvo de pesquisa e posterior publicação (Pereira Jr. 1957) que apresentou o material arqueológico de um território ainda pouco conhecido. Anthero Pereira Jr. nota a presença de sítios com material cerâmico que remete a uma “origem tupi-guarani” e de sítios cujo material se distingue dos primeiros (posteriormente ligados à cerâmica Aratu por Brochado, 1984). Salienta, ainda, a existência de sítios que continham ambos os tipos de cerâmica, em alguns aparecendo mais material ‘tupi-guarani’ em meio a cacos não tupis. Em outros, cacos não tupis em maior abundância do que os primeiros (Pereira Jr. 1957:314).

O autor chama a atenção para fontes históricas que apontam os índios caiapós como possíveis moradores do extremo norte paulista. No entanto, o fato de

encontrar cerâmica diversa faz Pereira Jr. ponderar sobre a co-existência de dois grupos distintos de indígenas, representados, em termos arqueológicos, por dois tipos de cerâmica diferentes. Vários objetos arqueológicos foram localizados pelo autor na região de Franca. Para este município, o autor cita ao menos seis locais com vestígios arqueológicos, além dos municípios de Itirapuã (1), Ituverava (1), Patrocínio Paulista (1), Pedregulho (1) e São Joaquim da Barra (1). Além de muitos recipientes cerâmicos inteiros, inclusive urnas piriformes, Pereira Jr. cita cacos de cerâmica, recipientes geminados, fusos, cuscuzeiros, cerâmica com decorações plásticas (espatulamento, unglado), com pintura policrômica, material lítico em grande quantidade (ponta de flecha, tembetá, afiadores em arenito, lâminas de machado, machado semi-lunar).

Apesar dos trabalhos realizados por Pereira Jr. em Franca, ainda não houve estudos arqueológicos sistemáticos que pudessem detalhar os resultados e produzir novos dados. Na base de sítios arqueológicos do IPHAN não há sítios cerâmicos registrados em Franca e arredores. A área, que faz parte da bacia do Sapucaí/Grande, situa-se entre regiões que começam a ser abordadas com mais detalhes (as bacias dos rios Grande e Pardo) e, no futuro, poderá fazer parte de sínteses regionais.

O panorama geral da Arqueologia dos povos ceramistas, acima descrito, corresponde aos estudos nos “campos de Araraquara”. Abordados de diferentes formas e com várias finalidades, não pretendemos compreender esses estudos como uma proposta de investigação homogênea. O objetivo é sugerir o potencial para a construção de um quadro pré-contato a ser apresentado por meio dos vários discursos que compreendem a história da formação do lugar.

No que toca ao que foi descrito neste capítulo, há regiões não compreendidas nos “campos de Araraquara”, mas diretamente ligadas a eles em termos de

ocupação humana. Em maior ou menor grau, já foram estudadas pela Arqueologia brasileira, contendo, muitas vezes, semelhanças com os sítios e artefatos arqueológicos dos “campos de Araraquara”. Este fato levou muitos estudiosos a entendê-los como uma região que sofreu, desde tempos remotos, intensas influências culturais de áreas circunvizinhas, como o centro-oeste, especialmente os estados do Mato Grosso e Goiás (Robrahn-González 1996; Wüst 1999, Oliveira & Viana 1999-2000), o litoral brasileiro, sobretudo o que hoje é o litoral carioca e paulista, o sul de Minas Gerais (Brochado 1984), o rio Paranapanema (Faccio 2005, Kunzli 1987, Robrahn-González 2000b) e os rios do Peixe e Feio/Aguapeí (Rodrigues 2005), no oeste paulista, importantes afluentes do rio Tietê.

Se pensarmos em termos etnográficos, as principais influências culturais referem-se a povos indígenas ligados aos Jê centrais (caiapó e carajá, vindos do centro-oeste, mas também do Triângulo Mineiro), os guaranis (do Paranapanema), os tupinambás e/ou tupiniquins (vindos do litoral carioca e paulista) e os kaingang (vindos do oeste paulista). Talvez, devido a essa linha de pensamento que observa várias influências culturais, se esteja criando a consciência de que o que hoje é o Estado de São Paulo seja “terra de fronteiras”. Porém, como discutiremos no quinto capítulo, não há razões para atribuir a este território, em detrimento de outros, esta designação. Sítios “híbridos” existem em outras áreas, até mesmo naquelas consideradas “arqueologicamente homogêneas”.

O objetivo deste capítulo foi descrever os inúmeros trabalhos realizados na macro-região e suas especificidades, já que pudemos observar a variedade de propostas ora ligadas à pesquisa científica, ora feitas a partir de Arqueologia de Contrato. As informações podem ser combinadas de diferentes formas, de acordo com a metodologia e os objetivos propostos. É crescente o interesse da Arqueologia brasileira pelo material cerâmico encontrado nos “campos de Araraquara”, à medida que tais vestígios podem auxiliar na compreensão das andanças realizadas por diferentes grupos indígenas do pré-contato.

As informações contidas neste capítulo serão utilizadas como ferramentas para se pensar o passado indígena múltiplo da região. Este olhar será ressaltado ao passo que as etapas de campo e laboratório, que constam nos capítulos III e IV, estejam voltadas para uma educação patrimonial que vise apresentar um dos “passados excluídos” do discurso histórico oficial, aqui representado pelas populações indígenas.

RELAÇÃO DE SÍTIOS CERÂMICOS DA MACRO-REGIÃO

MUNICÍPIO	SÍTIO	LOCALIDADE	TRADIÇÃO	PESQUISAD OR/ PROJETO	FONTE	CAD. NO IPHAN	COORD.	DATAÇÃO	DRENAGEM
Arealva	Cardoso		Tupiguarani	Sílvia Maranca (Projeto Tietê)	Maranca, Silva Scabello 1994	Não			Tietê
Arealva	Chácara Boa Vista		Tupiguarani	Sílvia Maranca (Projeto Tietê)	Maranca, Silva Scabello 1994	Não			Tietê
Arealva	São Bento		Tupiguarani	Sílvia Maranca (Projeto Tietê)	Maranca, Silva Scabello 1994	Não			Tietê
Barra Bonita	Piatacara		Tupiguarani	Sílvia Maranca (Projeto Tietê)	Maranca, Silva Scabello 1994	Não			Tietê
Boa Esp.do Sul	Mandaguari		Tupiguarani	Rodrigues & Schiavetto	Informação Oral	Não			Jacaré-Guaçu (Tietê)
Cajuru	Bebedouro da Pedra		Neobrasileira	Caldarelli & Neves, 1981	Caldarelli & Neves, 1981	Sim			Pardo
Casa Branca	Água Branca		Aratu-Sapucaí Tupiguarani Uru	Marisa Coutinho Afonso	Afonso & Moraes, 2003.	Não	E0286551 N7602286	205 AP	Pardo
Casa Branca	Lambari II		Tupiguarani	Marisa Coutinho Afonso	Afonso & Moraes, 2003.	Não	E287270 N7602286		Pardo
Dois Córregos	Rio Turvo		Tupiguarani	Sílvia Maranca (Projeto Tietê)	Maranca, Silva	Não			Tietê

					Scabello 1994				
Charqueada	Paraíso N		Itararé (?)	Tom Miller	Miller 1969 Araújo 2001	Sim			Piracicaba
Franca		Ribeirão Canoas		Pereira Jr. 1957	Pereira Jr. 1957	Não			Grande
Franca		Fazenda Santa Maria	Aratu	Pereira Jr. 1957	Pereira Jr. 1957	Não			Grande
Franca		Faz. Do Sr. Manuel P. Lima	Aratu	Pereira Jr. 1957	Pereira Jr. 1957	Não			Grande
Franca		Faz. Bebedouro	Aratu	Pereira Jr. 1957	Pereira Jr. 1957	Não			Grande
Franca		Faz. Boa Esperança	Aratu	Pereira Jr. 1957	Pereira Jr. 1957	Não			Grande
Franca		Faz. Sta. Lúcia	Tupiguarani	Pereira Jr. 1957	Pereira Jr. 1957	Não			Grande
General Salgado	Córrego Buriti		Tupiguarani	Sílvia Maranca (Projeto Tietê)	Maranca, Silva Scabello 1994	Não			Tietê
Guairá		Fazenda Mandu	Tupiguarani Aratu	Pereira Jr. 1957	Pereira Jr. 1957	Não			Pardo
Guareí	Areia Branca		Cerâmica Indígena (?)	Walter Neves	Iphan	Sim			
Guataporã	Suzuki		Tupiguarani	Solange Caldarelli	Araújo, A.	Não	23k 0195313/ 7612413		Mogi-Guaçu
Ibaté	Santa Helena		Neobrasileira	De Blasis (Gasbol)	De Blasis 1998	Não	7566533/798900		Jacaré-Guaçu (?)
Ibitinga	De Rosa		Tupiguarani	Sílvia Maranca (Projeto Tietê)	Maranca, Silva Scabello 1994	Não			Tietê
Ibitinga	Balesteiro		Tupiguarani	Sílvia Maranca (Projeto Tietê)	Maranca, Silva	Não			Tietê

					Scabello 1994				
Ibitinga	Jacaré		Tupiguarani	De Blasis (Gasbol)	De Blasis 1998	Não	7584940/728044		Tietê/ Jacaré-Guaçu
Ipeúna	Carvalho		(?)	Tom Miller Jr.	Miller, 1969	Sim			
Itapura	Três Lagoas		Tupiguarani	Sílvia Maranca (Projeto Tietê)	Maranca, Silva Scabello 1994	Não			Tietê
Itirapina	Itirapina		Tupiguarani	Tom Miller Jr.	Miller Jr.1969 Altenfelder 1968 Araújo 2001	Sim			Jacaré Pepira (?)
Itirapina	Água Ronca		Tupiguarani	Tom Miller Jr.	Miller Jr.1969 Altenfelder 1968 Araújo 2001	Sim			Jacaré Pepira (?)
Itirapuã			Aratu (?)	Pereira Jr	Pereira Jr. 1957	Não			Grande
Ituverava			Cerâmica (?)	Pereira Jr.	Pereira Jr. 1957	Não			Grande
Jaboticabal	Barrinha		Aratu-Sapucaí	Solange Caldarelli	Caldarelli 2001	Não			Mogi-Guaçu
Luís Antônio	Ribeirão da Onça		Cerâmica (fragmentos escovados)	Zanetini, 2003	Zanetini, 2003	Não			Mogi-Guaçu
Luís Antonio	Bom Retiro		Tupiguarani	Kica	Caldarelli 1983	Sim		924 AP	Mogi-Guaçu
Luís Antonio	Ribeira		Tupiguarani	Kica, Neves	Caldarelli 1983	Sim			Mogi-Guaçu
Luís Antonio	Córrego do Canavial		Tupiguarani	W. Neves	Caldarelli 1983	Sim			Mogi-Guaçu

Luís Antonio	Monjolo		Tupiguarani	W. Neves	Caldarelli 1983	Sim			Mogi-Guaçu
Mogi-Guaçu	Franco de Godoy		Tupiguarani	J.L. Morais	M.A.Alves 1994 J.L. Morais 1995 Pallestrini 1981/82	Não	7524270/304450	1550 AP	Mogi-Guaçu
Mogi-Guaçu	Ponte Preta		Tupiguarani	J.L. Morais	J.L. Morais 1995	Não	7533875/281338		Mogi-Guaçu
Mogi-Guaçu	Jardim Igaçaba		Tupiguarani	J.L.Morais	J.L. Morais 1995	Não	7526556/305927		Mogi-Guaçu
Mogi-Guaçu	Porto de Areia		Pós-Contato	J.L.Morais	J.L. Morais 1995	Não			Mogi-Guaçu
Mogi-Guaçu	Ipê		Tupiguarani	Caldarelli	Caldarelli 2000	Não			Mogi-Guaçu
Mogi-Mirim	Franco de Campos		Tupiguarani (?)	J.L. Morais	Morais, 1995	Não	7524283/304254		Mogi-Guaçu
Mogi-Mirim	Barragem		Tupiguarani (?)	J.L.Morais	Morais 1995	Não	7523700/304200		Mogi-Guaçu
Monte Alto	Água Limpa		Aratu	M.A.Alves	Alves & Calleffo 1996	Sim		1524 AP	Turvo/ Grande
Monte Alto	Anhumas		Aratu	M.A.Alves	Alves & Calleffo 1996	Sim			Turvo/ Grande
Monte Alto	Anhumas II		Aratu	M.A.Alves	Alves & Calleffo 1996	Sim			Turvo/ Grande
Olímpia	Maranata		Aratu	Sílvia Maranca (Projeto Tietê)	Maranca, Silva Scabello 1994	Não			Turvo/ Grande
Ouroeste	Água		Aratu	E.R.González	Eggers et ali	Sim		1010 e 700	Grande

	Vermelha				1996 González 1998			AP	
Ouroeste	Água Vermelha II		Aratu	E.R.González	Eggers et ali 1996 González 1998	Sim			Grande
Ouroeste	Limoeiro		Aratu	E.R.Gonzalez	Eggers et ali 1996 González 1998	Sim			Grande
Ouroeste	Olaria		Aratu	E.R.González	Eggers et ali 1996 González 1998	Sim			Grande
Ouroeste	Pasto da Seva do Piau		Aratu	E.R.González	Eggers et ali 1996 González 1998	Sim			Grande
Ouroeste	UHE Água Vermelha		Aratu	E.R.González	Eggers et ali 1996 González 1998	Sim			Grande
Patrocínio Paulista			Aratu	Pereira Jr.	Pereira Jr. 1957	Não			Grande
Pedregulho			Pedra Polida	Pereira Jr.	Pereira Jr. 1957	Não			Grande
Pereira Barreto	Kondo		Tupiguarani	Sílvia Maranca (Projeto Tietê)	Maranca, Silva Scabello 1994	Sim		1320 AP	Tietê
Pereira Barreto	Trentin		Tupiguarani	Sílvia Maranca (Projeto Tietê)	Maranca, Silva Scabello	Sim		1070 AP	Tietê

					1994				
Pereira Barreto	Cinco Ilhas		Tupiguarani	Sílvia Maranca (Projeto Tietê)	Maranca, Silva Scabello 1994	Não			Tietê
Pereira Barreto	Boa Esperança		Tupiguarani	Sílvia Maranca (Projeto Tietê)	Maranca, Silva Scabello 1994	Sim		1040 AP	Tietê
Pereira Barreto	Ary Carneiro		Tupiguarani	Sílvia Maranca (Projeto Tietê)	Maranca, Silva Scabello 1994	Sim		2200 AP	Tietê
Pirassununga	11 ocorrências cerâmicas		Tupiguarani	Manuel Pereira de Godoy	Godoy, 1946	Não			Mogi-Guaçu
Pitangueiras	Pitangueiras I		Aratu	R.A.Rodrigues (Scientia)	Caldarelli 2003	Não			Mogi-Guaçu
Pitangueiras	Pitangueiras II		Aratu	R.A.Rodrigues (Scientia)	Caldarelli 2003	Não			Mogi-Guaçu
Ribeirão Bonito		Guarapiranga	Lítico Polido		Informação oral	Não			Jacaré-Guaçu
Rincão		Fazenda Bom Retiro	Tupiguarani	Pallestrini & Maranca	Scatamachia 1984	Não			Mogi-Guaçu
Rio Claro	Vila Paulista		Tupiguarani	Miller 1969	Miller 1969 Altenfelder 1968 Araújo 2001	Sim			Piracicaba Ou Corumbataí (?)
Rio Claro	Corumbataí		Tupiguarani	De Blasis (Gasbol)	De Blasis (1998)	Não	7513048/233147		Idem
Rio Claro	Camaquã		Itararé	Miller 1969	Miller 1969 Altenfelder 1968 Araújo 2001	Sim			Idem

Rio Claro	Fazenda Velha		Tupiguarani (?)	Miller 1969	Miller 1969 Altenfelder 1968 Araújo 2001	Sim			Idem
Santa Rita do Passa Quatro	Usina Sta. Rita SA		Tupiguarani (Fase Cambará)	Walter Nather Jr.	Iphan	Sim			Mogi-Guaçu
São Joaquim da Barra		Fazenda Perobas	Cerâmica Indígena	Pereira Jr. 1957	Pereira Jr. 1957	Não			Pardo
São Simão	S.A. n. 10		Cerâmica Indígena	Walter Nather Jr.	Iphan	Sim			Pardo
São Simão	Tamanduazinho		Aratu (?)	Marisa C. Afonso	Caldarelli 2003	Sim		990 AP	Pardo
Serra Azul	Lagoa Preta		Aratu	Caldarelli & Neves	Caldarelli & Neves 1981	Sim		280 AP	Pardo
Serra Azul	Lagoa Preta II		Cerâmica Neobrasileira	Walter Neves	Iphan	Sim			Pardo
Serra Azul	Lagoa Preta III		Cerâmica Indígena	Walter Nather Jr.	Iphan	Sim			Pardo

CAPÍTULO III

DESENVOLVIMENTO DAS PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS NO MÉDIO MOGI-GUAÇU E MÉDIO JACARÉ-GUAÇU – LEVANTAMENTO NAS MICRO-REGIÕES

Apresentaremos os resultados das duas etapas de levantamento executadas. Ao final, uma avaliação dos sítios cerâmicos encontrados e de seu potencial de análise.

Realização do levantamento no médio curso do Jacaré-Guaçu

A primeira fase do levantamento de campo foi realizada no médio Jacaré-Guaçu e abrangeu áreas contidas nas cartas do IBGE (escala 1:50.000) de Araraquara e Boa Esperança do Sul. Em termos de divisão municipal, o levantamento cobriu as margens esquerda e direita do referido rio que fazem parte de Araraquara, Boa Esperança do Sul e Ribeirão Bonito. Para a cidade de Araraquara, já tínhamos conhecimento de uma ocorrência lítica, próxima ao rio Chibarro (coordenadas UTM E0782970/N7580116). Em Ribeirão Bonito, por meio de informação oral, já havíamos tomado conhecimento de uma ocorrência lítica (Pedra de Raio/Polida) em Guarapiranga (Distrito de Ribeirão Bonito), e do Morro da Figura, local amplamente conhecido pelos moradores da cidade e que, segundo eles, contém inscrições nos paredões e material lítico. Em Boa Esperança do Sul, também mediante informação oral, já sabíamos da existência de material cerâmico em Pedra Branca (bairro desta localidade) onde, segundo informantes, foram retiradas, na década de 1960, algumas igaçabas contendo ossos.

O levantamento abrangeu os seguintes afluentes do Jacaré-Guaçu:

- Margem direita, carta IBGE Araraquara: córrego do Pavão, Ribeirão do Laranjal, córrego Água Sumida, córrego do Banhadinho, córrego Andes.

- Margem esquerda, carta IBGE Araraquara: córrego do Tanque, córrego da Água Preta, Córrego São João.

- Margem direita, carta IBGE Boa Esperança do Sul: rio Chibarro, Ribeirão das Cruzes, Córrego Guanabara, Córrego do Tanque.

- Margem esquerda, carta IBGE Boa Esperança do Sul: Córrego do Ipê, Rio do Peixe, Córrego do Rancho Grande e Córrego Mandaguari.

O método de abordagem escolhido foi o de coleta de informação oral com os moradores da zona rural e visita a locais prováveis de haver sítio arqueológico: afloramentos rochosos (como o arenito), cascalheiras (próximas aos rios) e confluências de afluentes com o rio principal. Estabelecemos alguns pontos nas cartas do IBGE, distantes 1km entre si, e que se situam na meia-encosta. Quando foi possível, caminhamos pelas margens dos afluentes cerca de 2 km em direção à sua cabeceira, pois o material cerâmico de que previamente tomamos conhecimento na bacia do Jacaré-Guaçu (em Pedra Branca) fica a cerca de 3,5 km da foz deste rio, na margem esquerda do Córrego Mandaguari.

Não optamos por fazer levantamento sistemático, pois os sítios cerâmicos geralmente são superficiais e, em locais de culturas, onde o arado é utilizado, podemos observar bem a distribuição do material, apesar da relativa destruição causada por este instrumento. Quanto aos sítios líticos, também podem ser observados em superfície, em cascalheiras próximas aos rios ou afloramentos de matéria prima, como o arenito.

A abordagem aos moradores da zona rural procurou levar em consideração o conhecimento que eles têm do material arqueológico. Portanto, é muito comum as pessoas do campo ou que já tenham trabalhado com o solo se referirem à cultura material que pesquisamos como “pote de índio” (potes de cerâmica inteiros), “louça antiga” (cacos de cerâmica), “pedra de raio” ou “pedra de corisco” (lâminas de machado polidas), “terra de índio” ou “terra preta” (solo escuro antropogênico geralmente existente em sítios cerâmicos).

No decorrer do trabalho, tivemos algumas dificuldades para chegar aos locais pré-estabelecidos. A maior dificuldade, e que inviabilizou a chegada a alguns pontos importantes, foi a existência de muitas fazendas de plantação de laranja. Nessas fazendas a entrada é proibida, pois há a necessidade de controle das doenças em frutas cítricas, como por exemplo, o cancro cítrico e o amarelinho. Além dos laranjais, muitas plantações de cana ainda não haviam sido cortadas, fato que, em muitos casos, somente possibilitou a observação do solo nos carreadores existentes para o tráfego de caminhões de cana-de-açúcar na época do corte. Os locais que possibilitaram maior visibilidade para a equipe foram pastos com erosões, locais de passagem do gado, terra arada, cana baixa e média, plantações de pequeno porte, como o amendoim, ou plantações de subsistência.

Próximo ao Córrego do Pavão, coletamos algumas informações orais para serem verificadas posteriormente, pois se referiam a territórios que não fazem parte desta etapa da pesquisa. Por exemplo, uma informante contou que na Fazenda Santa Lourdes, próxima ao Córrego do Tamanduá, em Ribeirão Bonito, há “pedra de raio”. Outros dois informantes disseram que na represa da Fazenda das Flores, em São Carlos, há ocorrência de “pedra de raio”. Também, algumas pessoas disseram haver inscrições rupestres no Morro da Figura (Ribeirão Bonito) e em outro morro entre Boa Esperança do Sul e Bocaina, na Fazenda Diamante, próxima ao rio Jacaré-Pepira, afluente do Tietê. As informações foram registradas para serem posteriormente verificadas.

Descrevemos, a seguir, as áreas que puderam ser vistoriadas e que apresentaram vestígios arqueológicos (sítios ou ocorrências):

- margem direita do Córrego da Água Preta, município de Ribeirão Bonito: cana baixa e pastagem, pouca declividade em direção ao rio Jacaré-Guaçu. Próximo à margem do Jacaré-Guaçu, encontramos a primeira ocorrência arqueológica. Trata-se de uma lasca em sílex que estava em afloramento de arenito. Não pudemos fazer

uma melhor observação do solo, pois mais acima havia o limite de uma fazenda de laranja. Coordenadas UTM da ocorrência: 22k E0790359/N7568376.

- margem esquerda do Córrego da Água Preta, município de Ribeirão Bonito: plantio de cana, no momento, sem cultivo, facilitando a vistoria do solo. Declividade média para o Jacaré-Guaçu. Observamos material lítico lascado próximo à confluência deste córrego com o rio principal (duas lascas em sílex e uma pequena em arenito) **(Foto 1)**, constituindo a segunda ocorrência arqueológica. Coordenadas UTM da ocorrência: 22k E0789714/N7568495.



Foto 1 – material lascado em ocorrência no Córrego da Água Preta, bacia do Jacaré-Guaçu

- margem direita do Córrego São João, município de Ribeirão Bonito: cana média e baixa e pouca declividade para o rio principal. No segundo ponto do Córrego São João, encontramos material cerâmico, caracterizando o Sítio São João (Sigla SJO), nome dado em homenagem ao córrego **(Foto 2)**. O sítio fica no limite

de duas fazendas e sua maior porção fica na propriedade do Sr. Eurico Fernandes, no Sítio Estrela. O Sr. Fernandes reside em Guarapiranga, distrito de Ribeirão Bonito. O sítio arqueológico está a cerca de 450 metros do Córrego São João e 1,5 km do rio Jacaré-Guaçu. Evidenciamos ao menos quatro concentrações cerâmicas, com muitos fragmentos espessos e finos (**Foto 3**), algumas bordas e muito calibradores em arenito rosa (**Foto 4**). Há muito material sem decoração, mas há também material pintado, como por exemplo, uma borda fina, provavelmente de um pequeno vaso (**Foto 5**). Nesse fragmento, a decoração foi feita em branco e vermelho. Não conseguimos evidenciar fragmentos com decoração plástica (corrugado, unglado, escovado). A cerâmica estava bem frágil, mas pudemos evidenciar engobo vermelho e branco. No sítio há também material lítico (lascas em arenito, sílex, um raspador em sílex com acabamento e calibradores em arenito). Conseguimos evidenciar um pequeno fragmento polido em basalto quebrado, podendo se tratar de um polidor (**Foto 6**). No entanto, suas formas sugerem a ponta de um machado semi-lunar, artefato ritual geralmente atribuído às populações Jê e, no que toca à Arqueologia, procedente de sítios das tradições Itararé e Aratu. O sítio está em área de cultura de cana em três fases: baixa, média e alta e uma porção sua está em pasto. Pudemos observar na massa da cerâmica a existência de areia fina, grossa e fragmentos de origem vegetal (provavelmente cariapé) como antiplásticos. Quanto à matéria prima para os calibradores (todos eles em arenito rosa), o Sr. Fernandes disse haver um afloramento deste material em sua propriedade, pouco distante do sítio arqueológico⁹.

⁹ A cana-de-açúcar no local do sítio arqueológico foi cortada em setembro de 2005 e pudemos fazer a coleta sistemática do material, totalizando mais de 3.500 fragmentos coletados com o auxílio da Estação Total. As etapas de coleta sistemática e laboratório estão descritas no quarto capítulo.



Foto 2 – vista de área do Sítio Arqueológico São João, em Ribeirão Bonito.

A área da ocorrência de maior concentração cerâmica foi delimitada por meio da observação da distribuição superficial do material. Seus limites são os seguintes em coordenadas UTM:

Limite Sul: 22k E0787257/N7570964

Limite Oeste: 22k E0787164/N7570943

Limite Leste: 22k E0787337/N7571236

Limite Norte: 22k E0787236/N7571311



Foto 3 – material cerâmico do Sítio Arqueológico São João

Além dessa área de maior concentração cerâmica, também encontramos material isolado nas adjacências:

Duas lascas em arenito: 22k E0787159/N7571454

Fragmento cerâmico: 22k E9787158/N7571467

Núcleo em arenito vermelho com algumas retiradas: 22k E0787247/N7571500



Foto 4 – Calibradores em arenito rosa (Sítio Arqueológico São João)

- margem direita do Córrego dos Andes:

Este córrego está na margem direita do rio Jacaré-Guaçu, em terras do município de Araraquara. Em sua maioria, há plantação de cana em estágio inicial. Com declividade considerável para o Jacaré-Guaçu e em pasto apresentando duas grandes erosões, pudemos observar um afloramento em arenito e basalto e a ocorrência de material arqueológico (algumas lascas em arenito e sílex). No entanto, registramos como ocorrência arqueológica, pois não evidenciamos uma quantidade maior de material e nem pudemos constatar que se trata de uma área de lascamento. Essa ocorrência fica próxima a um córrego que não possui nome na carta do IBGE.

- Lasca em arenito na voçoroca: 22k E0786952/N7573753
- Lasca em sílex na voçoroca: 22k E0786956/N7573750
- Afloramento de arenito: 22k E0786983/N7573794

- Lasca em sílex na segunda voçoroca: 22k E0786994/N7573799



Foto 5 – Pequena borda com pintura em vermelho e branco (Sítio Arqueológico São João)

Em outro ponto do Córrego dos Andes há um sítio arqueológico de baixa densidade. O sítio fica próximo a um córrego sem nome na carta do IBGE (cerca de 200 metros) e a menos de 1km do Jacaré-Guaçu. Demos o nome de Sítio Córrego dos Andes (Sigla CAD). O material arqueológico distribui-se em três áreas diferentes no que toca à utilização do solo (cana baixa, pousio de solo e pasto).

Fizemos uma delimitação prévia do material a partir da observação de sua distribuição em superfície, ficando as suas coordenadas assim estabelecidas:

Leste: 22k E0786641/N7574762

Oeste: 22k E0786337/N7574545

Sul: 22k E0786454/N7574543

Norte: 22k E0786476/N7574696

Ponto Central: 22k E0786514/N7576611



Foto 6 – pequeno fragmento polido (Sítio Arqueológico São João)

Em outro local da margem direita do Córrego dos Andes, próximo à rodovia que liga Araraquara ao Distrito de Guarapiranga, em meio à cana média e em terreno de média declividade, encontramos uma ocorrência arqueológica (lasca em arenito dourado). Coordenadas UTM da ocorrência: 22k E9784341/N7577247

-margem direita do rio Chibarro:

Este rio é um tributário do Jacaré-Guaçu pela sua margem direita e um de seus tributários, Córrego do Ouro, banha a cidade de Araraquara. No Chibarro, já sabíamos da existência de material lítico. Ali pudemos constatar a ocorrência. Há cana média, na Fazenda Raio de Sol, terreno com declividade acentuada em direção

à confluência entre Chibarro e Jacaré-Guaçu. Pudemos observar uma cascalheira e dois vestígios arqueológicos cujas coordenadas são as seguintes:

- Lasca grande em sílex: 22k E0782970/N7580116
- Pequeno raspador em arenito: 22k 0782989/7580045

Outro ponto vistoriado próximo ao Chibarro, na margem direita da Rodovia 255 (sentido Araraquara/Jaú), entre a plantação de amendoim e a cana de média para alta, observamos muitos seixos em sílex e alguns blocos de arenito, possivelmente quebrados pelo arado. No entanto, em meio a este material havia uma lasca em sílex com sinal de ação humana e uma pequena ferramenta em arenito (**Foto 7**), caracterizando uma ocorrência arqueológica. Coordenadas UTM da ocorrência: 22k E0782293/N7580358. Essa ocorrência fica próxima à planície de inundação do Jacaré-Guaçu (margem direita).



Foto 7 – pequeno raspador em arenito (ocorrência próxima ao rio Chibarro, afluente do Jacaré-Guaçu)

- margem direita do Ribeirão das Cruzes:

Este Ribeirão é tributário do Jacaré-Guaçu pela sua margem direita. Em área de plantio de cana baixa, próximo a um pequeno córrego tributário do Ribeirão das Cruzes, encontramos um local com muito material lascado, caracterizando um sítio arqueológico de área de lascamento. O sítio está em terreno com declividade acentuada em direção ao Ribeirão das Cruzes, quase no topo do morro. Pudemos observar muitas lascas grandes e pequenas, núcleos, percutores e algumas ferramentas (**Foto 8**). Há também muito material possivelmente quebrado pela ação do arado. Denominamos o achado Sítio Arqueológico Ribeirão das Cruzes (Sigla RCZ). O sítio fica a cerca de 1,3 km do Ribeirão das Cruzes e 3,5 km do Jacaré-Guaçu. A sua delimitação, feita a partir da observação da distribuição do material em superfície, forneceu as seguintes coordenadas UTM:

- Sudeste: 22k E0778730/N7582877
- Nordeste: 22k E0778694/N7582941
- Noroeste: 22k E0778626/N7582942
- Sudoeste: 22k E0778680/N7582868
- Ponto Central: 22k E0778676/N7582883



Foto 8 – material lítico do Sítio Arqueológico Ribeirão das Cruzes

Ainda no Ribeirão das Cruzes, margem direita, no bairro rural Bocaiúva (pertencente à Araraquara), em propriedade cujo uso atual do terreno é o plantio de cana, em seu estágio médio na ocasião do levantamento, encontramos algumas lascas em sílex e arenito e um raspador plano-convexo em sílex (**Foto 9**). As coordenadas UTM são: 22k E0776851/N7581422. Nessa ocorrência coletamos o raspador.



Foto 9 – raspador plano-convexo em sílex (ocorrência do Ribeirão das Cruzes)

Na margem direita do Córrego da Guanabara, Fazenda Pau d'Alho, obtivemos a informação de que, há cerca de 20 anos, quando foram instaladas torres da linha de transmissão na propriedade, foi desenterrado material cerâmico próximo a uma das torres. Há ainda a informação sobre uma lâmina de machado de pedra polida, que ficou por anos com a família da Fazenda Pau d'Alho. A partir dessa informação, observamos todas as torres próximas ao Jacaré-Guaçu e Córrego Guanabara (margem direita e esquerda), mas não havia vestígios arqueológicos.

- margem esquerda do Córrego Mandaguari, próximo ao bairro rural Pedra Branca, pertencente ao município de Boa Esperança do Sul.

Já havíamos tomado conhecimento de um sítio arqueológico mediante informação oral. Moradores de Boa Esperança e Pedra Branca informaram que, há cerca de 30 anos, quando foram construir um pequeno dique no Córrego Mandaguari, foram extraídas muitas urnas, algumas delas contendo ossos. O Sr.

Nelson Neves, residente em Boa Esperança e que trabalhava na fazenda à época, doou para o Museu de Araraquara, por nosso intermédio, uma pequena cuia de cerâmica, sem decoração, e uma lâmina de machado polida que, segundo ele, foram extraídas juntamente com as igaçabas. Destas, porém, não sobrou mais nada, pois os tratores as quebraram em muitos pedaços. Denominamos este sítio arqueológico Mandaguari (sigla MDG), cujas coordenadas UTM da área de maior concentração de material são: 22k E0769200/N7577400. O sítio está a 150 metros do córrego que originou seu nome e cerca de 3,5 km do Jacaré-Guaçu. Com pouca declividade para o Córrego Mandaguari, a ocupação do solo atualmente é para o plantio de cana, cujas terras da propriedade, Fazenda São Luís, do Sr. Fernando Tanuri, foram arrendadas para a Usina Zanin. No momento da vistoria, a porção norte do sítio estava com cana média, enquanto a sua maior porção está em área cujo corte da cana havia acontecido recentemente. Pudemos observar uma cerâmica já bastante fragmentada pelo trabalho do arado (**Foto 10**). Alguns cacos finos e espessos sem decoração, uma parte da carena de um pote (com pintura vermelha), um fragmento pintado (com decoração em preto, branco e vermelho) e alguns blocos de arenito vermelho. Não fizemos a delimitação do sítio, deixando este procedimento para etapas posteriores.

A uma distância de 920 metros do Sítio Arqueológico Mandaguari, descendo o córrego do mesmo nome em direção ao rio Jacaré-Guaçu, detectamos outro sítio cerâmico, que foi denominado Sítio Arqueológico da Barrinha (sigla BRR), por ficar em propriedade do mesmo nome, cujas Coordenadas UTM são: 22k E0769601/N7578394. O material arqueológico está em local de cana baixa, no sítio Santana da Barrinha A, propriedade de Luís Colin Filho. Pudemos observar uma concentração cerâmica, em sua maioria cacos sem decoração e um caco com decoração plástica corrugada (**Foto 11**). Fizemos a coleta de uma pequena lâmina polida, provavelmente utilizada a sua base como percutor, pois há nela marcas de uso. Não fizemos a delimitação do sítio, deixando essa tarefa para uma etapa posterior. O sítio fica a cerca de 250 metros do córrego Mandaguari e 2,25 km da

confluência do Córrego Rancho Grande com o Jacaré-Guaçu, em terreno de pouca declividade em direção ao córrego.



Foto 10 – Material cerâmico no Sítio Arqueológico Mandaguari (Margem esquerda do rio Jacaré-Guaçu)

A uma distância de 2,5 km do Sítio Arqueológico da Barrinha, descendo o Córrego Mandaguari que neste trecho assume o nome de Rancho Grande na carta do IBGE, na confluência entre este córrego e o rio Jacaré-Guaçu, encontramos material cerâmico nos carregadores de cana (**Foto 12**). O sítio foi denominado Rancho Grande (sigla RGR). Devido ao fato de a cana estar alta, quase na época do corte, não pudemos fazer a delimitação das ocorrências. Entretanto, os fragmentos da estrada sugerem uma alta densidade de material arqueológico. Os cacos de cerâmica que pudemos observar não têm decoração (superfície lisa). Também encontramos um seixo alisado, sugerindo um polidor de cerâmica, e algumas ferramentas lascadas em arenito vermelho. As coordenadas UTM de uma concentração cerâmica do sítio Rancho Grande são as seguintes: 22k

E0768956/N7580889. O sítio fica a 200 metros do rio Jacaré-Guaçu, na Fazenda São Manuel, propriedade da Sra Maria Luísa Travassos. Próximo ao local, em área de cana baixa, havia duas lascas em arenito e sílex, cujas Coordenadas UTM são: 22k E0769212/N7580511.



Foto 11 – material cerâmico com decoração plástica (Sítio Arqueológico da Barrinha)

- margem direita do Córrego Rancho Grande:

Observação em terreno com plantio de cana média e pouca declividade para o rio principal. Na confluência entre o Córrego Rancho Grande e o rio Jacaré-Guaçu havia ocorrência de material lítico. Havia algumas lascas em arenito nos carregadores onde há cana alta, dois raspadores (um deles em forma de faca) em arenito vermelho. Não pudemos constatar a existência do sítio arqueológico pelo fato de a cana estar alta. Também não avistamos banco de cascalho ou afloramento de matéria prima (arenito) que pudesse constatar a existência de área de lascamento. As coordenadas UTM dos dois raspadores são as seguintes:

- Raspador em arenito: 22k E0769787/N7580536
- Raspador em arenito em forma de faca: 22k 0769607/N7580546



Foto 12 – concentração de material cerâmico em carreador de cana (Sítio Arqueológico Rancho Grande)

Na margem direita do Córrego Ipê, afluente do Jacaré-Guaçu pela sua margem esquerda, pertencente ao município de Boa Esperança do Sul, detectamos duas ferramentas em arenito, sendo uma delas um raspador plano-convexo. Coordenadas UTM das ocorrências: 22k E0783813/N7575978 e 22k E0783829/N7576040

Realização do Levantamento no médio curso do Mogi-Guaçu (médio Mogi superior)

A segunda etapa do levantamento de campo foi realizada no médio curso do Mogi-Guaçu e abrangeu áreas contidas nas cartas do IBGE (escala 1:50.000) de

Porto Pulador e Rincão. Posteriormente, mediante informação oral colhida em campo, identificamos um sítio arqueológico cerâmico no município de Motuca (carta IBGE de Guariba, escala 1:50.000), ampliando o território pesquisado. A região de Motuca também faz parte da área abrangida pelo médio superior curso do rio Mogi-Guaçu.

Em termos de divisão municipal, o levantamento cobriu áreas da margem esquerda do referido rio que fazem parte dos municípios de Rincão, São Carlos e Motuca. Um dos sítios está muito longe do rio Mogi-Guaçu, no Ribeirão Anhumas, um afluente que banha vários municípios, dentre eles, Américo Brasiliense. O sítio arqueológico (que recebeu a denominação de Anhumas II) encontra-se em terras desse município.

O levantamento abrangeu os seguintes afluentes do Mogi-Guaçu:

- margem esquerda, carta IBGE Rincão: Ribeirão do Rancho Queimado, Córrego São José, Ribeirão das Anhumas
- margem esquerda, carta IBGE Porto Pulador: Ribeirão das Cabaceiras, Córrego do Mosquito, Ribeirão das Guabiobas.

O levantamento na margem direita do rio principal, abrangendo os municípios de Guataparã e Luís Antonio, não foi executado. Centramos atenção somente nos afluentes da margem esquerda, pois a área para a cobertura do levantamento é vasta, apesar do número reduzido de afluentes. Estes são mais distantes entre si do que aqueles pesquisados no levantamento do Jacaré-Guaçu. Em linha reta, o curso do Mogi-Guaçu nesse trecho é de cerca de 20 Km. No entanto, cabe ressaltar que, nessa porção do seu curso, o Mogi-Guaçu assume aspectos de um rio cheio de meandros. Segundo barqueiros da região, o trecho entre o Córrego Rancho Queimado e o Ribeirão das Guabiobas tem, em média, 40 km de navegação.

Embora o método de abordagem tenha sido o mesmo do Jacaré-Guaçu (coleta de informação oral, visita a locais prováveis de haver vestígios arqueológicos, como afloramentos rochosos, cascalheiras, confluências de rios), tivemos melhores resultados na coleta de informação com os moradores da zona rural. Da mesma forma que no levantamento anterior, estabelecemos previamente alguns pontos nas cartas do IBGE, distantes cerca de 1 km entre si. Quando foi possível, caminhamos pelas margens dos afluentes cerca de 2 km em direção à sua cabeceira. Não optamos pelo levantamento sistemático, com abertura de poços teste, pois a área que pudemos observar é quase que em sua totalidade utilizada para o cultivo da cana-de-açúcar, o que facilitou a visualização do material em campo. Isto, é claro, sem contar os locais cujas atividades econômicas principais são a extração de areia e argila.

Observamos algumas diferenças com relação ao levantamento no Jacaré-Guaçu. Em primeiro lugar, tivemos dificuldades em detectar sítios mais próximos ao rio principal, devido à total transformação da paisagem por atividades econômicas que degradam o meio ambiente, sobretudo extração de argila e areia. Os locais a que tivemos acesso evidenciaram uma destruição do meio que vem acontecendo, em alguns casos, há 20 anos. Neste empreendimento, muitos sítios arqueológicos já foram, com certeza, totalmente destruídos, visto que em diversos lugares havia grandes crateras devido à extração de areia.

A margem esquerda do Mogi-Guaçu, como a carta do IBGE atesta (Porto Pulador), forma grandes áreas de banhado, com pouca declividade para o rio, terraços amplos e planos, muito distantes da drenagem devido ao seu extenso banhado. Em um trecho do Jacaré-Guaçu configurava-se a mesma situação. Muitos sítios, neste caso, estão ao longo dos afluentes, dando a idéia de que as populações, ao encontrar tal configuração topográfica, subiam os rios menores em busca de ponto propício para construir suas aldeias. Por outro lado, há sítios em locais nos quais o terraço aproxima-se mais do leito do rio, não se interpondo aos dois um grande banhado. Este é o caso do Sítio Santo Antônio, em Motuca (rio Mogi-

Guaçu), que descreveremos mais adiante, e do Sítio Rancho Grande, em Boa Esperança do Sul (rio Jacaré-Guaçu), anteriormente descrito.

Embora as atividades econômicas desse trecho do Mogi-Guaçu sejam muito nocivas ao meio ambiente e, por extensão, ao patrimônio arqueológico, elas fazem com que as pessoas tenham uma relação mais íntima com o ambiente hidrográfico. Há muitas histórias de trabalhadores que, por extraírem areia do leito do rio, já tiraram muitas “coisas antigas”, dentre elas, muito material arqueológico. Foram citadas, principalmente, “pedras de raio” e “pontas de flecha”.

Dessa forma, assim como os agricultores, estes trabalhadores fornecem informações valiosas sobre locais onde há vestígios arqueológicos. O problema encontrado é que, por saírem do leito do rio, tais vestígios podem ter vindo de outros lugares. No entanto, a simples menção a córregos e localidades pode nos auxiliar na busca por sítios arqueológicos, o que de fato ocorreu com alguns informantes. Um estudo de história oral e memória com as populações que vivem das atividades ligadas ao rio Mogi-Guaçu renderia informações preciosas sobre as transformações das visões sobre o material arqueológico.

Algumas informações orais coletadas não puderam ser verificadas devido ao tempo disponível para a pesquisa, tendo em vista a distância que ainda teríamos que percorrer. Entretanto, as informações estão registradas e, mesmo que não sejam verificadas neste momento da pesquisa, poderão servir para futuros estudiosos que se interessem pela ampliação das investigações que ora iniciamos.

Por exemplo, entrevistamos o Sr. Pedro, que trabalha com extração de areia em terras pertencentes à Rincão, margem esquerda do Mogi-Guaçu, próximo a SP 255, rodovia que liga Araraquara a Ribeirão Preto. Trabalhando há muito tempo na região, o sr. Pedro forneceu algumas informações que podem atestar a relação das pessoas com as “coisas antigas” retiradas do rio Mogi-Guaçu. Mesmo que as informações não sejam precisas, nos dão uma idéia dos locais que poderão

posteriormente receber uma maior atenção. Todos os locais citados pelo informante estão mais distantes da calha do rio Mogi-Guaçu, o que nos levou a não priorizar a busca, já que havíamos estabelecido, em carta, os pontos a serem verificados mais próximos à drenagem principal.

No que toca à ocorrência de material arqueológico ou alguns fenômenos ligados a ele, o sr. Pedro citou a Fazenda São João, na Estação do Ouro (ponta de flecha), rio Cabaceiras, afluente do Mogi-Guaçu pela sua margem esquerda (bola de fogo¹⁰), Fazenda Cachangal (senzala), Fazenda do Redondo (potes antigos), e Morro Chato, na Fazenda do Redondo (possivelmente arte rupestre). O Morro Chato já foi citado por vários moradores da localidade em trabalhos anteriores realizados por nós.

Outra informação coletada refere-se a potes de barro em Motuca, possivelmente um sítio arqueológico relacionado ao também localizado mediante informação oral Sítio Arqueológico Santo Antonio. Segundo o Sr. Antonio, proprietário das terras do Sítio Arqueológico Santo Antonio, este local pertence às terras do Sítio Bem Te Vi, propriedade do Sr. Mateus Voltarel, no Córrego do Bem Te Vi, que desemboca no Ribeirão do Bonfim, importante afluente do Mogi-Guaçu pela sua margem esquerda, no município de Motuca. Ao observarmos a carta do IBGE de Guariba, na qual estão as terras de Motuca banhadas pelo rio Mogi-Guaçu, constatamos que existe um Córrego Bem Te Vi que, entretanto, desemboca no Ribeirão do Lajeado, que por sua vez desemboca no Ribeirão do Bonfim. A informação está registrada aguardando idas a campo posteriores.

¹⁰ Neste caso, o informante poderia estar se referindo ao fenômeno natural conhecido como fogo fátuo. Já notamos que muitas pessoas que vivem no campo e conhecem material arqueológico fazem referência a este tipo de fenômeno geralmente ocorrendo no mesmo lugar onde descrevem que há ‘pedras de raio’ e ‘potes de índio’. De fato, ao observarmos os mitos indígenas, sobretudo os mitos tupis descritos por alguns cronistas e analisados por Alfred Métraux (1979), percebemos que pode haver uma relação entre tais fenômenos e os sítios arqueológicos de povos ceramistas, pois os antigos tupis ligavam tal fenômeno à lenda do *baetatá* (coisa de fogo ou, como sugere o radical *mboi*, cobra de fogo, geralmente ocorrendo próximo aos rios e aos locais onde enterravam os seus parentes mortos).

O Sr. Irineu Rapatoni, de Rincão, também informou a existência de mão-de-pilão no sítio Japarutuba, em Motuca. As outras informações orais obtidas nesta etapa de levantamento foram verificadas e, como havia material arqueológico, serão apresentadas no momento da descrição dos sítios registrados, que segue abaixo.

- margem esquerda do rio Mogi-Guaçu, terras pertencentes ao município de Rincão, entre os córregos do Rancho Queimado e São José, material cerâmico próximo ao ponto 9 pré-estabelecido em carta topográfica (22k 0808227/7612063). Denominamos o achado Sítio São José, sigla SJS. Trata-se de local cuja utilização do solo é para o cultivo de cana-de-açúcar que estava muito alta e dificultou uma melhor visualização dos vestígios em superfície. Todo o material cerâmico que conseguimos visualizar estava muito fragmentado, havendo pouco material a ser observado devido à destruição do sítio causada pelo arado. Conseguimos identificar alguns fragmentos pouco espessos de borda com engobo branco (**Foto 13**) e com decoração plástica do estilo corrugado, alguns fragmentos de parede de vaso com pintura em vermelho sobre engobo branco e fragmentos sem pintura e decoração. Pudemos constatar material em superfície também dentro do canavial. O sítio está implantado no início do terraço, em área de pouca declividade em direção ao rio Mogi-Guaçu. Há, entre o sítio e o rio, uma planície de inundação de 1.750 metros. A distância do sítio para o Córrego do Rancho Queimado é de 2.250 metros e para o Córrego São José é de 1.700 metros. Não pudemos verificar em terras de quem está o sítio mas, segundo a carta do IBGE, fica próximo a uma localidade denominada Retiro dos Furados em uma área de morros amplos, cujas altitudes variam de 537 a 553 metros. A partir do material existente no carreador de cana colocamos alguns pontos que delimitam, num primeiro momento, a ocorrência de material arqueológico, podendo ser ampliada a partir de nova visita quando a cana estiver cortada:

Leste: 22k 0808290/7611951

Oeste: 22k 0808342/7611950

Norte: 22k 0808284/7612029

Sul: 22k 0808241/7611980

Central: 22k 0808286/7612004



Foto 13 – material cerâmico do Sítio Arqueológico São José (médio Mogi-Guaçu)

- margem direita do Ribeirão Anhumas

Este córrego, por sua extensão, é considerado um importante afluente do rio Mogi-Guaçu, banhando terras dos municípios de Rincão, Santa Lúcia, Américo Brasiliense e Araraquara. Muitos informantes citaram o Ribeirão Anhumas como uma área interessante para a ocupação de povos indígenas do passado. Os principais aspectos favoráveis que alguns informantes levantaram foram sobretudo a caça e a pesca, abundantes até recentemente, na década de 1970. Muitas das informações orais que obtivemos, em especial aquelas do Sr. Pedro, supracitadas, estão em regiões que são banhadas pelo Ribeirão Anhumas e seus afluentes. Em levantamento anterior (2003) encontramos ocorrência arqueológica lítica com baixa densidade de material, na Fazenda Aurora, que fica na margem esquerda do Córrego das Furnas, tributário pela margem esquerda do Ribeirão Anhumas. Esta

localidade, em termos históricos, é uma antiga fazenda de café, ainda com a estrutura de dois casarões. Fica em um terreno com declividade acentuada para o Córrego das Furnas, em uma bela paisagem cuja altitude varia de 600 a 726 metros.

Ainda neste levantamento anterior no Ribeirão Anhumas, detectamos um fragmento de cerâmica indígena na margem direita deste rio. Na época, não sabíamos que este fragmento estava bem próximo a um sítio cerâmico conhecido desde a década de 1970, que é o Sítio Rapatoni (margem esquerda do Ribeirão Anhumas), o qual registramos no levantamento e que descreveremos mais adiante.

Ainda na margem direita do Ribeirão Anhumas, em terras pertencentes à Fazenda Santo Antonio, município de Rincão, arrendadas para a Usina Santa Cruz para o plantio de cana, há um sítio arqueológico que denominamos Sítio Anhumas I, cuja sigla é ANH1. São fragmentos de cerâmica espessos, um caco pintado em vermelho e preto sobre engobo branco, constituindo a borda de um grande pote (**Foto 14**), outro fragmento de borda com decoração que lembra incisões feitas com as unhas (**Foto 15**), e muitos outros cacos de cerâmica lisa, sem decoração plástica ou pintura. Registramos uma concentração com fragmentos grandes de cerâmica (23k 0192265/7607978).



Foto 14 – Fragmento de cerâmica com pintura policrômica (Sítio Arqueológico Anhumas I)

O sítio arqueológico encontra-se em canavial e, no momento do achado, a terra estava sendo arada, o que facilitou a visualização do material. Pela dimensão dos cacos visualizados em superfície, acreditamos que este sítio tenha, até o momento, um grau de destruição bem menor do que o anteriormente descrito (Sítio São José – SJS).



Foto 15 – Fragmento de borda com incisões (Sítio Arqueológico Anhumas I)

O Sítio Anhumas I está a 450 metros do Ribeirão Anhumas, em sua margem esquerda, e a 1.700 metros da confluência deste Ribeirão com o Mogi-Guaçu. No entanto, em linha reta, a distância do sítio para o Mogi-Guaçu é de 1.100 metros. Está em um terraço com pouca declividade para o Ribeirão Anhumas, com a presença de morros amplos de pouca altitude, cuja parte alta mais próxima não ultrapassa 565 metros de altitude. Em um primeiro momento, com a observação em superfície, pudemos delimitar alguns pontos das concentrações de material, ficando assim estabelecidos os seus limites:

Central: 23k 0192254/7607925

Limite Sul: 23k 0192215/7607895

Limite Leste: 23k 0192272/7607921

Limite Oeste: 23k 0192243/7607977

Limite Norte: 23k 0192280/7608003

Na margem esquerda do Ribeirão Anhumas, subindo este córrego em direção à sua cabeceira, em área da Usina Santa Cruz encontramos material cerâmico em canavial. Como a cana estava alta só pudemos observar alguns fragmentos bem pequenos, dando a impressão de ser um sítio arqueológico já bem impactado pelos trabalhos do arado. A delimitação da área e a observação se se trata realmente de um sítio destruído só será possível posteriormente, quando a cana já estiver cortada. Apesar da cana alta, observamos alguns fragmentos igualmente pequenos no interior da plantação. Denominamos o Sítio Arqueológico Anhumas II (Sigla ANH II). Uma das coordenadas UTM coletadas em um pequeno fragmento de cerâmica é 22k 0807356/7597149.

Os fragmentos de cerâmica são todos lisos, sem decoração plástica ou pintura. O Sítio Arqueológico Anhumas II fica em terras do município de Américo Brasiliense, próximo à Rodovia SP 255, que liga Araraquara a Ribeirão Preto. Fica também próximo ao Clube Náutico de Araraquara, que utiliza as águas do Ribeirão Anhumas. Fica a 150 metros deste ribeirão e a cerca de 12 km da confluência do Anhumas com o rio Mogi-Guaçu. Está implantado próximo à várzea do ribeirão, no início do terraço, com pouca declividade para esta drenagem.

Para este período de campo no Mogi-Guaçu, tínhamos a intenção de localizar um sítio arqueológico conhecido desde a década de 1970. Há, no Museu de Araraquara, uma urna funerária policrômica (**Foto 16**) proveniente deste sítio e, à época de sua descoberta, houve grande interesse neste material. Por tratar-se do primeiro sítio arqueológico detectado na região, tínhamos o interesse de registrá-lo e prosseguir com investigações arqueológicas para retirar mais informações do material deste sítio.

Fizemos contato com o filho do antigo proprietário, Sr. Irineu Rapatoni, que nos forneceu algumas informações importantes referentes ao sítio e a sua descoberta. O Sr. Irineu nos contou que o material cerâmico estava na Fazenda Bom Retiro (antiga propriedade de seu pai, Sr. João Rapatoni) quando aravam pela

primeira vez a terra. Disse, ainda, que quando a terra estava nua ou a plantação ainda baixa, conseguiam avistar, de cima de um morro, as manchas negras na terra que pesquisadoras do Museu Paulista (Luciana Pallestrini e Sílvia Maranca) haviam dito serem marcas de antigas cabanas dos índios. Hoje em dia, infelizmente, não é mais possível observar tais detalhes, já que a terra vem sofrendo a ação do arado desde aquela época (década de 1970).



Foto 16 – Urna funerária com pintura policrômica retirada do Sítio Arqueológico Rapatoni na década de 1970 (Acervo do Museu de Araraquara)

Uma outra história interessante concernente a este sítio arqueológico foi coletada por nós nesta mesma etapa, às margens do rio Mogi-Guaçu, só que em terras pertencentes a São Carlos. Sérvulo Mantese, dentista aposentado de Araraquara, disse se recordar da época em que os vestígios foram descobertos. Disse, ainda, que a descoberta causou muita curiosidade entre os moradores das redondezas, que foram até o local e começaram a pegar os grandes fragmentos dos potes que eram destruídos pelas máquinas. O próprio sr. Mantese pegou um grande

fragmento de pote, ao que explica, com decoração plástica em estilo corrugado. Fato curioso é a ligação que ele faz deste acontecimento com outros fatos que ocorreram em sua vida após isto. Como teve alguns problemas familiares e de saúde, atribuiu todos os males ao fato de ter adquirido o fragmento de pote, que poderia ser, segundo ele, de um cacique, cuja alma teria ficado revoltada com o assalto aos vestígios de sua antiga aldeia. Acreditando nisto, o Sr. Sérvulo Mantese devolveu a peça ao lugar de onde havia tirado, enterrando-a no sítio, para que não houvesse mais contratempos em sua vida e na de seus familiares. Tais histórias, muito freqüentemente envolvendo sítios arqueológicos, a despeito de suas variações, são muito interessantes e podem revelar as relações que a sociedade nacional estabelece com os vestígios dos povos indígenas do passado.

Após a coleta de informações com o Sr. Sérvulo Mantese e o Sr. Irineu Rapatoni, o segundo aceitou nos levar ao sítio, pelo qual sempre manteve profundo respeito, sendo, inclusive, muito orgulhoso pelo fato de um assentamento indígena pré-histórico estar em suas antigas terras. Hoje, as terras são de propriedade da Usina Santa Cruz, de Américo Brasiliense.

Localizamos o sítio e o denominamos Sítio Arqueológico Rapatoni (Sigla RPT), cujas coordenadas UTM são as que seguem: 23k 0190828/7606825. Não pudemos delimitar o sítio, pois a cana estava alta. O Sítio Arqueológico Rapatoni fica na margem esquerda do Ribeirão Anhumas, em terras pertencentes ao município de Rincão, bem próximo a uma ponte quebrada da antiga estrada que ligava Ribeirão Preto a Rincão. Hoje, outra estrada foi construída mais à direita do sítio. A distância do sítio arqueológico para o Ribeirão Anhumas é de 650 metros, e do sítio para o rio Mogi-Guaçu é de 2.100 metros. Está implantado em área com uma declividade média para o Ribeirão Anhumas, quase no topo da colina, que tem uma altitude máxima de 570 metros. Pudemos observar muitos fragmentos de cerâmica, todos sem decoração plástica (**Foto 17**).

Subindo o rio Mogi-Guaçu, já em terras pertencentes a São Carlos, entre o Ribeirão das Guabirobas e Ribeirão das Araras, há material cerâmico, compondo o Sítio Arqueológico Itauarama, cuja sigla é ITA. Neste sítio, há cerâmica lisa, mas também um fragmento espesso com decoração plástica no estilo corrugado (**Foto 18**). Pudemos notar, também, nas paredes de outro fragmento espesso de cerâmica, caco moído como antiplástico. Não pudemos delimitar a área da ocorrência pelo fato de a cana estar alta. Segundo o proprietário da Fazenda Itauarama, onde está o sítio arqueológico, as terras estão arrendadas para o plantio de cana-de-açúcar da Usina Santa Cruz.



Foto 17 – fragmento de borda do Sítio Arqueológico Rapatoni

O sítio está implantado em terraço com pouca declividade para o rio Mogi-Guaçu, cuja altitude não ultrapassa 532 metros. A distância do rio Mogi é de 1450 metros. Segundo a carta do IBGE (Escala 1:50.000 de Porto Pulador), o sítio está a 150 metros de uma pequena drenagem, hoje não existente. O acesso ao local do sítio se dá a partir da SP 255, que liga Ribeirão Preto a Araraquara, sentido Ribeirão Preto, entrando à direita, pela vicinal que vai até o Distrito de Taquaral (pertencente

a Rincão). A avaliação da situação do sítio será possível quando a cana for cortada, pois o seu tamanho não permitiu uma melhor visualização do material em superfície.

Em conversa com moradores da zona rural próxima ao Ribeirão Anhumas, tomamos conhecimento de outro sítio arqueológico cerâmico, em terras de Motuca. Segundo uma informante, em sítio que era de sua família foram retiradas, há cerca de 20 anos muitas peças de cerâmica (potes de vários tamanhos), assim como lâminas de machado. Denominados Sítio Arqueológico Santo Antônio, cuja sigla é SAT. Este sítio atualmente é propriedade do Sr. Antonio, residente em Motuca. A sua propriedade divide-se em área para criação de animais (de várias espécies), e um espaço maior para o plantio de cana, na qual está o sítio arqueológico. Encontramos nos carregadores de cana (que estava alta), grande quantidade de fragmentos cerâmicos lisos, sem decoração plástica ou pintura, cujo antiplástico, bem visível, é constituído por cariapé (**Foto 19**). De fato, o material deste sítio é bem diferente daquele dos sítios anteriores, por haver somente cerâmica lisa e muito cariapé na pasta.



Foto 18 – fragmento de cerâmica com decoração plástica (corrugado) – Sítio Arqueológico Itauarama

De acordo com a delimitação dos achados em superfície feita por meio de caminhada nos carregadores de cana, pudemos perceber que os fragmentos têm uma ampla distribuição, diferentemente dos sítios detectados até o momento. Observamos fragmentos em superfície em uma área de aproximadamente 250 X 250 metros, cuja distância do rio Mogi-Guaçu é de 450 metros. Próximo ao sítio há o Ribeirão do Bonfim, a uma distância de 350 metros. O sítio, portanto, fica próximo à confluência deste ribeirão com o rio Mogi-Guaçu. Apesar de não fazer parte da proposta do projeto, fomos atrás das informações por tratar-se de sítio no Mogi-Guaçu. No entanto, as informações ficarão guardadas para futuras pesquisas.

As coordenadas que delimitam a ocorrência de material em superfície são as seguintes:

Limite Norte: 22k 0799290/7626927

Limite Sul: 22k 0799058/7626515

Limite Leste: 22k 0799256/7626705

Limite Oeste: 0799635/7627014



Foto 19 – fragmentos cerâmicos do Sítio Arqueológico Santo Antonio, cujo antiplástico, cariapé, está bem visível

Além dos sítios registrados nesta etapa de levantamento no Mogi-Guaçu, em seu curso médio superior, também registramos 3 ocorrências arqueológicas isoladas, não ligadas a assentamento humano pré-histórico mais significativo. São elas:

- Ocorrência no Ribeirão Anhumas: uma pequena lasca em arenito, cujas coordenadas UTM são 23k 0191179/7608615

- Ocorrência no Ribeirão das Guabirobas: Lâmina de machado polida (**Foto 20**), cujas coordenadas são 23k 0203760/7606472. Distância de 3,5 km do Sítio Arqueológico Itauarama.

- Ocorrência de um fragmento de cerâmica a cerca de 900 metros do Sítio Arqueológico Itauarama, próximo ao rio Mogi-Guaçu (250 metros).



Foto 20 – lâmina de machado polida, ocorrência do Ribeirão das Guabirobas, São Carlos

O potencial de análise dos sítios encontrados

Os dez sítios cerâmicos das duas etapas de levantamento estão em área de plantio de cana-de-açúcar e vêm sofrendo por anos e, muitas vezes, décadas, as conseqüências do trabalho com o arado. Para melhor compreendermos o potencial de análise dos sítios por serem escavados, tomamos conhecimento, em um primeiro momento da pesquisa, a classificação de Wüst (1990) de acordo com o grau de conservação dos sítios: intacto, parcialmente intacto, com estratigrafia

comprometida e totalmente destruído. Assim explica a autora: *“Os sítios classificados como intactos permitem ainda a recuperação de dados estratigráficos, morfológicos e micro-estruturais, em quase toda a sua extensão, por meio de escavação em superfície ampla. Os sítios parcialmente destruídos permitem a obtenção destes dados somente em parte de sua área, enquanto os sítios com uma estratigrafia comprometida dificilmente fornecerão ainda informações sub-superficiais, limitando-se o seu potencial à obtenção de dados morfológicos e a uma caracterização genérica do quadro tecnológico, apreensíveis a partir das evidências de superfície. Os sítios totalmente destruídos não oferecem mais nenhum potencial analítico, salvo das características ambientais da paisagem em que estavam inseridos”* (Wüst 1990:139).

Em primeira observação no levantamento, constatamos que oito sítios podem ser classificados como sítios com estratigrafia comprometida, enquanto que um deles (Sítio São João), tem parte de sua área em pasto. Na primeira fase de escavação procedemos à coleta total do material em superfície, visível porque a cana estava baixa. No local onde há a pasto, delimitamos alguns pontos nos quais foram realizadas sondagens, a partir das quais pudemos ter uma noção da estratigrafia do sítio. Os resultados da coleta sistemática de material estão contemplados no capítulo IV.

O décimo sítio (Sítio Anhumas II), à primeira vista nos pareceu estar totalmente destruído. Embora a observação de superfície tenha sido dificultada pela cana alta, pudemos observar somente uns poucos fragmentos cerâmicos, bem pequenos, não revelando pintura ou decoração plástica.

Diante do quadro que nos foi apresentado, muito comum em regiões onde há intenso trabalho de aração da terra, não podemos deixar de questionar quais as contribuições e o potencial destes sítios arqueológicos para pesquisas futuras. A fim de fazer comparações com outros sítios da macro-região e regiões adjacentes podemos pensar em algumas linhas de investigação que, no entanto, não podem ser

consideradas como objetivo central desta tese, embora em muitos momentos algumas dessas linhas norteiem as discussões:

1) o sítio arqueológico, mesmo que apresente estratigrafia destruída e material cerâmico já bem fragmentado, pode fornecer informações sobre a presença de determinadas influências, como por exemplo, na morfologia do sítio, técnicas decorativas (pintura, decoração plástica), emprego de determinados materiais como antiplástico. Embora tais elementos por eles mesmos estejam longe de representar uma cultura, auxiliam na confecção de mapas que evidenciem trocas e adoção de elementos culturais alienígenas.

2) A partir destes elementos, juntamente com os resultados de datações, poderemos pensar nos diferentes grupos que ocuparam o espaço analisado (mesmo que em um primeiro momento tenhamos que enquadrá-los em Fases e Tradições para sistematizar as suas características).

3) A partir de fragmentos de borda e base, proceder à reconstrução de formas de vasilhames, resultando em dados estatísticos sobre as relações entre forma e tipo de decoração.

Julgamos importante ressaltar que não só a cultura material traz informações sobre os povos do passado, mas também, como já dissemos acima, o papel que a cultura material assume no imaginário da sociedade, apesar de suas transformações (mitos transformados em crenças, contos e “causos”), pode nos trazer muitas informações, mesmo que multifacetadas, sobre as populações indígenas que viveram no nordeste do Estado de São Paulo. Além de prestarmos atenção nas informações que o material arqueológico dos sítios pode nos fornecer, levar em conta o discurso que as pessoas de diferentes camadas proferem sobre os sítios arqueológicos pode auxiliar na construção de um indígena “pré-histórico” mais ligado ao que denominados de história nacional.

Um recente trabalho de Araújo (2001/2002) contribuiu para a percepção de que os sítios em terras constantemente aradas não podem ser vistos como pouco

úteis para a compreensão do passado. As informações da coleta ponto a ponto que fizemos no Sítio Arqueológico São João com o auxílio da Estação Total, somadas aos outros tipos de fontes que estamos privilegiando em nossas pesquisas (fontes etno-históricas e apreensões atuais do material arqueológico por parte da comunidade não científica), poderão auxiliar na construção de uma visão menos determinista para os sítios já considerados destruídos.

No que toca ao interesse de tais sítios, como salientamos no primeiro capítulo, a importância do levantamento, escavação e laboratório na região reside nos efeitos que buscamos concernentes à educação patrimonial a ser realizada com a sociedade local. A descrição da pesquisa de campo também estará disponível para estudiosos que queiram futuramente abordar o material arqueológico a partir de um dos múltiplos enfoques que o estudo do passado possibilita.

Projeto Arqueologia de Araraquara e região – Etapa de Levantamento no Médio Jacaré-Guaçu
Relação de Sítios e Ocorrências Arqueológicas

	Afluente mais próximo	Município	Material	Coordenadas UTM
Ocorrência 1	Cor. Água Preta (Direita)	Ribeirão Bonito	Lasca em sílex	22k E0790359/N7568376
Ocorrência 2	Cor. Água Preta (Esquerda)	Ribeirão Bonito	duas lascas de sílex e uma pequena em arenito	22k E0789714/N7568495
Ocorrência 3	Córrego dos Andes (Direita)	Araraquara	afloramento de arenito e basalto e a ocorrência de material arqueológico (algumas lascas em arenito e sílex).	Lasca em arenito voçoroca: 22k E0786952/N7573753 Lasca em sílex voçoroca: 22k E0786956/N7573750 Aflor.arenito:22k E0786983/N7573794 Laca em sílex voçoroca: 22k E0786994/N7573799
Ocorrência 4	Córrego dos Andes (Direita)	Araraquara	Lasca em arenito dourado	22k E9784341/N7577247
Ocorrência 5	rio Chibarro (Direita)	Araraquara	Lasca em sílex Pequeno raspador em	22k E0782970/N7580116

			arenito	22k E0782989/N7580045
Ocorrência 6	Rio Chibarro (Direita)	Araraquara	Lasca em sílex Pequena ferramenta em arenito	22k E0782293/N7580358
Ocorrência 7	Ribeirão das Cruzes (Direita)	Araraquara	lascas em sílex e arenito e um raspador plano-convexo em sílex	22k E0776851/N7581422
Ocorrência 8	Córrego do Ipê (Direita)	Ribeirão Bonito	duas ferramentas em arenito, sendo uma delas um raspador plano-convexo	22k E0783813/N7575978 22k E0783829/N7576040
Ocorrência 9	Córrego Rancho Grande (Direita)	Boa esperança do Sul	Raspador em arenito Raspador em arenito em forma de faca	22k E0769787/N7580536 22k E9769607/N7580546
Sítio São João (SJO)	Córrego São João (Direita)	Ribeirão Bonito	Lito-cerâmico	Sul:22kE0787257/N7570964 Oeste:22kE0787164/N7570943 Leste:22kE0787337/N7571236 Norte:22kE0787236/N7571311
Sítio Córrego dos Andes (CAD)	Córrego dos Andes (Direita)	Araraquara	Lítico (baixa densidade)	Leste:22kE0786641/N757476 2 Oeste:22kE0786337/N757454 5

				Sul: 22k E0786454/N7574543 Norte: 22k 0786476/N7574696 PontoCentral:22kE0786514/N757 6611
Sítio Ribeirão das Cruzes (Sigla RCZ)	Ribeirão das Cruzes (Direita)	Araraquara	Lítico	Sudeste: 22k E0778730/N7582877 Nordeste: 22k E0778694/N7582941 Noroeste: 22k E0778626/N7582942 Sudoeste: 22k E0778680/N7582868 PontoCentral:22k E0778676/N7582883
Sítio Mandaguari (MDG)	Córrego Mandaguari (Esquerda)	Boa Esperança do Sul	Lito-cerâmico	22k E0769200/N7577400
Sítio da Barrinha (BRR)	Córrego Mandaguari (Esquerda)	Boa esperança do Sul	Lito-cerâmico	22k E0769601/N7578394

Sítio Rancho Grande (RGR)	Córrego Rancho grande (Esquerda)	Boa Esperança do Sul	Lito-cerâmico	22k E0768956/N7580889
----------------------------------	----------------------------------	----------------------	---------------	-----------------------

Projeto Arqueologia de Araraquara e região – Etapa de Levantamento no Médio Mogi-Superior
Relação de Sítios e Ocorrências Arqueológicas

	Afluentes mais próximo	Município	Material	Coordenadas UTM
Ocorrência 1			Lasca em arenito	23k 0191179/7608672
Ocorrência 2	Ribeirão das Guabirobas (Margem Direita)	São Carlos	Lâmina de Machado	23k 0203760/7606472
Ocorrência 3	Próximo ao sítio Itauarama	São Carlos	Um fragmento cerâmico	23k 0207200/7606782
Sítio São José (SJS)	Córrego São José (Margem Esquerda)	Rincão	Cerâmica (engobo branco, corrugado...)	22k 0808286/7612004
Sítio Anhumas I	Ribeirão das Anhumas	Rincão	Cerâmica	23k 0192254/7607925

(ANH1)	(Margem Direita)		(pintura policrômica)	
Sítio Santo Antonio (SAT)	Ribeirão do Bonfim (Margem Direita)	Motuca	Cerâmica (sem decoração/cariapé na pasta)	22k0799245/7626702
Sítio Itauarama (ITA)	Pequeno córrego sem nome	São Carlos	Cerâmica (corrugada, engobo branco...)	23k 0207192/7605823
Sítio Anhumas II (ANH II)	Ribeirão das Anhumas (Margem Esquerda)	Américo Brasiliense	Cerâmica (bem fragmentada e em baixa densidade)	22k 0807356/7597149
Sítio Rapatoni (RPT)	Ribeirão das Anhumas (Margem Esquerda)	Rincão	Cerâmica (urna policrômica no museu)	23k0190828/7606825

CAPÍTULO IV – CAMPO, LABORATÓRIO E OS CAMINHOS DE PATRIMONIALIZAÇÃO DO MATERIAL ARQUEOLÓGICO

Este capítulo contém a continuidade dos trabalhos de campo, coleta sistemática em dois sítios arqueológicos escolhidos para análise (sítio São João e sítio da Barrinha), intensificação do levantamento no rio Chibarro, o posterior trato do material em laboratório para, finalmente, evidenciar as propostas de interação com o público. Os resultados do campo e laboratório suscitaram algumas discussões teóricas que procuram compreender o papel educativo da figura do arqueólogo em todos os momentos de investigação. Além disso, as leituras sobre a Arqueologia da região, somadas ao campo, levantaram muitas perguntas referentes ao poder discursivo da profissão do arqueólogo em âmbito acadêmico e não acadêmico, o que será discutido no quinto capítulo.

O contexto atual no qual o projeto se insere – questões políticas

No Brasil, arqueólogos têm sido cada vez mais requisitados para a elaboração de laudos arqueológicos em áreas que serão impactadas por empreendimentos tais como construção de hidrelétricas, duplicação de rodovias, implantação de gasodutos, novas unidades de usinas de açúcar e álcool, lotes de ampliação de cultivo de cana, dentre outros. O Estado de São Paulo, em específico, tem aumentado muito as suas áreas de cultivo de cana, bem como a implantação de novas unidades de usinas de açúcar e álcool tem sido constante. Os arqueólogos de contrato, procurados cada vez mais para emitir laudos sobre o potencial arqueológico de ambientes impactados por tais empreendimentos, têm em suas mãos uma ferramenta importante para um melhor conhecimento dos sítios arqueológicos. No entanto, a responsabilidade pela proteção do patrimônio histórico e cultural está também em suas mãos. Os laudos são discursos ambíguos, nos quais precisam figurar os conhecimentos do cientista e seus argumentos em prol da preservação do material arqueológico, ao mesmo tempo em que é

necessária a liberação de áreas para os mais variados fins em nome do “progresso econômico”.

A região de Araraquara possui, em termos econômicos, uma intensa atividade agricultora produzindo laranja e cana-de-açúcar, dentre outras atividades em menor escala. Suas principais usinas (Usina Zanin/Araraquara e Usina Santa Cruz/Américo Brasiliense) foram implantadas há muito tempo, quando as leis que protegiam o patrimônio arqueológico ainda não estavam rigidamente definidas e laudos arqueológicos não eram necessários¹¹. Com isto, um número considerável de sítios arqueológicos vem sendo, por décadas, destruídos pela utilização do arado. Hoje, muitos estão totalmente comprometidos, enquanto outros apresentam todo o seu conteúdo fragmentado, descontextualizado e sua estratigrafia perturbada. No entanto, são sítios passíveis de proteção pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), pois são fontes para a compreensão de vários períodos da formação da região (sejam sítios históricos ou pré-históricos), além de cumprirem um papel importante nos projetos de educação patrimonial.

A Arqueologia de Contrato, no entanto, deve ser vista apenas como um passo inicial para pesquisas futuras mais aprofundadas. Apesar de se constituir em técnicas, métodos e objetivos muito diferentes da Arqueologia acadêmica, ela tem auxiliado na explicitação, para o grande público, da importância de se preservar o patrimônio histórico e cultural. Muitas empresas admitem a necessidade de resgate e posterior estudo de sítios arqueológicos de áreas constantemente impactadas por seus empreendimentos. Este contato íntimo, por parte das empresas, com o material arqueológico, faz com que as pesquisas, acadêmicas ou não, comecem a ser vistas como parte integrante de proteção ao patrimônio e ao

¹¹ Apesar da existência da Lei Federal nº 3.924 que, desde 1961, protege os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Só bem mais tarde, a partir da segunda metade dos anos 1980, a Resolução CONAMA nº 001/86 e, posteriormente, a Lei de Crimes Ambientais, nº 9.605/98, Decreto nº 3.179/99, ajudaram a intensificar os trabalhos de Arqueologia de Contrato no Brasil, propiciando uma maior eficiência na proteção dos sítios arqueológicos (Caldarelli & Santos, 1999-2000:55-56).

meio ambiente. Isto facilita, mesmo que de forma incipiente, o acesso de arqueólogos aos seus objetos de análise.

Muitos proprietários de terras ainda desconhecem a importância do material arqueológico na reconstrução dos discursos do passado. Muitos desconhecem, também, as leis que protegem o patrimônio arqueológico, dificultando, por vezes, o trabalho das equipes de Arqueologia. O que almejamos ao manter contato com os mais diferentes públicos (pequenos agricultores, fazendeiros, usineiros) é demonstrar a importância da Arqueologia, o que nem sempre conseguimos, visto que ainda há muito descaso pela compreensão do passado como se ele não tivesse relevância no presente.

Os sítios arqueológicos registrados nas duas etapas de levantamento estão implantados em propriedades de pequenos agricultores, que têm um contato mais íntimo com suas terras, proprietários de grandes fazendas, que geralmente arrendam terras para usinas açucareiras, ou usineiros, que compram ou arrendam terras de proprietários para aumentar os seus canaviais.

O território só recentemente, nos anos 1990, começou a ser alvo de Arqueologia de contrato, o que possibilitou certa conscientização no que toca à preservação do patrimônio. Mesmo assim, ainda é comum encontrar dificuldade na negociação para a liberação de áreas a serem estudadas, mesmo que se deixe claro que tais estudos não acarretarão para os proprietários de terras nenhum prejuízo.

Como temos a proposta de promover uma introdução às pesquisas arqueológicas acadêmicas, é natural, nesta fase inicial, que tenhamos tido certa dificuldade em convencer proprietários da importância do projeto. A maior resistência foi percebida entre os usineiros e proprietários de grandes fazendas (com terras geralmente arrendadas para as usinas). Esta atitude de descaso frente ao patrimônio arqueológico pode ser explicada, do nosso ponto de vista, pelo fato

de a elite não se sentir representada pelo material arqueológico foco da pesquisa (sítios de povos indígenas do passado), por certo desconhecimento no que toca aos direitos e deveres frente ao material arqueológico, e pela atuação insuficiente do IPHAN no que se refere à proteção do patrimônio arqueológico. É certo que cabe ao arqueólogo a tarefa de conscientização da sociedade para a necessidade de proteger os sítios arqueológicos. No entanto, cabe ao IPHAN mediar diálogos antagônicos entre pesquisadores e proprietários de terras/empreendedores, o que nem sempre acontece¹².

Desenvolvimento dos trabalhos no Sítio Arqueológico São João

O Sítio Arqueológico São João/SJO, de Guarapiranga, Distrito de Ribeirão Bonito, localizado na primeira etapa de levantamento do projeto (levantamento no médio Jacaré-Guaçu), foi escolhido para coleta sistemática de material e escavação, dando continuidade às fases de campo.

Este sítio foi escolhido para ser estudado com mais detalhes por alguns motivos. Em primeiro lugar, é um sítio da bacia do Jacaré-Guaçu, que ainda não havia recebido atenção dos arqueólogos, em comparação com o Mogi-Guaçu, conhecido pela Arqueologia há décadas. Em segundo lugar, a primeira análise do material arqueológico, ainda no sítio, revelou atributos interessantes, ainda não verificados em outros sítios cerâmicos da bacia do médio e baixo Tietê (Maranca, Scabello e Silva 1994), como por exemplo, nenhum fragmento cerâmico com decoração plástica, a presença de cariapé como antiplástico e fragmento de ponta de machado semi-lunar (**Imagem 21**). Em outras palavras, o material do sítio, à primeira vista, contrastava de forma evidente com os sítios enquadrados pela Arqueologia brasileira na ‘Tradição Tupiguarani’, detectados ao longo do Tietê e no alto e médio Mogi-Guaçu. As características do seu material o aproxima mais

¹² No caso da nossa pesquisa, um acordo com alguns proprietários, como a Usina Santa Cruz/Américo Brasiliense, foi impossível, visto que não respondiam às nossas tentativas de diálogos (feitas desde julho de 2005 por e-mail, fax ou telefonema). O IPHAN foi acionado na mesma época, mas não obtivemos nenhuma resposta ou respaldo para prosseguir com as negociações. Essa falta de comunicação gerou dificuldades para continuar com a pesquisa, e acabou atrasando o desenvolvimento das pesquisas em campo.

de sítios do centro-oeste do país e sul de Minas Gerais, cujo material é conhecido como ‘Tradição Aratu-Sapucai’. Mesmo que não seja objetivo do projeto definir e enquadrar o material arqueológico em tais definições estanques, os resultados de campo e laboratório permitirão comparações futuras entre este sítio e outros das adjacências, ampliando o conhecimento sobre sítios arqueológicos cerâmicos do nordeste/norte/noroeste do Estado de São Paulo. Em terceiro lugar, os proprietários das duas fazendas onde o material do sítio está distribuído foram receptivos à idéia do desenvolvimento da pesquisa no local, informando época de corte de cana-de-açúcar e facilitando o acesso da equipe às suas propriedades.

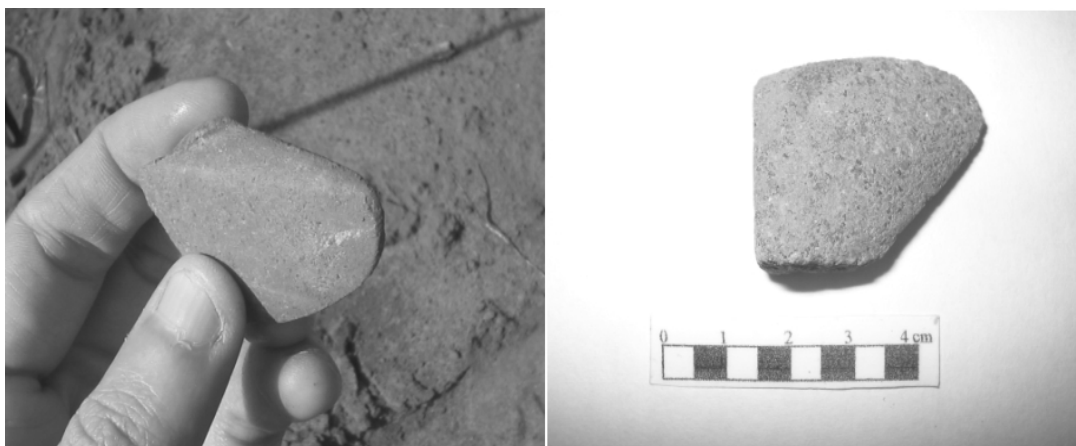


Imagem 21 - Pequeno fragmento polido – sítio arqueológico São João

O sítio arqueológico São João está implantado à margem direita do Córrego São João, tributário do rio Jacaré-Guaçu pela sua margem esquerda, em território pertencente ao distrito de Guarapiranga, Ribeirão Bonito. Em área com média declividade em direção ao córrego, está distante cerca de 400 metros do mesmo e cerca de 1 km do Jacaré-Guaçu. Atualmente, está dividido entre duas fazendas, cujos proprietários, Sr. Eurico Fernandes e Sr. José Roberto Chambroni, ocupam o solo para plantação de cana-de-açúcar e para pastagem de gado (**Imagem 22**). Portanto, a área do sítio, no momento da coleta sistemática, estava sendo utilizada para os dois fins acima citados.



Imagem 22 – vista de partes do sítio arqueológico São João

Após o contato com os proprietários, a data para as pesquisa *in situ* foi escolhida. Para o trabalho, foi montada uma equipe composta por pesquisadores da UNICAMP e da USP, que direta ou indiretamente estão ligados ao projeto desde o início.

A equipe ficou assim composta:

- dois arqueólogos;
- três técnicos/estagiários;
- quatro ajudantes para serviços braçais;
- um topógrafo.

Programado para dez dias, o trabalho foi iniciado com uma caminhada pelo sítio para averiguar os limites de ocorrência de material arqueológico em superfície. Como cerca de 70% do sítio está em plantio de cana, a visualização de seus limites ficou facilitada. A partir da observação dos fragmentos espalhados no solo, a equipe depositou ao lado de cada fragmento uma bandeirola (**Imagem 23**). O objetivo era ter uma visão ampla da distribuição do material para facilitar o trabalho do topógrafo na coleta ponto a ponto com o auxílio da Estação Total. Coletamos 3.683 fragmentos em superfície.



Imagem 23 – Equipe colocando bandeiras em fragmentos espalhados na área do sítio arqueológico São João

Enquanto esse trabalho era executado por parte da equipe, os 30% restantes do sítio, cobertos por gramínea para a pastagem do gado, foram percorridos por alguns integrantes da equipe para averiguar se era possível observar os limites da ocorrência de material naquele contexto. Constatada a impossibilidade de visualização do material, optamos por estabelecer linhas para a confecção de sondagens (de 50 x 50cm, aprofundando até 1 metro) a fim de averiguar a presença de material arqueológico no subsolo (**Imagens 24 e 25**).



Imagem 24 – Trabalhos nas sondagens do sítio arqueológico São João

Foram estendidas cinco linhas (A,B,C,D e E) com quatro pontos cada (1,2,3 e 4) a serem perfuradas as sondagens. No total, foram perfuradas 20 sondagens, das quais seis apresentaram material arqueológico:

- Sondagem A1: três fragmentos no nível 2, um fragmento no nível 3, 21 fragmentos no nível 4 e 19 fragmentos no nível 5;
- Sondagem A2: dois fragmentos no nível 1, dois fragmentos no nível 2, dois fragmentos no nível 3, um fragmento no nível 4 e um fragmento no nível 5;
- Sondagem A3: um fragmento em superfície;
- Sondagem B1: dois fragmentos no nível 2, um fragmento no nível 3, um fragmento no nível 4;
- Sondagem C1: um fragmento no nível 1;
- Sondagem C2: seis fragmentos no nível 3 e 53 fragmentos no nível 4.



Imagem 25 – coleta ponto a ponto a partir da Estação Total – Sítio Arqueológico São João

A partir das sondagens A1 e A2 foram executadas duas trincheiras (1 X 3m). A partir das sondagens B1 e C2 foram ampliadas duas quadras (1 X 1m). Foram coletadas duas amostras de material cerâmico (das quadras A1 e C2) para datação por Termoluminescência (executada pela FATEC). A possibilidade de encontrar material arqueológico em melhor estado de conservação no pasto foi frustrada a partir da informação de que o solo já foi utilizado por muito tempo para o plantio

de mandioca. Desta forma, os trabalhos na área de pastagem contribuíram somente para delimitar o contorno do sítio mediante análise de subsolo (onde a observação de superfície ficou prejudicada) e para coletar amostras de material arqueológico em nível, já que o material de superfície não é utilizado para fazer datações. As amostras que foram coletadas estavam abaixo de 30 cm e tinham a dimensão de 7 x 7 cm, exigências do laboratório da FATEC. Junto ao fragmento de cerâmica, enviamos uma pequena quantidade de solo. A amostra coletada no nível 4 (35 cm) da sondagem C2 revelou a data de 975 ± 120 A.P. A amostra coletada no nível 4 da sondagem A1 revelou a data de 840 ± 110 A.P.

A proposta de intervenção realizada neste sítio e no sítio arqueológico da Barrinha (ver item que descreve este trabalho) surgiu a partir de observação de algumas pesquisas de contrato que utilizam a Estação Total na coleta sistemática de material. Além disso, a metodologia de campo foi norteadas pelas idéias de Araújo (2001-2002) no que diz respeito aos sítios arqueológicos superficiais. O referido autor questiona, em seu artigo, a fragilidade do conceito de “sítio destruído” nas áreas intensamente modificadas pela ação do arado. Defende que tais sítios devem ser analisados sob uma outra ótica, primeiramente desvinculando-os do rótulo de “sítio perturbado” ou “destruído”. Nas palavras do autor, “... *um sítio começa efetivamente a correr risco somente a partir do momento em que o rótulo de ‘sítio perturbado’ é aplicado a ele – mais risco do que esse mesmo sítio correu durante todos os séculos desde que foi abandonado, ou desde que o arado foi passado sobre ele pela primeira vez*” (Araújo, 2001-2002:09).

O que o autor defende em termos de metodologia de campo transpomos para as questões teóricas que o projeto abrange. Os rótulos de “intacto” e “destruído” não inviabilizam os caminhos almejados após as análises laboratoriais, estando muito mais ligados às possibilidades de re-significar o vestígio arqueológico em contextos de educação patrimonial.

Levantamento no rio Chibarro

A continuidade em julho de 2006 foi dividida em dois momentos: intensificação das etapas de levantamento anteriores e coleta sistemática no segundo sítio arqueológico escolhido (ver o item coleta sistemática no Sítio Arqueológico da Barrinha/BRR). Quanto à intensificação do levantamento no médio Jacaré-Guaçu, o objetivo foi abranger territórios de Araraquara que não foram privilegiados nos levantamentos anteriores.

O rio Chibarro é um considerável afluente do Jacaré-Guaçu, pela sua margem direita, e seus tributários banham trechos do município de Araraquara (o seu perímetro urbano é banhado pelo Ribeirão do Ouro). Sua extensão abrange faixas de Araraquara e Ibaté contidas nas cartas topográficas do IBGE (escala 1:50.000) de Boa Esperança do Sul, Araraquara e Ibaté. Para a intensificação do levantamento, escolhemos a sua margem direita, que forma um triângulo entre as rodovias SP 255 (rodovia Araraquara/Jaú) e a SP 310 (rodovia Washington Luís). Grande parte é propriedade da Usina Zanin, composta pela construção da usina (parte administrativa e de tratamento da cana-de-açúcar) e canavial. Uma vez tendo solicitado permissão na portaria para percorrer os canaviais, o acesso aos locais pré-definidos em carta foi facilitado, pois a usina não mantém porteiras ou cercas dividindo suas áreas de plantio.

A metodologia do levantamento foi a mesma utilizada anteriormente. Em primeiro lugar, definindo pontos estratégicos na carta topográfica (carta IBGE, escala 1:50.000, Araraquara) distantes entre si cerca de 1 km. Como a cana-de-açúcar havia sido plantada há pouco tempo, estando ainda baixa, a visualização do solo foi facilitada, ainda permitindo o caminhar por uma extensa área sem grandes obstáculos a serem transpostos.

Alguns pontos fora da propriedade da Usina Zanin apresentaram maior dificuldade de acesso, pois estão em pequenas chácaras nas quais nem sempre

temos permissão para entrar. Ainda, a existência de uma pedreira próxima à sede da Usina Zanin também dificultou o acesso aos locais mais acidentados e a aproximação da equipe ao rio Chibarro.

Nos pontos vistoriados pudemos perceber uma grande incidência de material lascado, porém, espalhado em uma ampla área, não se constituindo em sítio arqueológico (**Imagem 26**). Os pontos vistoriados com material arqueológico foram os seguintes:

Coordenadas UT	Tipo de Material
22k 0789108/7579537	Três pequenas lascas em arenito e um bloco com retiradas
22k 0789360/7579241	Uma lasca em arenito
22k 0789446/7579138	Duas lascas grandes em arenito, várias micro lascas e arenito e sílex
22k 0789475/7579130	Grande bloco em arenito (núcleo debitado)



Imagem 26 – Arqueóloga fazendo vistoria em área próxima ao rio Chibarro, lasca em arenito, núcleo debitado (arenito)

Além da intensificação do levantamento no rio Chibarro, buscamos informações no município de São Carlos sobre um sítio arqueológico historicamente conhecido, o sítio da Estação Conde do Pinhal. O objetivo era, a partir de informações históricas e orais, localizar o sítio arqueológico e, se possível, desenvolver pesquisas com a comunidade são carlense. Segundo as

informações, o sítio fica na bacia do Jacaré-Guaçu. São Carlos faz parte dos “campos de Araraquara”, o que justifica a relevância de tais informações para o andamento do projeto.

Em São Carlos, a busca por informações orais e textuais sobre vestígios arqueológicos nos levou a dois importantes caminhos: em primeiro lugar, as fazendas históricas da época do café, dentre as quais as mais importantes são a Fazenda do Pinhal, Fazenda Santa Maria e Fazenda Vale do Quilombo. Além destas, há outras fazendas importantes e que remontam aos tempos de apogeu da cultura cafeeira. Esta parte da história de São Carlos é bem conhecida e as três fazendas acima citadas estão incluídas em roteiros turísticos históricos da cidade.

A pesquisa no CDCC (Centro de Divulgação Científica e Cultural) de São Carlos trouxe algumas informações referentes a material arqueológico sob a salvaguarda deste centro. A ecóloga Sílvia Martins do Santos, do CDCC, mostrou-nos alguns fragmentos de cerâmica indígena, lâminas de machado e outros artefatos em pedra polida. O material foi levado ao CDCC quando o acervo do Museu Municipal foi desmontado para a reforma. Ela relatou, ainda, que o material foi levado pelo prof. Mário Tolentino, químico da UFSCar (Universidade Federal de São Carlos), auto-didata em assuntos arqueológicos. É provável que o Prof. Tolentino tenha retirado esse material de dois lugares: Água Vermelha (distrito de São Carlos) e/ou Ribeirão Bonito. De fato, algumas informações orais que obtivemos em Ribeirão Bonito relatam que um pesquisador da UFSCar retirou, na década de 1950, uma parte da pintura rupestre do Monte Belo (cujo desenho representava o sol). Não há relatos, no entanto, de que o prof. Tolentino tenha localizado sítio arqueológico com vestígios cerâmicos em Ribeirão Bonito.

Apesar das especulações o material arqueológico presente no CDCC não tem procedência, restando, ao menos, que se faça uma descrição e catalogação das peças, para que sejam devidamente apresentadas ao público. Dentre as peças que estão lá, observamos grandes fragmentos de vasos cerâmicos sem decoração, com

espessura de cerca de 3,2 cm, podendo ter sido urnas funerárias, fragmentos com decoração plástica (ungulado, corrugado), pintura em vermelho e branco. Há também as lâminas de machado, em uma delas sendo visível o sulco onde havia o encabamento, um calibrador em arenito e outros artefatos polidos.

Nas fontes históricas que consultamos, pouco é relatado sobre antigos moradores de São Carlos e adjacências. Todas, no entanto, relatam material arqueológico (urnas com ossos, por exemplo) em dois pontos de São Carlos: a antiga estação Conde do Pinhal (lado direito da rodovia Washington Luís, sentido São Carlos/capital) e o bairro Jóquei Clube, antiga Fazenda De Cresci. As informações levam ao prof. Tolentino como tendo detectado este último sítio. Quanto à primeira ocorrência, Cincinato Braga, autor citado em todas as fontes que se referem à presença de índios na história de São Carlos, diz que “... o território que hoje constitui o município de S. Carlos do Pinhal, faz parte da vasta zona originariamente ocupada pela confederação dos índios guayanazes (*goià-nà*, em tupy correcto), os quaes, aquém da Serra do Mar, senhorearam domínios independentes desde epocha que se perde na obscuridade dos tempos (...) tinham hábitos sedentários e proviam aos mortos como que si fossem para uma segunda vida. É confirmação desses assertos o facto de ter uma tribu habitado, ao que parece por muito tempo, as adjacências da actual estação da Colônia, da via-ferrea Rio Claro. Os primeiros visitantes ou povoadores civilizados desta região alli encontraram ainda cemitério delles e objectos de seu uso” (Braga, 1994[1894]:03). O almanaque de São Carlos de 1916-1917 repete as mesmas informações, acrescentando “ o facto de terem sido plantados por esses selvagens uns velhíssimos pinheiros que existem nas proximidades d’aquelle local, os quaes teriam dado o nome de Pinhal a Sesmaria, cujo nome passou, depois, para a povoação fundada em suas terras” (Castro - Org. - 1916-1917:06).

De posse de tais informações, localizamos a antiga estação Conde do Pinhal, hoje abandonada. Há, atualmente, plantação de eucalipto, e algumas pequenas chácaras que dificultaram a vistoria da área. Contudo, a partir das informações

orais e das descrições em fontes históricas foi impossível localizar o sítio arqueológico. Na vistoria encontramos uma pequena lasca em arenito. Por estar fora de contexto, não pudemos registrá-la como ocorrência arqueológica.

Como último trabalho deste levantamento, vistoriamos a área de Boa Esperança do Sul onde há três sítios arqueológicos. São os sítios Mandaguari, da Barrinha e Rancho Grande. O sítio da Barrinha estava com a terra exposta e solicitamos autorização do proprietário, sr. Luís Colin Filho, para proceder à coleta do material arqueológico. No item seguinte relatamos a realização da última fase de campo.

Coleta Sistemática no Sítio Arqueológico da Barrinha/BRR

A proposta de desenvolver pesquisas em mais de um sítio no âmbito deste projeto foi prejudicada pela dificuldade em obter autorização para a continuidade dos trabalhos. Os proprietários de terras, como já salientado, pelo desconhecimento do ofício do arqueólogo, muitas vezes não permitem a retirada do material. Mesmo após diálogos, muita dúvida e desconfiança permanecem. Apesar das leis existentes protegendo o patrimônio arqueológico, não há, de fato, um respaldo que possibilite ao arqueólogo realizar o seu estudo de forma completa e satisfatória, no tempo previsto.

As negociações para continuar as investigações no médio Jacaré-Guaçu foram iniciadas em julho de 2005 e, como já ressaltamos, foram marcadas por muitas dificuldades de estabelecer contato com os proprietários. Ao desistirmos de abordar alguns sítios que havíamos programado (nesta caso, o sítio arqueológico Rancho Grande), voltamos nossas atenções ao sítio arqueológico da Barrinha, de Boa Esperança do Sul. A descrição sumária que fizemos deste sítio e seu material foi a seguinte:

“A uma distância de 920 metros do Sítio Arqueológico Mandaguari, descendo o córrego do mesmo nome em direção ao rio Jacaré-Guaçu, encontramos outro sítio cerâmico, que foi denominado Sítio Arqueológico da Barrinha (sigla BRR), por ficar em propriedade do mesmo nome, cujas Coordenadas UTM são: 22k E0769601/N7578394. O material arqueológico encontra-se em local de cana baixa, no sítio Santana da Barrinha A, propriedade de Luís Colin Filho. No local, pudemos observar uma concentração cerâmica, em sua maioria cacos lisos (sem decoração) e um caco com decoração plástica corrugada. Também, fizemos a coleta de uma pequena lâmina polida, provavelmente utilizada a sua base como percutor, pois há nela marcas de uso. Não fizemos a delimitação do sítio, deixando esta tarefa para uma etapa posterior. O sítio encontra-se a cerca de 250 metros do córrego Mandaguari e 2,25 km da confluência do Córrego Rancho Grande com o Jacaré-Guaçu, em terreno de pouca declividade em direção ao córrego” (Schiavetto 2005).

Após uma segunda vistoria no sítio da Barrinha, constatamos localizamos duas pequenas concentrações de material cerâmico e lítico polido (inclusive, outra lâmina de machado). Desta forma, imaginamos que coletaríamos um número reduzido de fragmentos. No entanto, a primeira etapa do trabalho, colocar bandeiras nas peças para a coleta ponto a ponto, revelou uma dispersão maior de fragmentos, evidenciando uma área de sítio maior do que havíamos previsto.

O trabalho foi realizado por uma equipe composta por:

- dois arqueólogos;
- dois estagiários;
- dois ajudantes para serviços braçais;
- um topógrafo;
- um ajudante de topógrafo.

A sistemática utilizada no sítio arqueológico da Barrinha foi semelhante a do sítio São João, anteriormente descrito. O sítio está em solo com plantio de cana-

de-açúcar, que no momento da coleta havia sido cortada. Portanto, a terra estava exposta e a visualização do material e das bandeiras foi facilitada. Iniciamos com uma caminhada pelo sítio para averiguar os limites de ocorrência de material arqueológico em superfície, colocando as bandeirinhas em cada fragmento de superfície (**Imagem 27**).



Imagem 27 – trabalhos no Sítio Arqueológico da Barrinha

Quando iniciávamos a caminhada pelo sítio, o proprietário nos procurou, dizendo que queria que terminássemos rápido. Argumentamos, explicando novamente os objetivos da pesquisa e a ausência de qualquer prejuízo para ele e sua propriedade, e que tínhamos um interesse estritamente científico. No entanto, ele só permitiu que fizéssemos a coleta do material de superfície. Desta forma, a realização de poços de sondagens e unidades de escavação não foi possível. Conseqüentemente, não houve coleta de material para datação. A estratigrafia do sítio, mesmo que “perturbada”, ainda não é conhecida por nós.

Há a possibilidade de, futuramente, continuarmos os trabalhos no sítio da Barrinha, pois obtivemos a informação de que o proprietário arrendará as terras para a Usina Zanin (de Araraquara). Sem dúvida, esta área de ampliação de plantio da cana deverá obter um laudo arqueológico para ser liberada para a usina. Enviaremos um relatório ao IPHAN informando o que ocorreu e apontando a necessidade de continuar as pesquisas.

Ao todo, foram retirados 1314 fragmentos cerâmicos e líticos deste sítio arqueológico (**Imagem 28**). O material recebeu um pré-tratamento em laboratório, pois no momento da coleta chovia muito e os números das peças estavam borrando. Este pré-tratamento consistiu da retirada de peça por peça dos saquinhos e confecção de novas etiquetas. As peças foram deixadas fora dos saquinhos por algum tempo para completa secagem. Posteriormente, foram re-colocadas em novos saquinhos e aguardam o tratamento laboratorial, que será realizado em data ainda não prevista.



Imagem 28 – Lâmina de machado e fragmentos cerâmicos – Sítio Arqueológico da Barrinha

O Laboratório

As análises laboratoriais do material do sítio São João começaram a ser feitas logo após o término do campo. Elas envolveram vários pesquisadores e estagiários e foram realizadas aos poucos devido à necessidade de agendamento para utilização do Espaço Cultural do Município de Araraquara, onde o laboratório foi montado. Este espaço é ligado ao Museu Municipal e também utilizado pela Secretaria de Cultura, promovendo eventos e montagem de exposições (**Imagem 29**).



Imagem 29 – Espaço Cultural do Município de Araraquara (Trabalhos de laboratório do sítio arqueológico São João)

Os procedimentos de laboratório adotados para o material do sítio São João podem ser considerados iniciais e tiveram o objetivo de preparar os fragmentos para cumprirem o papel ao qual foram destinados no presente projeto: fazer parte de uma proposta de educação patrimonial.

O primeiro tratamento foi a lavagem de todas as peças, que ficaram expostas em bancadas colocadas no Espaço Cultural para este fim (**Imagem 30**). As etiquetas de campo foram substituídas por novas etiquetas e novos sacos plásticos, para o seu melhor acondicionamento. Após o término da lavagem, fizemos o descarte do material não arqueológico. Foram descartados, sobretudo, fragmentos de basalto e de arenito. Destes últimos, foram descartados os fragmentos que não tinham marcas de ação intencional do homem (como por exemplo, retirada de lascas, sinais de utilização ou de acabamento). No total, foram coletados em campo 3.683 fragmentos e descartados em laboratório 304 fragmentos.



Imagem 30 – Lavando material arqueológico; material exposto nas bancadas –
Sítio Arqueológico São João

Após o descarte, registramos em cada peça, com caneta nanquim, o número recebido em campo (**Imagem 31**). Optamos por não modificar o número, permanecendo a sua numeração original, a fim de facilitar a localização de cada fragmento na planta do sítio. Todo o processo de análise laboratorial foi registrado com fotos e teve a visita de pessoas da comunidade interessadas em nossa pesquisa, sobretudo crianças que visitavam o museu no momento do trabalho (**Imagem 32**).



Imagem 31 – Arqueóloga numerando e analisando material – sítio
arqueológico São João



Imagem 32 – Arqueóloga conversando com crianças que visitaram os trabalhos de laboratório – sítio arqueológico São João

O material foi acondicionado em caixas de plástico e um relatório evidenciando uma descrição de todo o processo de pesquisa encontra-se no Museu de Araraquara para estudiosos que se interessem por esta região.

Optamos por separar as bordas dos potes e analisar os seus principais atributos (**Imagem 33**). Para tanto, elaboramos uma ficha de análise própria para o material desde sítio, a partir de curso ministrado por Camila Azevedo de Moraes, arqueóloga e mestrande do MAE/USP. O curso “A cerâmica arqueológica brasileira: definições e princípios de análise” apresentou os princípios básicos de exame da cerâmica arqueológica, sobretudo no que diz respeito às bordas. Os resultados foram processados em forma de gráficos. No total, foram separadas 231 bordas. Este total pôde ser analisado nos seus seguintes atributos: espessura, tipo e frequência do antiplástico, técnica de construção, queima, tratamento de superfície interna e externa, tipo de engobo, tipo de decoração. Deste total, somente 23 bordas permitiram o desenho e, conseqüentemente, a observação dos demais atributos: forma, inclinação e espessura da borda, ângulo, diâmetro, porcentagem existente e espessura do lábio. Poucas bordas apresentaram decoração pintada. Somente uma borda apresentou decoração plástica (incisões no lábio). O atributo decoração também está representado nos gráficos. É importante ressaltar que, com exceção da pequena borda com incisões no lábio, nenhum

fragmento cerâmico deste sítio (entre bordas e paredes) apresentou decoração plástica. Além do material cerâmico, foram coletados dos sítios: calibradores em arenito e em cerâmica, fragmentos de tembetás, lâminas de machado (**Imagem 34**).



Imagem 33 – material cerâmico do sítio arqueológico São João



Imagem 34 – lâminas de machado, fragmento de tembetá e calibradores em arenito

Arqueologia e Educação Patrimonial

Enquanto as fases de campo e laboratório eram finalizadas a equipe preparou uma série de atividades de divulgação do material arqueológico. Tais atividades, é importante frisar, deram continuidade à proposta de contato com os diferentes públicos que uma pesquisa arqueológica pode envolver. O público alvo não se resumiu às crianças e jovens em idade escolar que visitam o museu de Araraquara. Antes, diferentes públicos puderam ter contato com as fases da pesquisa. Desta forma, proprietários de terras, usineiros, moradores da área rural,

trabalhadores braçais, alunos de História e Ciências Sociais – iniciantes em Arqueologia, funcionários do museu, visitantes das exposições permanentes do museu, compuseram um público heterogêneo para o qual as fases da pesquisa foram apresentadas, em um primeiro momento, de forma casual, sem o objetivo explícito de proceder a uma educação patrimonial a partir das investigações arqueológicas.

A sociedade ocidental, no entanto, ao institucionalizar um espaço de aprendizagem – o espaço escolar – acaba por sugerir implicitamente que os demais não compõem propostas educativas (Najjar 2003), diferentemente de outras visões de mundo, como a das sociedades indígenas, que encaram o conhecimento como não institucionalizado no qual toda a comunidade sente-se responsável pelo processo educativo (Paula 1999).

As atividades realizadas no projeto Arqueologia de Araraquara combinam com propostas que encaram espaços não escolares como propícios para o processo ensino-aprendizagem, mesmo que essas atividades específicas (no campo e no laboratório) não possam ser encaradas como educação não formal, na medida em que não compõem um discurso organizado (em forma de exposição) com o objetivo de ensinar.

Porém, uma iniciativa de educação patrimonial não formal foi tomada no desenrolar das atividades. O objetivo foi trabalhar com professores e alunos, no espaço não escolar, por meio de divulgação dos resultados da análise. Os trabalhos com crianças e jovens foram realizados no âmbito do evento “Ameríndia 2006”, promovido pelo Centro de Estudos Indígenas “Miguel A. Menéndez”, da Unesp de Araraquara. Foi montada uma exposição temática, “A cultura material indígena do passado da região de Araraquara”, monitorada por estudantes de Ciências Sociais previamente treinados e por estagiários que fizeram parte dos estágios de campo e laboratório (**Imagem 35**). Foi exposto o material arqueológico do sítio São João, resultante da primeira coleta sistemática.

A este material acrescentamos fragmentos cerâmicos procedentes de Rio Claro que fazem parte do acervo arqueológico do CEIMAM (**Imagens 36 e 37**). A exposição contou com painéis explicativos, apresentando a profissão do arqueólogo, suas etapas, os objetivos do projeto em Araraquara, o material encontrado e sua relação com sítios arqueológicos das adjacências (**Imagem 38**).



Imagem 35 – Preparando a exposição.

A exposição foi visitada por alunos de todas as idades. O material fragmentado do sítio São João (procedente de Ribeirão Bonito) em contraste com o material de Rio Claro, preservado em grandes cacos, suscitou vários comentários dos visitantes. Tais comentários levaram à reflexão sobre a ação humana no patrimônio arqueológico com o passar do tempo, visto que o sítio São João foi descoberto recentemente (2004), ao passo que o material menos fragmentado de Rio Claro foi coletado na década de 1970.



Imagem 36 – material arqueológico exposto em vitrine.

Fez parte da patrimonialização da cultura material indígena e contato com o público a elaboração de um mini curso cujo tema foi a Arqueologia e a História da região de Araraquara. O público alvo foi constituído por professores do ensino fundamental da rede municipal de Araraquara. O mini curso contou com o auxílio de diferentes profissionais abordando assuntos pertinentes ao projeto, tais como o “outro” no livro didático, etno-história e Arqueologia de Araraquara, evolução biológica e diversidade cultural humana, o museu de Araraquara e seu acervo etnográfico e arqueológico. Das aulas resultará uma publicação a fim de nortear os trabalhos de pesquisas de professores que queiram abordar o passado não oficial dos “campos de Araraquara”.

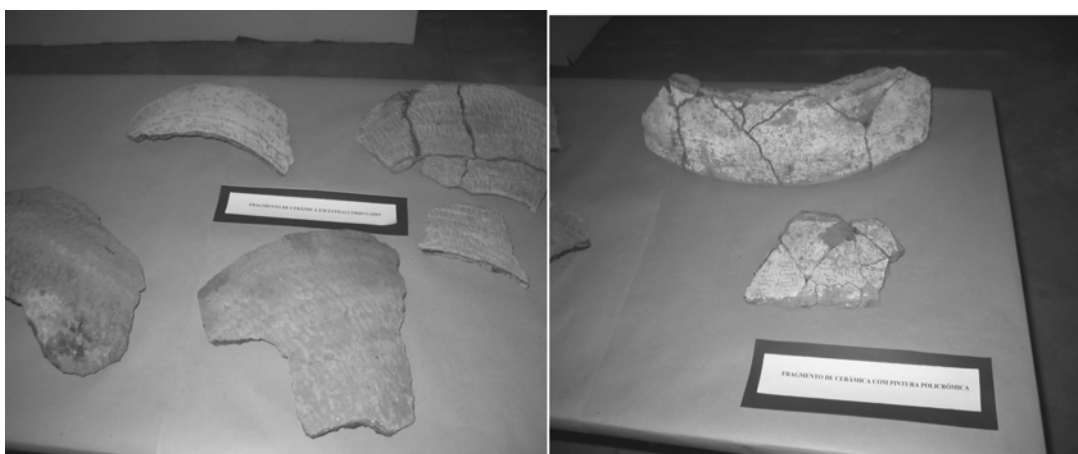


Imagem 37 – material cerâmico da região de Rio Claro/SP

O principal objetivo foi chamar a atenção para as várias formas de se olhar para o passado, sugerindo o vestígio arqueológico como uma fonte alternativa na compreensão dos processos sociais do passado. O enfoque no patrimônio cultural indígena que o projeto contemplou buscou uma abordagem antropológica (Funari 2001) desse patrimônio, na qual a formação multiculturalista (Funari & Pelegrini 2006) desse passado impossibilita uma visão de história unilinear, progressiva e estritamente “européia” em sua herança. O objetivo não foi tratar a história indígena como se esses povos tivessem sido “misturados” no processo de formação econômica da região (Oliveira 1999), olhar perigoso no que toca às discussões de inserção do indígena na sociedade nacional (Schiavetto 2005). Antes, o fator cultural delineou os discursos, apresentando os vestígios arqueológicos como possibilidades de interpretação de um passado múltiplo e que, por isso mesmo, conduziu a sociedade brasileira por caminhos díspares. A desmistificação de um olhar evolucionista linear foi um importante passo da pesquisa, já que esta teoria social é amplamente adotada e aceita como verdade no que concerne à história dos povos indígenas. Antes, os trabalhos com crianças, jovens e seus professores procuraram invocar a diversidade cultural do passado.



Imagem 38 – painéis da exposição sobre Arqueologia na região de Araraquara.

Essa visão multiculturalista levantou uma série de questões e suscitou a discussão de alguns conceitos antropológicos muitas vezes utilizados pelos arqueólogos de forma a-crítica. Em escritos anteriores (Schiavetto 2003, 2005) discutimos a utilização arqueológica de alguns conceitos basilares para se compreender como reconstruímos o passado indígena (etnicidade, identidade étnica, cultural e nacional, tradição arqueológica). A constatação, seguindo as idéias de outros autores (Funari 1990, 1994a, 1995a, 1999b, 2000a, 2001; Jones 1997, 1999) foi a de que há perigosos resultados dessas apropriações para espaços não acadêmicos. O próximo capítulo seguirá a mesma tendência dos trabalhos anteriores discutindo os conceitos usualmente empregados para fazer referência aos sítios arqueológicos cerâmicos.

PROJETO PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS NO MÉDIO MOGI-GUAÇU E MÉDIO JACARÉ-GUAÇU/SP ANÁLISE DE BORDAS DESENHADAS

Desenho da Borda:	Desenho da Borda:	Desenho da Borda:	Desenho da Borda:
Diâmetro:	Diâmetro:	Diâmetro:	Diâmetro:
Porcentagem:	Porcentagem:	Porcentagem:	Porcentagem:
Forma:	Forma:	Forma:	Forma:
Espessura R.C.:	Espessura R.C.:	Espessura R.C.:	Espessura R.C.:
Desenho da Borda:	Desenho da Borda:	Desenho da Borda:	Desenho da Borda:
Diâmetro:	Diâmetro:	Diâmetro:	Diâmetro:
Porcentagem:	Porcentagem:	Porcentagem:	Porcentagem:
Forma:	Forma:	Forma:	Forma:
Espessura R.C.:	Espessura R.C.:	Espessura R.C.:	Espessura R.C.:

Sítio Arqueológico São João/SJO

161

CAPÍTULO V – O DISCURSO ARQUEOLÓGICO E SUAS IMPLICAÇÕES EDUCATIVAS

Arqueólogos e antropólogos, enquanto cientistas sociais preocupam-se, cada vez mais com a política e a ideologia que os seus campos de investigação abrangem. No caso da Arqueologia, campo de ação específico deste trabalho, o advento de linhas investigativas voltadas para a atualidade, abarcadas pelo que conhecemos como Arqueologia Pública (Funari 2004), é visível no grande número de estudos atuais apresentados em congressos científicos e publicados em revistas especializadas (Lima & Francisco 2006, Cury 2006, Martins & Breda 2001/2002, Almeida 2003). Articular os métodos utilizados no campo e laboratório ao ideal de uma ciência politicamente engajada, apesar de se constituir em desafio para muitos, tem implicado no surgimento de pesquisadores/educadores preocupados com os usos políticos dos resultados de suas investigações científicas.

A peculiaridade do ofício do arqueólogo que, em muitos casos, tem como foco de análise um ‘duplo-outro’ (temporal e culturalmente afastado de sua sociedade), não pode induzi-lo à ilusória idéia de que exerce o seu ofício afastado das discussões sociais em voga no mundo atual. Desta forma, aumentam as possibilidades de ação do arqueólogo atuando em propostas multidisciplinares, o que torna possível um diálogo aberto com profissionais de outras áreas. Esta abertura do campo profissional do arqueólogo transforma-se em uma via de mão dupla, por onde transitam saberes antes relegados às intransponíveis fronteiras disciplinares.

Seguindo esta tendência de tentativa de ampliação dos horizontes arqueológicos, este capítulo terá como objetivo discutir as relações entre a Arqueologia e a proposta de educação patrimonial realizada a partir da condução de todas as etapas deste estudo, sugerindo uma íntima relação entre o trabalho do

pesquisador e a necessidade de divulgação, especialmente por meios educacionais não formais, do conhecimento sobre o passado indígena da região de Araraquara. De forma mais ampla, abordará o campo da teoria arqueológica, com algumas discussões norteadas por conceitos advindos da Antropologia e seus usos em pesquisas arqueológicas.

Parte I – A especificidade do trabalho arqueológico e os estudos patrimoniais

Arqueologia e Comunidade

Partimos do pressuposto que o cientista não trabalha, em determinado contexto, alienado de fatores históricos e políticos. Para desenvolver suas pesquisas iniciais de levantamento arqueológico, é requerido um estudo anterior de gabinete, recolhendo informações históricas, sociais, econômicas, culturais e geográficas que, em alguns casos, serão o embrião de novos “problemas investigativos”.

Da mesma forma, o desenvolvimento das etapas de campo e laboratório não se constitui em partes a serem realizadas sem a participação da comunidade local, diretamente afetada pela abordagem do arqueólogo. Compreender o impacto de suas produções científico-discursivas é uma atitude premente no cotidiano do arqueólogo, sendo traduzida na divulgação dos resultados em variados meios.

Outra forma de atuação do arqueólogo junto à comunidade, a Arqueologia empresarial ou de contrato, tem suscitado uma série de perguntas que dizem respeito ao seu compromisso social. No que toca aos contratos realizados a partir de obras que impactam ambientes onde há presença de sítios arqueológicos, os profissionais contratados não se esquivam de sua responsabilidade em emitir

pareceres que explicitem, quando existente, a destruição do patrimônio arqueológico e as possíveis medidas mitigadoras de tais impactos¹³.

Não menos séria e engajada deve ser a atuação do arqueólogo em projetos de contrato que envolvam áreas que determinados grupos culturais (indígenas, quilombolas, por exemplo) reivindicam terras. A atuação conjunta de equipes de antropólogos e arqueólogos, duas ciências distintas, porém irmãs em suas concepções teóricas e aplicação de conceitos, deve ser contínua.

Ademais, as pesquisas antropológicas podem contribuir com inúmeras possibilidades de reflexão sobre a utilização de conceitos para a definição de grupos sociais em diversos contextos. No caso específico de laudos antropológicos em áreas com conflitos de terras, Oliveira (1999) levanta questões cruciais para compreender os limites do ofício do antropólogo e os “perigos e armadilhas” que envolvem o discurso antropológico proferido em laudos periciais, que exigem que o profissional faça uso de “*um elevado grau de exatidão*” sem abandonar o “*rigor conceitual e a vigilância metodológica*” próprios à sua disciplina (Oliveira 1999:166-8).

Tais perigos e armadilhas também fazem parte do cotidiano do arqueólogo que trabalha com contratos ou dentro da academia. Durante as suas investigações, arqueólogos deparam-se com frequência com conceitos desenvolvidos e utilizados no cerne da academia que devem oscilar entre esta e o público leigo. Fazer a “tradução” de tais conceitos teóricos, próprios de disciplinas ligadas às ciências humanas, para o grande público, é também tarefa do arqueólogo.

Muitos desses conceitos carregam significados ideologicamente negativos, ou seja, muitos servem para propagar idéias que podem transformar o estudo em um instrumento político perigoso. Por exemplo, utilizar conceitos que pressupõem culturas homogêneas e estanques pode justificar a crença em culturas “originais”

¹³ Sobre a Arqueologia de Contrato no Brasil, ver artigo de Caldarelli & Santos 1999-2000.

e “misturadas”, atribuindo às segundas uma conotação inferior. Comparar os artefatos arqueológicos aos instrumentos de que a sociedade ocidental dispõe, hoje, por mais bem intencionada que seja a comparação, pode suscitar aceitação implícita de conceitos depreciativos tais como “atrasados” e ou “aculturados”, em relação aos povos do passado, ao passo que “evoluídos” diz respeito à sociedade nacional da atualidade. Conceitos tais como cultura, grupo étnico, raça, nação, têm sido constantemente repensados pela Arqueologia (Jones 1997, 1999), embora um bom número de arqueólogos brasileiros ainda resista a tais temas, relegados, muitas vezes, à Etnografia, à História da Arqueologia ou teoria arqueológica, estas duas últimas vistas, de modo tradicional, como radicalmente separadas do “fazer” arqueológico.

É devido à tomada de consciência da utilização e distorção dos discursos científicos que os arqueólogos e antropólogos precisam “calibrar” as suas concepções teóricas e conceituais em vez de abster-se do engajamento que deve existir no plano discursivo e na mediação entre o conhecimento científico e a população leiga. Uma das formas de promover a desejada aproximação entre ciência e comunidade se dá por meio da preocupação de tornar-se um ‘pesquisador/educador’, figura cada vez mais necessária nos meios acadêmicos.

O pesquisador/educador

Refletir sobre a junção entre trabalho científico e educativo faz parte do cotidiano de profissionais que se dedicam à compreensão do passado por meio da cultura material. Segundo Najjar, arqueólogos podem ser considerados educadores porque *“Educam ao darem respaldo científico a determinadas noções acerca dos homens e de suas cultural, educam ao trazerem para a luz artefatos culturais que podem servir como marcos simbólicos de afirmação de certos grupos; educam, também, pela forma como interferem, no próprio decorrer de trabalho de pesquisa, com o cotidiano das populações que hoje habitam as cercanias dos sítios. [...] São assim, quer queiram quer não, educadores. Educam*

porque, com seu trabalho, interferem no mundo e, a partir desta interferência, tecem relações com outros homens” (Najjar 2003:03).

Embora a Arqueologia não conste na proposta curricular da educação formal, o arqueólogo ocupa um espaço considerável no que se convencionou chamar educação não formal, aquela que se dá em espaços não escolares, cujos maiores representantes são os museus. Funari (2000a) menciona duas espécies de profissionais preocupados com as implicações educacionais dos estudos arqueológicos: *“... arqueólogos profissionais engajados em atividades educacionais e educadores que trabalham com arqueólogos profissionais e instituições”* (Funari 2000a:183).

No entanto, há várias possibilidades de interação deste profissional com a sociedade, podendo ser citadas como viáveis:

- 1- Estudos teóricos que instiguem arqueólogos à adesão ao perfil de educador e enalteçam o papel político engajado do pesquisador (Funari 2000a, 1999/2000; Funari & Pelegrini 2006; Najjar 2003; Oliveira 2005),
- 2- A presença de pesquisadores em projetos ligados à educação formal (Almeida 2003, Pacheco, et al 2005),
- 3- Projetos arqueológicos com uma multiplicidade de temas ligados à educação não formal (Almeida 2005, Cury 2006; Funari, Oliveira & Tamanini 2005; Maximino & Nieves 2005),
- 4- A presença das disciplinas Antropologia e Arqueologia em currículos de cursos superiores que formam educadores.

No que toca ao conhecimento formal de livros didáticos, em sua maioria, propõem temas referentes aos vestígios arqueológicos e à importância desta disciplina para a compreensão do passado. Contudo, em muitos casos, as explicações dos professores não vão além dos textos que tais livros apresentam.

Sentem-se despreparados para aprofundar em questões mais pontuais ou “alienados” do conhecimento proposto em tópicos que abordam, por exemplo, a pré-história do Brasil. Tal alienação, já notada por Funari, deve-se à ausência de uma proposta curricular que envolva o conhecimento de um patrimônio histórico e cultural popular e a importância de sua preservação (Funari, 2001:26-7). Temas como os indígenas, os africanos e os pobres, muitas vezes são abordados a partir das idéias dos livros didáticos, sem a preocupação de explicitar as múltiplas interpretações, aceitando os seus ensinamentos como verdades estabelecidas.

Suprir esta deficiência deve ser objetivo da escola , contando com um corpo de profissionais conscientes do poder dos discursos que proferem para seus alunos. O arqueólogo, por sua vez, contribui fazendo a ponte entre ciência e educação por meio das quatro possibilidades supracitadas.

Embora criticada por ser erroneamente compreendida como o domínio do relativismo e império dos textos sobre as observações generalizantes e empíricas, estas últimas, vistas como “mais científicas”, a Arqueologia pós-processual tem defendido, entre outras posturas, a incessante busca pelo engajamento social do pesquisador. Aderindo explicitamente ao movimento pós-processual¹⁴ ou não aceitando rótulos essencialistas, é crescente o número de arqueólogos que ligam inquestionavelmente suas atividades às comunidades não acadêmicas. A despeito dos conflitos provocados por posturas teórico-metodológicas discordantes, as consequências políticas das investigações, estejam os pesquisadores conscientes ou não de que suas opiniões poderão ser utilizadas para outros fins que não os acadêmicos.

O engajamento social pode, segundo Oliveira, *“contribuir para a luta humanista contra todo tipo de racismo e ainda para a inclusão de outros componentes sociohistóricos ao processo de ressignificação da própria*

¹⁴ Para discussões sobre as vertentes teóricas arqueológicas, ver Funari 1995b, Schiavetto 2003, pag.47-63.

identidade plural de um país multicultural como o Brasil [não significando essa idéia] a defesa de algum tipo de nacionalismo alienante e autoritário; tampouco alimentar o mito da democracia racial” (Oliveira 2005:118). Da mesma forma, a não adesão a-crítica a modelos teóricos e conceitos historicamente aceitos pela maioria dos arqueólogos traz a possibilidade de reflexão sobre as leituras do passado impostas por uma concepção dominante de ciência.

O elo entre o arqueólogo/educador e a sociedade se dá por meio dos estudos patrimoniais, a partir dos quais aqueles socializam um conhecimento científico que por anos ficou relegado às publicações de resultados parciais e finais de estudos em revistas científicas. O patrimônio, como ressaltam Funari & Pelegrini, não possui significado e importância intrínsecos, sendo sua definição dotada de caráter situacional, modificada desde as suas origens, no mundo romano antigo¹⁵ (Funari & Pelegrini 2006:10-13). Aí reside o papel do pesquisador/educador, primeiramente evidenciando o caráter fluido das estruturas de pensamento da sociedade para, em um segundo momento, possibilitar a re-significação da cultura material. Como ressalta Funari ponderando sobre a formação e o ofício do arqueólogo no Brasil *“tornar-se arqueólogo implica considerar que a patrimonialização dos objetos é parte integrante do ofício do arqueólogo”* (Funari 1999-2000:82).

Por outro lado, a presença de pesquisadores em projetos envolvendo educação formal também pode ser destacada como uma maneira de promover a patrimonialização dos objetos arqueológicos. No entanto, a educação patrimonial realizada no âmbito da educação formal, no espaço escolar, reflete-se no esforço, por parte do arqueólogo, de discutir conceitos referentes ao seu universo profissional com uma linguagem menos técnica. Alguns trabalhos têm discutido os insucessos de profissionais que se lançam a esta empreitada (Clark 2000 White 2000, Wolyneć *apud* Almeida 2003). Além do preparo do cientista para dirigir-se

¹⁵ *Patrimonium* se referia a tudo o que pertencia ao pai, *pater* ou *pater famílias*, pai de família, tendo uma conotação de ‘particular’, e não público (Funari & Pelegrini 2006:11).

a um público leigo e desconhecido (o público escolar) é fundamental a consciência de que os conceitos abordados em textos acadêmicos para referir-se ao passado podem chegar ao público descontextualizados e, por isso mesmo, distorcidos. A história de alguns empregos conceituais próprios das ciências, como raça, cultura e etnicidade, tem evidenciado a perigosa utilização de que podem ser alvo em contextos não acadêmicos.

Projetos como o “*Descobridores Mirins*”, idealizado por professores do ensino fundamental e pela arqueóloga Márcia Bezerra de Almeida (2003), no Rio de Janeiro, ou o “*Projeto Pré-História na pré-escola*”, realizado por educadores e pesquisadores com crianças da rede pública de ensino do Mato Grosso do Sul (Pacheco et al. 2005), são exemplos de estudos que unem ciência e educação formal de uma maneira produtiva, fazendo com que os alunos “*exercitem sua curiosidade, sua imaginação, ingredientes necessários ao espírito científico*” (Almeida 2003:05).

Da mesma forma, a educação não formal, fora do âmbito escolar, pode apresentar resultados satisfatórios em demonstrar a importância do patrimônio arqueológico e a necessidade de conhecimento sobre ele e sua preservação. A partir de exposições temáticas montadas em museus de ciências humanas, educadores e arqueólogos no Brasil têm construído discursos sobre o passado buscando compreender o lugar da memória e da cultura material na vida dos seres humanos. Tais trabalhos engajados podem ser vistos como focos de adesão ao movimento da Arqueologia Pública, como no sul de Minas Gerais, com a patrimonialização dos vestígios arqueológicos em Conceição dos Ouros (Almeida 2005). Da mesma maneira, há outras formas de lidar com vários públicos leigos diferenciados, como propõem Funari, Oliveira e Tamanini ao abordarem, respectivamente, vestígios do conhecido quilombo de Palmares, em Alagoas, vestígios de pessoas desaparecidas, no Rio de Janeiro, durante o regime militar (entre 1964 e 1985) e sambaquis e comunidades carentes, em Joinville, Santa Catarina (Funari, Oliveira & Tamanini 2005).

Ainda, a multiplicidade de públicos leigos pode ser acrescida de estudos como o de Maximino e Nieves que, em Santos, litoral de São Paulo, desenvolveram um projeto de patrimonialização dos bens arqueológicos com um público leigo muito especial: cegos. Para tanto, uma exposição foi adaptada às necessidades do público alvo, utilizando recursos a fim de que pudessem fazer uso do tato, olfato e audição, tentando *“aproximar os deficientes visuais da realidade da Educação Patrimonial, interagindo-os com a pesquisa arqueológica para que eles pudessem conhecer melhor o significado de patrimônio.”* (Maximino & Nieves 2005:02).

Finalmente, outro público leigo pode ser encontrado em cursos superiores que formam profissionais da educação. Em tais cursos, na maioria das vezes, a Antropologia faz parte do rol de disciplinas obrigatórias¹⁶. Os docentes defrontam-se com uma nova realidade profissional, pois são levados a discutir idéias e conceitos antropológicos e arqueológicos com um público que anseia por abordagens voltadas para métodos e teorias educacionais. Tal experiência pode se tornar um rico caminho de interação, como constatado por antropólogos que fazem parte de departamentos de Educação (Gusmão 1997, Dauster 1997, André 1997). Ademais, aulas de Antropologia ministradas para um público diverso, como é um público composto por futuros educadores, podem privilegiar uma série de temas que trarão subsídios para uma visão mais crítica de alguns conceitos e fenômenos sociais: etnicidade, racismo, patrimônio histórico e cultural, multiculturalismo, subjetividades. Aulas com referenciais teóricos e metodológicos mistos, advindos das ciências educacionais e sociais, tornam-se um caminho de enriquecimento de mão dupla.

¹⁶ Arqueologia, em menor escala, pode fazer parte dos currículos como disciplina eletiva. Nada impede, contudo, que os pressupostos e os principais temas desta ciência sejam tratados por professores de Antropologia e/ou História que tenham algum contato com textos desta área, visto que são ciências que podem se complementar.

Parte II – A especificidade do trabalho arqueológico, seus conceitos e a sociedade

O legado da Arqueologia: com quais ferramentas trabalha o arqueólogo?

Falar em Arqueologia brasileira, na atualidade, significa tentar abarcar os múltiplos caminhos que pesquisadores seguem para estudar sujeitos do passado por meio de sua produção material. Se as vias teórico-metodológicas são variadas, os temas abordados são, frequentemente, muito diversos. Contudo, é certo que, em quase todos os contextos atuais, os arqueólogos se deparam com uma série de obstáculos que, de certo modo, se repetem de forma cada vez mais intensa. Sítios “destruídos”, fragmentos descontextualizados, arquivos mal conservados, museus sem fichas de materiais que evidenciem sua procedência, enfim, inúmeros fatores que, sem dúvida, comprometem o andamento da investigação e os resultados finais.

Por outro lado, a Arqueologia vista como uma busca pelo passado torna-se mais desafiadora quando o que resta ao arqueólogo é, aparentemente, juntar as peças de um grande quebra-cabeça. Embora não aceitemos a figura do arqueólogo como o “investigador” que utilizará os objetos arqueológicos como “provas” que evidenciem o que aconteceu no passado (Shanks & Tilley 1987:08), podemos lançar mão da figura da Arqueologia como uma outra espécie de quebra-cabeça, que pode mudar o produto final de acordo com as peças que o pesquisador “escolhe” utilizar em seu jogo particular. Essa “escolha”, se assim podemos chamar os caminhos que conduzem o arqueólogo ao seu objetivo, é ditada pelas normas da disciplina, mas, sobretudo, deve levar o arqueólogo a refletir sobre o poder discursivo que ele tem em mãos – o discurso científico.

Na maioria dos casos, o legado da Arqueologia brasileira, sua contribuição para a ciência e a sociedade, tem dependido de uma categoria bastante problemática de vestígio arqueológico: os sítios destruídos. Por um lado, há uma

vertente entre os arqueólogos que discute as possibilidades de se tirar dados de sítios tradicionalmente vistos como destruídos (Araújo 2000/2001), o que representa uma mudança de mentalidade frente ao patrimônio arqueológico. O que antes era visto como “inutilizado” e enquadrado em categorias, das quais a que possibilitava o menor nível de pesquisa era a de “sítio totalmente destruído”, pode suscitar algumas questões. Por outro lado, acreditamos que mudar os métodos de coleta para melhor “aproveitar” os vestígios que tais sítios destruídos oferecem não é suficiente para mudar o olhar que lançamos ao passado. Essa mudança de enfoque metodológico, apesar de válida, confirma o que Shanks e Tilley já criticaram na Arqueologia Processual, que é a concepção de teoria voltada exclusivamente para o aprimoramento das metodologias de campo (Shanks & Tilley, 1987).

A grande contribuição dos sítios destruídos, do nosso ponto de vista, é sugerir uma presença indígena que permanece invisível nas fontes escritas, como bem afirma Mano (2006:234). Mesmo que os sítios arqueológicos não apresentem mais do que uma dezena de cacos cerâmicos, a sua materialidade poderá facilitar o desenvolvimento de trabalhos patrimoniais que envolvam a necessidade de preservação do patrimônio imaterial. Afinal, a presença do índio é inquestionável em locais onde encontramos sítios, sejam enquadrados na categoria de “destruídos”, “parcialmente destruídos” ou, mais dificilmente, “intactos”. A partir da presença dos sítios, restaria levantar a discussão de sua presença, ainda hoje, na identidade brasileira.

Outra ferramenta teórica utilizada por arqueólogos, já amplamente discutida, são os modelos a serem encaixados no real por meio de conceitos como “Tradição”. Em termos acadêmicos, especialmente antropológicos, tais modelos já mostraram sua inconsistência quando transplantados para o real. Da mesma forma, na medida em que as etapas do estudo científico vistas como primordiais são a descrição, quantificação e, finalmente, o enquadramento/rotulação em definições pré-existentes, partir da realidade diretamente observável para

construir novos modelos acabaria gerando uma confusão conceitual difícil de ser resolvida. A existência de modelos científicos é, assim, inevitável, embora não sejam imutáveis e nem sejam portadores de verdades difíceis de serem contestadas. Se no plano acadêmico a utilização de modelos e conceitos estanques é problemática, transportá-los para o público “não iniciado” pode disseminar concepções perigosas do passado. A imutabilidade, exotismo e a conseqüente “nostalgia do neolítico”(Métraux *apud* Laplantine 1995) são exemplos de visões da cultura indígena radicalmente separada da sociedade nacional, esta mutável, moderna e globalizada.

É inegável que, ao estudar povos indígenas do passado, abordemos os vestígios de um “duplo outro”, como já salientamos anteriormente. Desse ponto de vista, o legado da Arqueologia antropológica norte-americana é visível. Sentimo-nos, enquanto arqueólogos, distantes do nosso tema de pesquisas. No entanto, somos levados a isso, apesar das influências acadêmicas norte-americanas, pela alienação de nosso patrimônio histórico e cultural, como já salientou Funari (2001). A Arqueologia brasileira que lida com vestígios de povos indígenas, chamada por muitos de Arqueologia Pré-Histórica, carece de um trabalho consciente de busca de superação das suas principais dicotomias: passado/presente, imutável/mutável, exótico/aculturado, eles/nós, étnico/nacional. Isto não significa negar a existência do “duplo outro”. Ao indígena, apesar de ser culturalmente diferente e estar historicamente distante, não deve ser negada, em forma discursiva, a possibilidade de transformação e interação com a sociedade nacional, pois, indubitavelmente, tais processos ocorreram e ocorrem no plano real.

Uma ferramenta ideológica peculiar que o arqueólogo tem em mãos, embora geralmente não tenha consciência de sua importância, é a imagem de seu ofício transmitida para a sociedade e para outras disciplinas, sobretudo a História e a Antropologia. Ironicamente, na maioria das vezes, tal ferramenta serve para fossilizar uma imagem romântica e aventureira da Arqueologia. Embora seja

falsa, tal representação não traz muitas conseqüências negativas para a Arqueologia enquanto ciência autônoma, a não ser o inevitável distanciamento entre ciência e sociedade. O problema torna-se mais perceptível, na Arqueologia brasileira, na medida em que a interdisciplinaridade é necessária para a construção de um conhecimento multilateral sobre determinado tema ou região de estudo.

Nesses casos, a idéia que se faz de Arqueologia é a de disciplina auxiliar, embora muitos arqueólogos, como Funari (2003), já tenham discutido exaustivamente o fato de a Arqueologia ser uma ciência com técnicas, métodos e teorias próprios. Um total desconhecimento da história e dos pressupostos teóricos da Arqueologia em escala mundial, por parte de pesquisadores advindos de outras disciplinas, auxilia na construção do conhecimento do campo arqueológico como unilateral e estritamente empírico. Essa visão, separando radicalmente prática e teoria, não encara o trabalho do arqueólogo como causador de discussões teóricas e posições contraditórias, pois a materialidade da fonte arqueológica conduziria inquestionavelmente ao caminho da complementação das fontes (materiais e textuais).

A despeito de vertentes atuais que aceitam a multidimensionalidade das fontes arqueológicas, defendendo que elas podem complementar ou contradizer outros tipos de fontes (Jones 1999), esta concepção difundida da ausência de contribuição da Arqueologia para formulações teóricas sobre o passado e suas relações com o presente são auxiliadas, quase sempre, pela visão que a Arqueologia Processual tem de sua própria disciplina. Na maioria dos estudos que seguem essa vertente, muito difundida e utilizada no Brasil, há necessidade de separar radicalmente objetividade e subjetividade, relegando esta última às ciências que não se dediquem à abordagem da cultura material, pois esta só possibilita apreensões objetivas.

Essa concepção existe em muitos estudos arqueológicos, sendo estendido para investigações etnográficas e etno-históricas que utilizam a Arqueologia para

“confirmar” as suas teses (Ataídes 1998). Ou, pelo menos, se as fontes arqueológicas não servem para confirmar dados etnográficos e etno-históricos, são encaradas como um campo não problemático de investigação, pois a sua materialidade não suscita contradições nas análises (Mano 2006).

O legado da Arqueologia: o “hiato arqueológico”, a “terra de fronteiras”, os “sítios híbridos”, “área cultural X corredor de passagens”

No que diz respeito ao conhecimento e compreensão do passado pré contato dos “campos de Araraquara”, pode-se dizer que se constitui em território não diretamente analisado de forma sistemática. Foi, no entanto, levado em consideração com o intuito de estender aos seus domínios a terminologia arqueológica utilizada no Brasil. A Arqueologia conduzida na região, apresentada no segundo capítulo desta tese, produziu tentativas de enquadramento dos sítios cerâmicos em tradições arqueológicas já aceitas.

Se a terminologia consagrada pela Arqueologia brasileira é de difícil aplicação na macro-região em foco, surgem várias possibilidades de compreender o pré-contato, longe de representar as “reais” condições de interação étnico-cultural do passado. Antes, tais apreensões são consequências de fatores subjetivos, político-ideológicos e teórico-metodológicos que envolvem a construção dos discursos científicos sobre os povos indígenas de Araraquara. Não podem ser negligenciados, contudo, os ecos sociais e educativos de tais idéias, por isso devem ser questionadas.

Um dos termos que designa a compreensão (ou a falta dela) do passado pré contato dos campos de Araraquara é a concepção de “hiato arqueológico”. Denominamos hiato, em Arqueologia, o hiato que, no quadro geral das pesquisas já realizadas, pode fornecer poucas informações sobre os sítios arqueológicos nele existentes devido à ausência de projetos sistemáticos. Brochado (1984), em sua meticulosa sistematização do quadro pré-histórico do leste da América do sul, dá

pouca atenção ao norte e nordeste do Estado de São Paulo. Menciona somente o artigo de José Anthero Pereira Jr (1957) atribuindo à cerâmica que ele encontrou nas imediações de Franca uma ligação com a Tradição Aratu do centro-oeste do Brasil, além da presença da “inquestionável” tradição Tupiguarani.

Quando iniciamos o levantamento bibliográfico sobre o norte e nordeste do Estado de São Paulo fomos levados a constatar a existência de tal hiato, na medida em que encaramos as informações que estavam ao nosso alcance como esparsas, desconstruídas e, muitas vezes, de difícil acesso, porque não publicadas. De outra forma, mas chegando às mesmas conclusões, Marcel Mano, ao pesquisar a etno-história dos campos de Araraquara, critica a idéia propagada em várias fontes textuais de que a região sofre de uma “lacuna historiográfica” no que concerne aos povos indígenas (Mano, 2006:310). Mano defende que, ao contrário do que afirma a maioria das fontes textuais regionais, “ *a presença histórica dos índios é muito mais significativa do que até agora se mostrou*” (Mano, 2006: 311). O trabalho do referido autor foi buscar em tais fontes esparsas o conhecimento sobre os povos indígenas, tidos até então como bastante obscuros (Corrêa 1967 *apud* Mano 2006).

A nossa concepção da Arqueologia foi se modificando na medida em que compreendíamos as configurações regionais desta ciência como fortemente influenciadas por outras áreas de estudos. Assim, o termo “hiato arqueológico” só poderia ser utilizado em contraposição a regiões consideradas como bem conhecidas, ou seja, as áreas arqueológicas que se tornaram parte da consciência científica por meio do advento do PRONAPA. Tal designação, portanto, tem um caráter teórico-metodológico e político situacional.

Quanto à questão teórico-metodológica, fica latente a Arqueologia legitimada, de forma tradicional, pela intervenção dos pronapianos, na década de 1960. O PRONAPA produziu, conforme já salientamos no primeiro capítulo, um conhecimento arqueológico sistematizado de algumas áreas. Outras, no entanto,

foram negligenciadas e, atualmente, dão margem à concepção de que há lacunas no conhecimento da pré-histórica do país. O Estado de São Paulo foi particularmente afetado, já que, como também mencionamos no referido capítulo, teve poucas partes afetadas pelas pesquisas pronapianas (dentre elas, destacadamente a região de Rio Claro).

Apesar de não encarmos esta lacuna como definitivamente negativa, salientamos os perigos da tentativa de adoção a-crítica da terminologia pronapiana para tais espaços. Os termos difundidos pelo PRONAPA, apesar de criticados e terem sua inconsistência já evidenciada, continuam a ser o ponto de partida das pesquisas que procuram compreender o passado. Os sítios encontrados são imediatamente enquadrados nas fases e tradições e uma visão crítica da construção discursiva desta vertente arqueológica é negligenciada.

Além disso, o caráter político-ideológico de tais escolhas pronapianas tampouco é colocado em questão. É bem conhecido que os pronapianos expandiram suas influências nos Estados onde conseguiam reunir arqueólogos cooperadores, enquanto outras vertentes arqueológicas não poderiam ser financiadas por serem propostas discordantes, como bem salienta Funari em vários trabalhos (1995c, 1996, 1999a). O que conhecemos como hiato arqueológico é, portanto, produto de uma visão a-crítica dos processos que geraram o conhecimento arqueológico do Brasil, ditados pelo reinado dos preceitos pronapianos e por problemas políticos mais gerais que estavam fervilhantes no momento em que as investigações arqueológicas deram um salto em termos quantitativos (final da década de 1960 e decorrer dos anos 1970).

Tais questões políticas conduziram à crença de que o conhecimento científico só pode ser realizado a partir de meios oficiais. Atualmente, temos observado que os conhecimentos sobre o passado podem estar presentes no que antes chamaríamos de fontes esparsas, descontraídas e de difícil acesso, negligenciadas na maioria das vezes, tidas como subjetivas e pouco científicas. Os

museus do interior e arquivos municipais ou pessoais são receptáculos de importantes vozes sobre o passado. Embora muitas vezes apresentando discursos evolucionistas e/ou preconceituosos com relação aos indígenas, as fontes materiais e documentais desses espaços podem se configurar em importantes pontos de partida para enfoques mais abrangentes. A imagem de hiato arqueológico para regiões como os “campos de Araraquara” torna-se um campo problemático, só compreendido pelo histórico da ciência no país e suas relações com o poder.

Outro conceito utilizado de forma crescente para se referir à Arqueologia do Estado de São Paulo como um todo é o de “terra de fronteiras”. Este conceito já foi abordado por autores que trabalharam outros contextos, como Rogge (2004), que pesquisou as fronteiras e as interações existentes entre os “portadores” de tradições ceramistas no Rio Grande do Sul. Green & Perlman compilaram uma obra, na década de 1980, reunindo as pesquisas de vários autores que, do ponto de vista da Arqueologia antropológica, em maior ou menor grau, abordaram assuntos pertinentes às fronteiras culturais. Eles adotaram, no primeiro capítulo da compilação, uma distinção nas definições de “*frontier studies*” e “*boundary studies*”, embora sejam conceitos intimamente relacionados. Os primeiros “*dirigem sua atenção às periferias ou margens de sociedades particulares e as características dos grupos que ocupam esse espaço*”, abordando causas políticas e econômicas da expansão para novos espaços. Os segundos “*examinam as interações que ocorrem nessas sociedades da margem [...] enfocando nos fatores econômicos, sociais e políticos que guiam a interação entre sociedades*” (Green & Perlman, 1985:04).

A ênfase dos autores, cujo trabalho citado está presente na bibliografia de grande parte dos arqueólogos brasileiros que trabalham com fronteiras, é a preocupação em superar os limites de abordagens que se propõem compreender sistemas sociais abertos com os modelos analíticos fechados que os arqueólogos aderem. Os autores defendem que os estudos de fronteiras (das interações e dos

motivos que levam os grupos a se deslocarem para as “margens” de suas áreas culturais) podem auxiliar arqueólogos e antropólogos na percepção da importância de se depreender os sistemas sociais como abertos (Green & Perlman, 1985:04).

O termo “fronteira” é amplamente utilizado na Antropologia que aborda as interações entre distintos grupos étnicos (Barth, 1969) e, sobretudo, nas pesquisas antropológicas e sociológicas que visam inferir a complexidade que se configura em fenômenos culturais ligados à globalização (Hannerz, 1997). Na Arqueologia, as fronteiras e as interações geradas nesses espaços foram foco de alguns trabalhos que, em sua maioria, aderiram às idéias de Fredrik Barth sobre este tema (Jones 1997, 1999). Nessa perspectiva, a noção barthiana de fronteira diz respeito menos ao território do que às linhas divisórias que demarcam a construção simbólica e subjetiva de cultura.

Na Arqueologia brasileira, no entanto, o conceito de “fronteira” ultrapassa os limites de uma metáfora geográfica para igualar fronteiras culturais e aquelas geograficamente observáveis. Robrahn-González assinalou que, dado o caráter incipiente das pesquisas sobre fronteiras culturais na Arqueologia brasileira, o quadro atual possibilita mais *“caracterizar fronteiras físicas (relativas à distribuição dos sítios no espaço) do que fronteiras culturais”* (Robrahn-González, 2000a:01). Indo mais além, alguns trabalhos aceitam a hipótese de que, se há limites ambientais em determinada região, as fronteiras de culturas determinadas por tais ambientes distintos também devem ser observáveis nas fontes etnográficas e nos registros arqueológicos (Rogge, 2004:16).

O termo “fronteira” vem sendo utilizado, no que toca aos povos ceramistas, para o Estado de São Paulo como um todo (Scatamacchia 2005) e os estudos na macro-região têm reforçado esta hipótese (Moraes 2005, Robrahn-González 2000a). O termo reflete o aumento no número das propostas de estudos e de sítios arqueológicos encontrados em solo paulista que apresentam material diverso,

enquadrado em ao menos três tradições ceramistas (Tupiguarani, Aratu e Itararé). Além de São Paulo ser considerado “terra de fronteiras” de tradições distintas, a idéia de área limítrofe também foi reforçada por Brochado (1984) e Scatamacchia (1994/1995) que, como salientado anteriormente, postularam o território entre o Paranapanema e o Tietê como fronteira entre tupis e guaranis arqueológicos.

Os vestígios procedentes desses sítios cerâmicos de tradições distintas também evidenciam o que os arqueólogos consideram contextos “híbridos”, nem sempre classificáveis em uma tradição arqueológica. O que hoje é o Estado de São Paulo teria sido, em tempos remotos, palco de intensas interações entre povos procedentes de vários ambientes. O material arqueológico “híbrido”, segundo uma vertente bem difundida na Arqueologia brasileira, constataria que o Estado de São Paulo, e os campos de Araraquara, em específico, são “terras de fronteiras”. Os resultados dos projetos desenvolvidos na macro-região, evidenciados no segundo capítulo desta tese, apontam para sítios configurados em tais contextos híbridos. Eles sugerem, para alguns pesquisadores, *“que a classificação em tradições e fases – baseada em análises generalizantes da cerâmica, sem significados culturais – não fornece parâmetros suficientes para a compreensão dos processos internos e externos sofridos”* (Afonso & Moraes 2003:04).

Apesar da mudança de enfoque de uma concepção de sociedade do passado estática, facilmente apreensível e enquadrada nas categorias terminológicas da ciência arqueológica, para uma possibilidade de se observar interação cultural nos vestígios “híbridos”, a análise dos sítios arqueológicos continua a sugerir a existência (e a percepção externa) de culturas apreensíveis por meio do vestígio arqueológico. A interação, nesse caso, está onde os arqueólogos podem perceber descontinuidade no padrão, antes vista como “intrusão”.

Mesmo que de forma não consciente, os arqueólogos utilizam conceitos, tais como “terra de fronteiras” e “sítios híbridos”, sugerindo concepções estáticas de

cultura e, ao mesmo tempo, abarcando uma crítica à forma tradicional de se pensar as identidades culturais do passado. É inquestionável que houve fronteiras culturais muito bem delimitadas entre os povos indígenas que habitaram os campos de Araraquara em tempos pré contato, mas também é certo que essas fronteiras não precisam coincidir com a variação na cultura material, as interpretações que os arqueólogos fazem desses contextos “problemáticos” e a diversidade geográfica e ambiental notada. A variabilidade na cultura material pode ter sido fruto de uma série de fatores simbólicos ou econômicos, de escolha ou de necessidade, mas que são invisíveis aos olhos dos arqueólogos.

Outra idéia que decorre dessa visão dos indígenas do passado é a de que algumas regiões não apresentam características que possam configurá-la como uma “área cultural”, sendo definida, desta forma, como um “corredor de influências culturais”. Essa oposição, da mesma forma que os conceitos anteriores, pode sugerir, de forma implícita, a existência de territórios que contêm culturas mais “puras”, tornando-se mescladas a partir de migrações para as bordas das ditas áreas. O modelo de áreas culturais, cujos principais representantes na Etnografia brasileira são Eduardo Galvão, Darcy Ribeiro e Júlio César Melatti, foi concebido como um projeto que propiciasse uma visão panorâmica das populações indígenas no Brasil, suas diferenciações culturais e sua inserção nos diferentes ambientes. Melatti argumentou, recentemente, que tais territórios foram idealizados para fins didáticos e, mesmo tendo esse objetivo e sendo “*áreas simplesmente baseadas na semelhança, não na articulação social*” tais projetos antropológicos “*acabam definindo e cristalizando essas áreas na mente*” (Melatti *apud* Lima & Smiljanic 2006). Modificando a nomenclatura de “áreas culturais” para “áreas etnográficas”, o citado antropólogo argumenta que “*são áreas dos etnógrafos, mais do que áreas geográficas, ou áreas culturais, ou áreas de articulação*” (Melatti *apud* Lima & Smiljanic 2006). São, portanto, criações dos antropólogos para uma compreensão das distintas realidades culturais dos povos indígenas, cristalizando etnias a partir das concepções de cada pesquisador.

O conceito de “corredor de passagens”, pela própria definição, pode ser caracterizado como o oposto de tais áreas culturais, apresentando características menos contínuas, não seguindo padrões de ocupação visíveis nas descrições das fontes históricas ou nas fontes arqueológicas. No que toca às fontes históricas, no entanto, nas quais a Etnografia tem se baseado para sugerir a grande variedade étnica, podemos argumentar que o grande número de grupos indígenas descritos para os campos de Araraquara é fruto de situações variadas, com observação direta ou não, que podem representar os anseios dos autores históricos em definir os grupos indígenas ou, simplesmente, aceitação a-crítica de definições de outros. Os grupos étnicos evidenciados pela etno-história são tão passíveis de discussão quanto as diferentes tradições arqueológicas registradas na macro-região até o momento.

Os conceitos antropológicos aqui mencionados, utilizados em maior ou menor grau por arqueólogos brasileiros e que, de certa forma, tem sido utilizados para se compreender a Arqueologia do Estado de São Paulo, não podem ser utilizados como verdades estabelecidas, na medida em que investigações antropológicas têm questionado os seus conteúdos cristalizadores. Da mesma forma, a problematização de tais conceitos por parte dos arqueólogos é tarefa premente, ao passo que a “tradução” dessas idéias científicas para o público não iniciado torna-se parte da proposta arqueológica. Esses termos e conceitos não representam, por fim, uma realidade, mas são construções feitas a partir do histórico da condução dos trabalhos arqueológicos e das escolhas subjetivas dos arqueólogos. Problematizar a existência e a viabilidade de tais conceitos em espaços não acadêmicos é o primeiro passo para a patrimonialização re-significação dos vestígios do passado.

Conclusão

O desenvolvimento do trabalho que agora é finalizado possibilitou algumas conclusões acerca do ofício do pesquisador/educador e de seu papel na construção da imagem dos possíveis “passados excluídos” de uma dada região. No que concerne aos “campos de Araraquara”, os “passados excluídos” que optamos trazer à tona foram as ocupações indígenas pré-contato atestadas pelos sítios arqueológicos com material cerâmico distribuídos na macro e nas micro-regiões estudadas. Em termos arqueológicos, o território revelou um fértil campo para discussões sobre os grupos indígenas que ali viveram até o contato com o não índio (século XVIII) e o seu legado para a identidade regional.

Apesar do grande número de vestígios arqueológicos encontrados nas etapas de levantamento do projeto, somados aos sítios já existentes na macro-região (evidenciados no segundo capítulo desta tese), constatamos que a história indígena deste trecho paulista é baseada nas esparsas fontes textuais que narram os primeiros passos na constituição de um povoamento não índio nas redondezas das principais cidades atuais (como Araraquara e São Carlos). Em muitas dessas fontes, detalhadamente analisadas por Mano (2006), os indígenas não aparecem senão em instantâneos que abordam os “antecedentes” da ocupação ocidental (Almeida 1948, Braga 1894, Castro 1916-1917, Corrêa 1967, Ferraz 1955, Lemos s.d., Mota Coqueiro 1937, Vidal 1915).

Essas fontes, na maioria dos casos, reproduzem rápidas informações dadas pelos primeiros habitantes não índios dos “campos de Araraquara” e, conseqüentemente, repetem as noções sobre os povos indígenas mudando, no máximo, a nomenclatura desses grupos. Após a evidenciação desses “antecedentes”, que geralmente não ultrapassam a segunda página dos escritos consultados, o elemento indígena é subtraído da história da formação econômica e social da região. As fontes históricas regionais são exemplos dessa exclusão e dão margem à oposição entre indígena/passado x sociedade nacional/modernidade.

Uma pesquisa etno-histórica mais ampla, como só recentemente foi executada (Mano 2006), pôde inserir o indígena dos “campos de Araraquara” em uma historiografia mais ampla, amparada por fontes textuais que não se restringem à história regional.

Contudo, o reinado das informações escritas sobre as materiais é, da mesma forma, percebido. Os trabalhos arqueológicos locais, apesar de numerosos e portando metodologias e finalidades diversificadas, só são abordados seguindo duas vertentes:

1) como informações importantes para estudos arqueológicos de outras regiões, geralmente para preencher uma “lacuna” regional percebida em investigações mais amplas que procurem oferecer dados sobre os contextos estaduais ou mesmo nacionais dos projetos arqueológicos;

2) em estudos antropológicos ou historiográficos, nos quais as informações arqueológicas são utilizadas de forma tradicional, encarando a Arqueologia como uma disciplina que, por meio de suas fontes materiais, auxilia as outras ciências (Antropologia e História) geralmente complementando as fontes textuais. Esta forma de encarar a Arqueologia deve-se, sobretudo, à maneira como a maioria dos arqueólogos encara o seu próprio ofício. Faz parte, portanto, da história da disciplina arqueológica no Brasil e é uma visão propagada, ainda hoje, por um grande número de arqueólogos. Nela, está implícita a idéia de oposição entre fontes textuais (subjetivas) x materiais (objetivas), sendo os vestígios arqueológicos, segundo os que seguem esta oposição, fontes incontestáveis da presença de determinados grupos étnicos nos “campos de Araraquara”.

Assim, mesmo que abordados dessas duas formas, os discursos arqueológicos ainda não foram vistos como relevantes para a construção de uma nova História sobre os “campos de Araraquara”, pois dizem respeito a povos que oscilam, comumente, entre duas principais concepções: 1) como extintos, sendo sua existência atestada no passado pelos vestígios de suas aldeias; 2) como misturados

e/ou aculturados, não possibilitando uma ligação entre passado e presente por meio da análise de seus vestígios, pois representam a ruptura entre histórico e pré-histórico.

Esta imagem problemática da identidade indígena é assunto de estudos antropológicos preocupados com olhares objetivistas que podem ser lançados para diferentes grupos sociais. Como por exemplo, João Pacheco de Oliveira (1999) salienta os perigos de tais definições para antropólogos que se defrontam com grupos étnicos emergentes. Situá-los nas categorias de “extintos”, “originais” ou “misturados” pode ser uma forma de justificar a ausência de direitos políticos desses grupos. No que concerne às identidades emergentes e suas relações com o passado, apossando-se de um caso específico, mas que pode ser observado em outros contextos, Oliveira ressalta que *“não podemos nos apossar da listagem atual das sociedades indígenas do nordeste e pretender retroceder, para cada etnônimo específico, através de um processo de filogênese, até os primórdios da colonização portuguesa. Isto nem sempre é possível, e tem conseqüências perversas mesmo quando aparenta poder ser realizado com alguma verosimilhança”* (Oliveira 1999:106).

Fazendo o caminho inverso e, entretanto, com os mesmos resultados, é errôneo imaginar que podemos *“encontrar no passado os mesmos corpos fluviais que navegam no presente, acompanhando apenas as mudanças superficiais ou de posição relativa”* (Oliveira 1999:106).

Se essas questões merecem reflexão no cerne da teoria antropológica, tornam-se menos visíveis quando são colocadas no contexto de grande parte da Arqueologia realizada no Brasil atual. Os projetos que não optam por um trabalho de educação patrimonial consciente podem não problematizar os seus conceitos e, como conseqüência, propagam concepções de “extinção” e “aculturação” e relegam aos povos indígenas o papel de figurantes no desenvolvimento histórico das mais diversas regiões do país.

Refletindo sobre as questões colocadas acima, o desenvolvimento da pesquisa procurou idealizar e realizar propostas de educação patrimonial que possibilitassem uma mudança gradual de perspectiva sobre as populações indígenas dos campos de Araraquara. Aplicadas a um contexto específico, mas tendo a possibilidade de transgredir as fronteiras da pesquisa desenvolvida e apresentada nesta tese, essas propostas buscaram a interação com o público seguindo algumas vias:

1. Apresentando e discutindo a existência de material arqueológico “pré-histórico” ligado aos povos indígenas. Não só na produção final do trabalho (a montagem de exposições temáticas), mas no desenvolvimento de todas as etapas da pesquisa em contato com diferentes públicos. As exposições temáticas montadas, em específico, objetivaram discutir o passado com estudantes e professores.
2. Tendo consciência de que o trabalho arqueológico é educativo em todas as suas etapas. O conceito de pesquisador/educador deve ser explorado até mesmo em contextos nos quais a educação se dá por vias não formais e/ou não intencionais.
3. Fazendo “traduções” de conceitos utilizados pelos arqueólogos e antropólogos para promover a ligação entre ciência e sociedade.
4. Conscientizando os diferentes públicos que o passado desempenha um papel no presente. É importante criar condições para uma reflexão sobre os acontecimentos do passado. Falar dos indígenas “pré-históricos” não é sinônimo de atraso ou desvio da modernidade. Ao contrário, como ressaltam escritos sobre educação patrimonial, a compreensão do mundo atual deve estar atrelada à compreensão da multiplicidade de acontecimentos do passado e dos diversos caminhos que levaram à formação da configuração atual da sociedade.
5. Estas concepções podem levar o pesquisador/educador a possibilidades de leitura do passado que não representem a identidade

indígena como imutável, como ressalta João Pacheco de Oliveira, procurando não aderir ao “*vício do presentismo*”, que é “*supor que os índios (tal qual falamos deles hoje) sempre existiram*” (Oliveira 1999:105).

As palavras de Ítalo Calvino, presentes na epígrafe desta tese, podem levar a caminhos que ocasionem outras concepções das identidades, suas histórias e seus lugares.

Bibliografia

- ABBEVILLE, Claude d'. *História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão*. Editora Itatiaia, Belo Horizonte, [1614]1975.
- AFONSO, Marisa C. & MORAES, Camila A. Uma rodovia e três sítios arqueológicos: um estudo da ocupação da Bacia do rio Pardo (Nordeste de São Paulo). In: *Anais do XII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira*. São Paulo, 2003. CD-Rom.
- AFONSO, Marisa C. Geoarqueologia da região de São Simão e Serra Azul, Estado de São Paulo, Brasil. *Revista de Pré-História*, USP, 5:179-184, 1983.
- ALMEIDA, Márcia B. Muito prazer, eu sou arqueólogo (a): a importância da apresentação da Arqueologia para o Público. *Anais da XII Reunião da SAB*, 2003.
- ALMEIDA, Nelson M. de. *Álbum de Araraquara*. São Paulo: Empresa O Papel Ltda., 1948.
- ALMEIDA, Paulo A. de. *Arqueologia em Conceição dos Ouros, MG*. Pouso Alegre, 2005.
- ALTENFELDER SILVA, Fernando. Arqueologia Pré-Histórica da região de Rio Claro. *Pré-História Brasileira*, IPH/USP:157-166, 1968.
- ALVES, M. A. & CALLEFFO. Sítio Água Limpa, Monte Alto, São Paulo. *Revista do MAE*. N. 06, 1996.

- ANDRÉ, Marli E.D.A. Tendências atuais da pesquisa na escola. *Cadernos Cedes*, n. 43, pag. 46-57, 1997.
- ARAÚJO, Astolfo G.M. Destruído pelo arado? Arqueologia de superfície e as armadilhas do senso comum. *Revista de Arqueologia*. Volume 14/15, 07-28:2001/2002.
- ARAÚJO, Astolfo G.M. Arqueologia da Região de Rio Claro: uma síntese. *Revista do MAE/USP*, n. 11, 2001.
- ARAÚJO, Astolfo G.M. Avaliação preliminar de possíveis impactos ao patrimônio cultural. Duplicação das rodovias SP 255 e SP 345. *Relatório de Diagnóstico Arqueológico*, 2000.
- ATAÍDES, Jesús M. *Sob o signo da violência: colonizadores e Kayapó do sul no Brasil Central*. Goiânia, Editora UCG, 1998.
- BARRETO, Cristiana. A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da Arqueologia no Brasil. *Revista USP*, 44:32-51, 2000.
- BARRETO, Cristiana. Arqueologia Brasileira: uma perspectiva histórica e comparada. P.P.A. Funari, E.G. Neves e I. Podgorny (orgs), *Anais da I Reunião Internacional de Teoria Arqueológica na América do Sul*. São Paulo, MAE-USP/IFCH-UNICAMP/FAPESP, *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, 201-212:1999.
- BARRETO, Cristiana. Brazilian archaeology from a Brazilian perspective. *Antiquity*, 72:573-581, 1998.

- BARTH, F. 1969. Grupos étnicos e suas fronteiras. In *Teorias da Etnicidade*. Poutignat, P. & Streiff-Fenart, J. (Orgs.). São Paulo, Editora da Unesp, 187-227, 1998.
- BLASIS, Paulo De. Salvamento Arqueológico no traçado do Gasoduto Bolívia-Brasil (GASBOL) no Estado de São Paulo – Trecho Paulínia/Rio Paraná. *Relatório Final*, 1998.
- BLASIS, Paulo De. Diagnóstico do Patrimônio arqueológico situado no traçado do gasoduto Bolívia-Brasil no Estado de São Paulo. *Relatório de Impacto ao Meio Ambiente*. São Paulo, MAE/USP, Não Publicado, 1997.
- BRAGA, Cincinato. *Contribuição ao estudo da história e geografia da cidade e município de São Carlos do Pinhal*. Série Documentos, São Carlos: ASSER, 1994[1894].
- BRIGANTE, Janete & ESPÍNDOLA, Evaldo L.G. (Eds.). *Limnologia Fluvial: um estudo no Rio Mogi-Guaçu*. São Carlo, Editora RIMA, 2003.
- BROCHADO, José P. Um modelo ecológico de difusão da cerâmica e da agricultura no Leste da América do Sul. *Clio*, Anais do 1 Simpósio de Pré-História do Nordeste Brasileiro, 4:85-88, 1987.
- BROCHADO, José P. *An ecological model of the spread of pottery and agriculture into eastern south America*. Chicago: University of Illinois, Tese de Doutorado, 1984.
- CALDARELLI, Solange B. *Projeto: Prospeção Arqueológica na Faixa de Duplicação da Rodovia Armando Sales de Oliveira (SP 322), Km 356 a km 390 +500*. São Paulo, Scientia, Nov./2003.

- CALDARELLI, Solange B. A Arqueologia do interior paulista evidenciada por suas rodovias. *Revista de Arqueologia*, vol. 14/15, pág. 29-55, 2001-2002.
- CALDARELLI, Solange B. Aldeias Tupi-Guarani no vale do Mogi-Guaçu, Estado de São Paulo, Brasil. *Revista de Pré-História*. 5:27-124, 1983.
- CALDARELLI, Solange B. & NEVES, Walter. Programa de pesquisas arqueológicas no vale do Rio Pardo, Estado de São Paulo. *Revista de Pré-História*, 3:13-49, 1981.
- CALDARELLI, Solange B. & SANTOS, Maria do Carmo M.M. Arqueologia de Contrato no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, (44):52-73, 1999-2000.
- CALDERÓN, Valentin. A fase Aratu no recôncavo e Litoral Norte do Estado da Bahia. *Publicações Avulsas*, 13: 161-172. Museu Goeldi, Belém, 1969.
- CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. Companhia das Letras, 1995.
- CARVALHO. Sílvia M.S. A morte heróica do guerreiro. In: *Rituais Indígenas Brasileiros*. 7-15:1999.
- CARVALHO. Sílvia M.S. A Cerâmica e os rituais antropofágicos. *Revista de Antropologia*. São Paulo, v. 26, 1983.
- CARVALHO, Sílvia M.S. O duplo jacaré. *Perspectivas*, 1(1):13-44:1976.
- CASTRO, F. (Org.). *Almanach-Album de São Carlos*. Typographia Artística, São Carlos, 1916-1917.
- CBH Mogi & CREUPI. *Diagnóstico da Bacia Hidrográfica do Rio Mogi-Guaçu* “Relatório Zero”. 219 pp. Agosto/1999.

- CHMYZ, I. Terminologia Arqueológica Brasileira para a cerâmica. *Cadernos de Arqueologia* 1(1), UFPR, 1976.
- CORRÊA, Ana Maria Martinez. *História Social de Araraquara (1817-1920)*. São Paulo, Dissertação (Mestrado), FFLCH/USP, 1967.
- CURY, Marília X. Para saber o que o público pensa sobre arqueologia... *Revista Arqueologia Pública*, São Paulo, 1: 31-48, 2006.
- CURY, Marília X. O Museu Água Vermelha. CD Rom, *Anais da XIII Reunião da SAB*, Campo Grande, 2005.
- DAUSTER, Tânia. Um outro olhar: entre a Antropologia e a educação. *Caderno Cedes*, ano XVIII, nº 43: 38-45, dez/1997.
- EGGERS, Sabine, FAZZIO, Ila & LAHR, Martha M. Antropologia biológica do sítio Água Vermelha: resultados e discussões preliminares. *Revista de Arqueologia*, 9:1-6, 1996.
- ETCHEVARNE, Carlos. A ocupação humana do Nordeste Brasileiro antes da colonização portuguesa. *Revista USP*, 44:112-141, 1999-2000.
- FACCIO, Neide. Os índios Guarani na área do ProjPar. *Anais do XIII Congresso de Arqueologia Brasileira*. CD Rom, Campo Grande, 2005.
- FERNANDES, Florestan. *Organização Social dos Tupinambá*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1949.

- FERNANDES, Suzana C.G. Contribuição para o estudo da Tradição Aratu-Sapucaí. Estudo de Caso: o sítio arqueológico de Água Limpa, Monte Alto/São Paulo. *Canindé*. Xingo, nº 1, Dezembro de 2001.
- FERRAZ, Maria Cecília B. *São Carlos do Pinhal*. São Paulo: Cúpolo Ltda., 1955.
- FUNARI, Pedro P.A. Public archaeology in Brazil, in *Public Archaeology*, edited by Nick Merriman, London and New York, Routledge, pag. 200-212:2004.
- FUNARI, Pedro P.A. *Arqueologia*. São Paulo, Editora Contexto, 2003
- FUNARI, Pedro P.A. Os desafios da destruição e conservação do patrimônio cultural no Brasil. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Porto, 23-32, 2001.
- FUNARI, Pedro P.A. Archaeology, education and Brazilian identity, *Antiquity*, 74: 182-5, 2000a.
- FUNARI, Pedro P.A. Como se tornar arqueólogo no Brasil, *Revista USP*, 44, 74-85, 1999-2000.
- FUNARI, Pedro P.A. Brazilian archaeology, a reappraisal, in G. Politis & Benjamin Alberti (eds), *Archaeology in Latin America*, London & New York, Routledge, 17-37, 1999a.
- FUNARI, Pedro P.A. Etnicidad, identidad y cultura material: un estudio del Cimarrón Palmares, Brasil, siglo XVII, in A. Zarankin & F.A. Acuto (eds), *Sed non satiata, Teoría Social en la Arqueología Latinoamericana Contemporánea*, Buenos Aires, Ediciones del Tridente, 77-96, 1999b.
- FUNARI, Pedro P.A. O Amadurecimento de uma Arqueologia Histórica mundial,

Revista de História, USP, 135, 164-168, 1996.

FUNARI, Pedro P.A. A cultura material e a construção da mitologia bandeirante: problemas da identidade nacional brasileira, *Idéias*, 2,1, 29-48, 1995a.

FUNARI, Pedro P.A. A hermenêutica das ciências humanas: a História e a teoria e práxis arqueológicas, *Revista da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*, 10, 3-9, 1995b.

FUNARI, Pedro P.A. Mixed Features of Archaeological Theory in Brazil, in Peter J. Ucko (ed), *Theory in Archaeology, a World perspective*, Londres, Routledge, 236-250, 1995c.

FUNARI, Pedro P.A. Rescuing ordinary people's culture: museums, material culture and education in Brazil, in Peter G. Stone & Brian L. Molineaux (ed), *The Presented Past, Heritage, museums and education*, Londres, Routledge, 120-136, 1994a.

FUNARI, Pedro P.A. Arqueologia Brasileira: visão geral e reavaliação, *Revista de História da Arte e Arqueologia*, 1, 23-41, 1994b.

FUNARI, Pedro P.A. Reflexões sobre a mais recente teoria arqueológica. *Revista de Pré-História*, 7, 203-9, 1990.

FUNARI, Pedro P.A. & NOELLI, Francisco S. *Pré-História do Brasil*. Editora Contexto, 2002.

FUNARI, PPA. & OLIVEIRA, Nanci V. *Arqueologia em Mato Grosso*. Série Primeira Versão, nº 92, IFCH/UNICAMP, setembro, 2000.

- FUNARI, Pedro P.A., OLIVEIRA, Nanci V. & TAMANINI, Elizabete. Arqueologia para o público leigo no Brasil: três experiências. In: *Identities, Discurso e poder: estudos da Arqueologia Contemporânea*. (Funari, Orser e Schiavetto Org.). pag. 105-116:2005.
- FUNARI, Pedro P.A. & PELEGRINI, Sandra C.A. *Patrimônio Histórico e Cultural*. Jorge Zahar Editor, 2006.
- FREITAS, Afonso A de. *Os Guaianás de Piratininga*. Rio de Janeiro: Tip. Laemmert & Cia, 1910.
- GODOY, Manuel P. de. *Los extinguidos Paingú de las cascadas de Emas. Córdoba*. Universidad Nacional de Córdoba/Instituto Dr. Pablo Carrera, Publicação 14, 1946.
- GREEN, S.W. & PEARLMAN, S.M. *The Archaeology of Frontiers and Boundaries*, Academic Press, NewYork, 1985.
- GUSMÃO, Neusa M.M. Antropologia e Educação: origens de um diálogo. *Caderno Cedes*, n. 43, pag. 08-25, 1997.
- HANNERZ, Ulf. Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional. *Mana*, vol. 3, nº 1:7-39, 1997.
- Instituto de Pesquisas Tecnológicas. *Diagnóstico da situação atual dos recursos hídricos e estabelecimento de diretrizes técnicas para a elaboração do Plano da Bacia Hidrográfica do Tietê/Jacaré – Relatório Final*. 152 pp. 1999.
- JONES, Siân. Historical categories and the praxis of identity: the interpretation of ethnicity in historical archaeology. In: *Historical Archaeology. Back from*

the Edge. Funari, PPA, Hall, M. & Jones, S. (Orgs). Routledge, 219-232:1999.

JONES, Siân. *The Archaeology of Ethnicity. Constructing identities in the past and present*. Londres: Routledge, 1997.

KÜNZLI, Ruth. Arqueologia Regional: primeiros resultados das pesquisas realizadas na área de Presidente Prudente, SP. *Revista do Museu Paulista*. Vol. XXXII, 223-247:1987.

LAPLANTINE, François. *Aprender Antropologia*. Editora Brasiliense, São Paulo, 1995.

LA SALVIA, f. & BROCHADO, José P. *Cerâmica Guarani*. Porto Alegre, Posenato Arte e Cultura, 1989.

LEMOs, Alberto. *História de Araraquara*. Edição do Museu Histórico e Pedagógico “Voluntários da Pátria” e Prefeitura Municipal de Araraquara. São Paulo, Typografia Fonseca, s.d.

LIGHTFOOT, Kent. G. Culture contact studies: redefining the relationship between prehistoric and historical archaeology. *American Antiquity*, 60(2):199-217, 1995.

LIMA, Leilane & FRANCISCO, Gilberto. O que é isso? Para que serve? Quem são vocês? O que fazem? Uma experiência de Arqueologia Pública em Paraná-TO. *Revista Arqueologia Pública*. Nº 1, 2006.

LIMA, Edilene C. & SMILJANIC, Maria I. Júlio César Melatti: etnógrafo e divulgador da Antropologia. *Campos*, UFPR, 7(1):159-177, 2006.

- MACKENZIE, R. & STONE, P. Introduction: the concept of excluded past. In: *The excluded past: Archaeology in education*. London: Unwin Hyman, 1990..
- MANO, Marcel. *Os campos de Araraquara: um estudo de história indígena no interior paulista*. Tese de doutoramento, IFCH/UNICAMP, 357pag.,2006.
- MANO, Marcel. Os Campos de Araraquara: um ensaio de perspectiva etnohistórica. *Revista UNIARA*, Araraquara, 3:13-37, 1998.
- MARANCA, Sílvia, André Silva & Ana Maria Scabello. Projeto oeste paulista de Arqueologia do baixo e médio vale do rio Tietê. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, MAE/USP, 4:223-226, 1994.
- MARTINS, Dilamar & BREDÁ, Judite. PA-SALV-CB: Divulgação Museal. *Revista de Arqueologia*, 14-15:115-120, 2001-2002.
- MAXIMINO, Eliette P.B & NIEVES, Sheila B. O processo educativo patrimonial visto com outros olhos. *Anais do XIII Congresso da SAB*, 2005.
- MÉTRAUX, Alfred. *A religião dos tupinambás e suas relações com a das demais tribos tupi-guaranis*. Editora da USP, Coleção Brasileira, v.267, 1979.
- MÉTRAUX, A. The Guarani. *Handbook of South American Indians. Bulletin Bureau of American Ethnology*. Smithsonian Institution, Washington, Vol.3, 1949.
- MILLER Jr, Tom O. Arqueologia da região central do Estado de São Paulo. *Dédalo*. MAE/USP. 16:13-118, 1972.

- MONTEIRO, John M. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. Companhia das Letras, 1994.
- MONTEIRO, John M. Tupis, Tapuias e a História de São Paulo. Revisitando a velha questão Guaianá. *Novos Estudos Cebrap*. V.34. 1992a.
- MONTEIRO, John. Os Guarani e a história do Brasil Meridional: Séculos XVI-XVII. In: Manuela Carneiro da Cunha (Org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo, Cia. Das Letras, 475-498. 1992b.
- MORAES, Camila A. Reexaminando a “Tradição Tupiguarani” no Nordeste do Estado de São Paulo. *Anais do XIII Congresso de Arqueologia Brasileira*. CD Rom, Campo Grande, 2005.
- MORAIS, J. L. Resgate arqueológico na área de influência da duplicação das rodovias SP342 e SP346: preservação do patrimônio dos sítios Ipê e Mota Pais. *Relatório técnico científico final*, 2002.
- MORAIS, José L. de. Arqueologia da Região Sudeste. *Revista USP*, 44(2):194-217, 1999-2000.
- MORAIS, José L. Salvamento arqueológico na área de influência da PCH Moji-Guaçu. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. MAE/USP, 5:77-98, 1995.
- MORAIS, José L. A utilização dos afloramentos litológicos pelo homem pré-histórico brasileiro: análise do tratamento da matéria-prima. *Coleção Museu Paulista, Série Arqueologia*, 7, 1983.
- MORAIS, José L. Os artefatos em sílex de Santa Bárbara d’Oeste, SP. *Revista do Museu Paulista, Nova Série*, 28: 101-114, 1982.

- MOTA COQUEIRO. *Monografia da palavra Araraquara*. Estudo histórico-lingüístico do nome da cidade de Araraquara. São Paulo: Fernando Camargo, 1937.
- NAJJAR, Jorge. De educador e de arqueólogo todo mundo tem um pouco (embora educadores e arqueólogos sejam poucos): algumas reflexões sobre a relação entre educação e Arqueologia. *Anais da XII Reunião da SAB*, 2003.
- NOELLI, Francisco S. A ocupação humana na região sul do Brasil: Arqueologia, debates e perspectivas – 1872-2000. *Revista USP*, 44(2):218-269, 1999-2000.
- NOELLI, Francisco S. *Sem Tekohá não há Tekó. Em busca de um modelo etnoarqueológico da aldeia e da subsistência guarani e sua aplicação a uma área de domínio do Delta do Jacuí*. V. 01, Dissertação de Mestrado apresentada a PUC-RS, 1993.
- OLIVEIRA, Jorge E. Por uma Arqueologia socialmente engajada: Arqueologia Pública, Universidade pública e cidadania. In: *Identidades, Discurso e poder: estudos da Arqueologia Contemporânea*. (Funari, Orser e Schiavetto Org.). pag. 117-134:2005.
- OLIVEIRA, Jorge E. & VIANA, Sibeli A. O centro-oeste antes de Cabral. *Revista USP*, 142-189, 1999-2000.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. *Ensaio em Antropologia Histórica*. Editora UFRJ, 1999.

- OLIVEIRA, Nanci V. *São Barnabé: lugar e memória*. Tese de Doutorado. IFCH/Unicamp, 2002.
- PACHECO, I. A., et al. Projeto Pré-História na pré-escola: um recurso para a alfabetização cultural na educação infantil. *Anais do XIII Congresso da SAB*, 2005.
- PALLESTRINI, Luciana. Cerâmica há 1.500 anos, Moji-Guaçu. *Revista do Museu Paulista*. 28:115-129, 1981/82.
- PAULA, Eunice D. A interculturalidade no cotidiano de uma escola indígena. *Caderno Cedes*, ano XIX, nº49, Dez/1999.
- POUTIGNAT, Philippe & STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade*. Editora da UNESP, São Paulo, 1998.
- PEREIRA JR. J. A. Contribuição para o estudo da Arqueologia do extremo norte paulista. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, 54:313-357, 1957.
- RIBEIRO, J.C.G. Os indígenas primitivos de São Paulo (Guayanazes, Tapuias ou Tupis?). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico São Paulo*, v. 13, 1908.
- ROBRAHN-GONZÁLEZ, E. M. Repensando as fronteiras culturais de grupos ceramistas no Estado de São Paulo. *Resumos. XIII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira*. São Paulo: 2003.
- ROBRAHN-GONZÁLEZ, Erika M. São Paulo, terra de fronteiras: a ocupação de grupos ceramistas pré-coloniais. *Anais da IX Reunião da SAB*, 1997, CD Rom, Rio de Janeiro, 2000a.

- ROBRAHN-GONZÁLEZ, Erika M. Problemática arqueológica da ocupação de grupos ceramistas no Vale do Paranapanema. *Terra Indígena*. CEIMAM/UNESP/Araraquara, 14-42:2000b.
- ROBRAHN-GONZÁLEZ, Erika. Os grupos ceramistas pré-coloniais do centro oeste brasileiro. *Revista do MAE*, 1996.
- RODRIGUES, Robson A. *Relatório de avaliação e caracterização da situação atual na área de implantação de plantio de cana-de-açúcar no empreendimento Usina Zanin, Município de Araraquara, SP*. 2006.
- RODRIGUES, Robson A. A ocupação Kaingang no oeste paulista. *Anais do XIII Congresso de Arqueologia Brasileira*. CD Rom, Campo Grande, 2005.
- ROGGE, J.H. *Fenômenos de Fronteira: um estudo das situações de contato entre os portadores de tradições cerâmicas pré-históricas no Rio Grande do Sul*. Tese de Doutorado, Universidade do Vale do Rio Sinos, São Leopoldo, 2003.
- SAMPAIO, Theodoro. *A propósito dos Guayanazes da Capitania de São Vicente*. Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Volume XIII, 1908.
- SAMPAIO, Theodoro. Os Guaianãs da capitania São Vicente. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. São Paulo, 8, 1903.
- SCATAMACCHIA, Maria C.M. *Considerações sobre a distribuição das sociedades tribais de filiação lingüística tupi-guarani no Estado de São Paulo*, 2005, no prelo.
- SCATAMACCHIA, Maria C. M. Horticultores ceramistas da costa brasileira. *Revista de Arqueologia Americana*. N. 08, 1993/1995.

- SCHIAVETTO, Solange N.O. A questão étnica no discurso arqueológico: afirmação de uma identidade indígena minoritária ou inserção na identidade nacional? In: *FUNARI, Pedro P.A., ORSER JR., Charles E. & SCHIAVETTO, Solange N.O. Identidades, discurso e poder: estudos da Arqueologia Contemporânea*. Fapesp/Annablume, Pag. 77-90, 2005a.
- SCHIAVETTO, Solange N.O. Levantamento Arqueológico no Médio Mogi-Guaçu e Médio Jacaré Guaçu/SP: um primeiro olhar sobre os sítios cerâmicos. *Anais do XIII Congresso de Arqueologia Brasileira*, Campo Grande, 2005b.
- SCHIAVETTO, Solange N. O. *A Arqueologia Guarani: Construção e Desconstrução da identidade indígena*. São Paulo, Annablume/Fapesp, 2003.
- SCHMITZ, Pedro I. & GAZZANEO, M. O que comia o guarani pré-colonial. *Revista de Arqueologia*, 6:89-105, 1991.
- SCIENTIA/IPARO. *Arqueologia do Vale do Paraíba Paulista. Rodovia Carvalho Pinto, SP 170*. CD-ROM, 2003.
- SHANKS, Michael & TILLEY, Christopher. *Social Theory and Archaeology*. Oxford, Polity Press. 1987.
- STADEN, Hans. *Duas Viagens ao Brasil*. Editora Itatiaia/EDUSP, 1988[1554].
- TOCCHETTO. Fernanda B. Possibilidades de interpretação do conteúdo simbólico da arte gráfica guarani. *Revista do MAE/USP*. 6:33-45, 1996.

VIDAL, B. de A. S. *Habitantes primitivos. In: Álbum de Araraquara*, primeira parte, e. João Silveira, SP, 1915.

WÜST, I. Etnicidade e tradições ceramistas: algumas reflexões a partir das antigas aldeias Bororo do Mato Grosso. *Revista do MAE*, Suplemento 3. São Paulo, 3:303-317, 1999.

WÜST, I. *Continuidade e mudança – para uma interpretação dos grupos ceramistas pré-coloniais da bacia do rio Vermelho, Mato Grosso*. Tese de Doutorado, FFLCH/USP, 1990.

Mapas Consultados:

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cartas de Araraquara, Ibaté, Ibitinga, Porto Pulador, Rincão, Boa Esperança do Sul, Ribeirão Bonito, Guariba. Escala 1:50.000, Impressão: 1983.

IGC – Instituto Geográfico e Cartográfico. Mapa de Unidades Hidrográficas de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHI), Estado de São Paulo, Escala 1:1.000.000, edição revisada, 1996.